UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Dissertação de Mestrado

A SUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS EM COMUNIDADES LITORÂNEAS/SERGIPE

ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES

São Cristóvão – SE
Brasil
Fevereiro de 2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA REGINAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

A SUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM COMUNIDADES LITORÂNEAS/SERGIPE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente**.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas

São Cristóvão- Sergipe
Brasil
Fevereiro - 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Gomes, Roseane Cristina Santos
G633s A sustentabilidade das relações sócio-espaciais em comunidades litorâneas/Sergipe / Roseane Cristina Santos Gomes. – São Cristóvão, 2009.
156 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

Orientador: Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas

1. Desenvolvimento sustentável - Território. 2. Percepção. 3. Porto do Mato – Estância/SE. 4. Saco do Rio Real – Estância/SE. I. Título.

CDU 502.1(813.7)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA REGINAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

A SUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM COMUNIDADES LITORÂNEAS – SERGIPE

Dissertação de Mestrado defendida por Roseane Cristina Santos Gomes e aprovada 27 de fevereiro de 2009 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe

Profª. Drª Maria Geralda Almeida
Universidade Federal de Goiás

Profº Drº. Paulo Sérgio Maroti
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Profª. Drª.. Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe

É concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Roseane Cristina Santos Gomes
Universidade Federal de Sergipe

Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas
Universidade Federal de Sergipe

Dedico este trabalho ao meu amor **Nelson**. Foram tantas as dificuldades compartilhadas e você do meu lado segurando na minha mão. A sua presença na minha vida é um presente. Tantas vezes você deixou os seus afazeres para me prestar assistência para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa. O seu incentivo diário alimenta ainda mais a minha vontade de crescer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, direta e indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Em especial agradeço:

Primeiramente, a **Deus** por me conceder mais uma benção. Senhor sem tua graça jamais chegaria a lugar algum. Em momentos de fraqueza, de desanimo e até de desespero o senhor tocou no meu coração e sempre me mostrou o caminho certo por onde eu deveria seguir. O senhor é o principal responsável por está vitória e que vitória!!.

A minha eterna professora **Maria Augusta** que desde a minha graduação vem contribuindo para o meu crescimento acadêmico e pessoal. **Foi uma satisfação tê-la como orientadora** deste trabalho e, pode ter certeza de que eu aprendi muito com você. Este trabalho também é seu.

Aos meus **familiares** pela torcida e força prestadas para mais essa vitória e, em especial a **minha mãe Elena**, que dedicou a sua vida para fazer dos seus filhos pessoas dignas e batalhadoras.

Aos **meus irmãos** pela torcida, em especial **Márcia** pela ajuda prestada nos momentos em que precisei.

Agradeço a todos os **sujeitos sociais** dos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real que abriram as portas de suas casas para mim e, com boa vontade contribuíram de forma determinante para que eu concretizasse esta pesquisa.

A **Rosana**, pela confiança, por tudo o que passamos para chegarmos até aqui. Chegamos amiga!! E não vamos parar. Somos persistentes e graças a essa persistência é que estamos compartilhando mais uma vitória.

Aos professores deste núcleo pelos seus ensinamentos. Cada um de vocês deixou aspectos positivos que com certeza, irei carregá-los nessa minha caminhada.

A Nívea pela atenção e apoio prestados.

Aos colegas do curso, pelos momentos alegres, tristes, tensos, enfim, pelos diversos momentos que passamos durante a realização do curso.

Ao amigo **Jason**, pelo seu apoio incondicional em todos os aspectos da minha vida.

As secretária**s** do PRODEMA: **Najó, Julieta e Aline** pela atenção prestada durante esses dois anos.

A professora **Maria José**, atual coordenadora do PRODEMA, pelas valiosas contribuições prestadas no exame de qualificação e pela atenção disponibilizada.

À professora **Maria Geralda** pelas suas contribuições na disciplina ministrada no NPGEO. Os textos trabalhados na disciplina me ajudaram muito a atender aspectos importantes do trabalho. Agradeço também por ter aceitado ao convite para participar da banca examinadora para defesa desta dissertação.

Ao professor **Paulo Maroti** por ter disponibilizado conteúdos importantes sobre mapas mentais, pelas contribuições prestadas na qualificação do projeto de pesquisa e por ter aceitado ao convite para fazer parte da banca examinadora para defesa desta dissertação.

A **Edite, diretora do Colégio Estadual Dr.** José Carvalho Baptista pela compreensão e apoio que prestou a mim no início deste curso, quando eu ainda não era bolsista.

A **Genilson** por ter se colocado a minha disposição na busca de informações sobre os povoados estudados.

A **Fabiana** por ter disponibilizado seu conhecimento para a confecção do mapa da área de estudo e pelo pensamento positivo.

A **Capes**, por ter me propiciado cursar o mestrado como bolsista e assim ter me dedicado melhor a pesquisa.

A todos vocês, meu muito obrigada!!

RESUMO

Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, localizados no município de Estância/SE, são palco de transformações sócio-espaciais balizadas por um processo crescente de especulação imobiliária ligado ao veraneio e demais atividades turísticas. Estas localidades estão inseridas em uma área caracterizada por uma dinâmica sócio-ambiental envolvendo principalmente a reconfiguração das relações que se estabelecem no lugar e seus sujeitos sociais, além da fragilidade dos ecossistemas costeiros ali presentes. Essas transformações, por seu turno, podem não estar contribuindo com as comunidades, seja na valorização dos seus aspectos identitários, na melhoria das condições socioeconômicas da população local, ou na conservação dos aspectos naturais. Portanto, o objetivo desta pesquisa consistiu em avaliar a sustentabilidade das relações sócio-espaciais que se estabelecem nesses povoados, tomando como base a percepção dos sujeitos sociais envolvidos em relação ao lugar. A pesquisa teve como categorias norteadoras o **território** e a **sustentabilidade**. Esta ainda é de caráter qualitativo e o método de análise adotado foi o da **percepção**, pois as interações entre ser humano e ambiente estão diretamente relacionadas aos processos cognitivos, julgamentos, expectativas e conduta de cada indivíduo Tuan (1980). Já os instrumentos de investigação utilizados foram: revisão bibliográfica; pesquisa de campo composta de observação direta, levantamento e registro fotográficos; técnica de entrevista semi-estruturada, assim como a técnica de construção de mapas mentais como ferramenta ratificadora das entrevistas. Diante das investigações feitas, podemos afirmar que as relações sócio-espaciais que se processam entre nativos e não nativos (veranistas) e destes com o lugar, não se dão no viés da sustentabilidade, pois o turismo não trouxe contribuições para as comunidades receptoras, uma vez que não há sinais de desenvolvimento nas localidades com a inserção dessa forma de uso e ocupação do solo, tampouco uma relação de respeito com o lugar. Isto posto, consideramos a relevância para abrir mais frentes de estudo a respeito do turismo nos povoados citados, concebendo que tudo isso pode nos conduzir às experiências e aos significados que o veranista elabora sobre o lugar visitado e as indagações sobre as relações da comunidade receptora com o turismo. A forma de ocupação e uso do espaço aqui explicitado necessita de um planejamento territorial participativo que englobe todos os envolvidos, entre os quais, o poder público e comunidades. Caso isso não ocorra, estes segmentos espaciais, provavelmente sofrerão impactos ambientais gravíssimos, não desconsiderando os já ocorridos.

Palavras-chave: Saco do Rio Real, Porto do Mato, Percepção, Território e Sustentabilidade.

ABSTRACT

The villages Porto do Mato and Saco do Rio Real, located in Estancia/SE County, are stage of social-space transformations marked out by an increasing process of real estate speculation due to the summering and too much tourist activities. These localities are inserted in an area characterized for a social-ambient dynamics mainly involving the reconfiguration of the relations that are establish between the place and its social citizens, the fragility of coastal ecosystems there present. These transformations, in its turn, may be not contributing to the communities, either in the valuation of its identities aspects, improving socioeconomic conditions of the local population, or the preservation of natural aspects. Therefore, the objective of this research was evaluate the sustainability of the social-space relations that are established in these villages, taking like base the perception of the subjects involved in the place. The research has categories guiding the territory and sustainability. This is still qualitative in nature and the adopted method of analysis was the perception, since the interactions between humans and the environment are directly related to cognitive processes, judgments, expectations and conduct of each individual Tuan (1980). Already the instruments of investigation used were: bibliographical revision; field research consisting of direct observation, photographic survey and register; technique, half-structuralized interview technique, as well as the technique of construction of mental maps as a tool ratifying the interviews. Ahead the investigations done, we can affirm that the socio-spatial relations that take place between natives and not native (summer vacationers) those with the place, not to give the bias of sustainability, since the tourism did not bring contributions to the receiving communities, as soon as there are no signs of development in the localities with the insertion of this form of use and occupation of the ground nor a relationship of respect with the place. Now, we consider the relevance to open more fronts of study regarding the tourism in the mentioned villages, conceiving that everything this can leading us to experiences and meanings that the summer vacationer elaborates on the visited place and the questions on the relations of the receiving community with the tourism. The form of occupation and use of the space here set out needs a participatory territorial planning involving all stakeholders, including the authorities and communities. In case this does not occur, this space segments, probably will suffer serious environmental impacts, not disrespecting the already occurred ones.

KeyWords: Saco do Rio Real, Porto do Mato, Perception, Territory and Sustainability.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA **vii**
AGRADECIMENTOS **viii**

RESUMO **x**
ABSTRACT **xi**
NOMECLATURA **xiv**
LISTA DE FIGURAS **xv**

1- INTRODUÇÃO 1

1- **INTRODUÇÃO** 2

1.2-APRESENTAÇÃO 7

2- NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS **8**

2. NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS 9

2.1- SUSTENTABILIDADE COMO PARADIGMA PARA A REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO SER HUMANO-NATUREZA 9

2.2 - TERRITÓRIO COMO MATERIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS: UMA BREVE ANÁLISE 22

3- PERCURSO METODOLÓGICO **33**

3. PERCURSO METODOLÓGICO 34

3.1- ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DOS POVOADOS PORTO DO MATO E SACO DO RIO REAL 34

3.2- MÉTODO E INTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO 56

3.2.1- A Percepção como Percurso Para A Análise das Relações Cotidianas 57

3.2.2- Instrumental de Pesquisa 64

4 – O LUGAR E SUAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS **70**

4. O LUGAR E SUAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS 71

4.1- O LUGAR NA PECEPÇÃO DOS NATIVOS 71

4.1.1-Povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real: Importância e Significado do Lugar 79

4.1.2- Mapas Mentais: uma Interpretação do Espaço Vivido 87

4.2.- O LUGAR E OS NATIVOS NA PERCEPÇÃO DOS VERANISTAS 93

4.2.1-A imagem construída pelos veranistas: a outra face da moeda 97

4.2.2- Consumo e Estranhamento 100

4.3- NA LÓGICA DAS MULTITERRITORIALIDADE: QUEM É QUEM NESSE PROCESSO? 109

4.3.1-.Turismo de Segunda Residência e Veraneio 109

4.3.2- A Compartimentarão do Território 116

4.4.-A INSUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS 122

4.4.1-Os Povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real no Processo de (Des) Territorialização 122

5. – CONSIDERAÇÕES FINAIS 129

5.- CONSIDERAÇÕES FINAIS 130

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 137

APÊNDICES 146
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista: nativos e veranistas 147
Apêndice 2 – Termo de livre concessão de informação 151
Apêndice 3 – Perfil dos entrevistados 153

NOMECLATURA

Siglas

APA – Área de Proteção Ambiental

ASPED - Associação Social Pastora Esperança de Deus

CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMMAD- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COOPERTALSE – Cooperativa de Transporte alternativo de Sergipe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRODEMA – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura **página**

3.1: Povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real: Localização Geográfica. 35

3.2: Placa localizada no povoado Saco do Rio Real indicando a presença dos jesuítas na localidade. 37

3.3: Povoado Saco do Rio Real: formação dunar 40

3.4 e 3.5: Residência secundária localizada na ponta do Saco destruída pela dinâmica do mar 41

3.6 e 3.7: Situação passada e presente – imóvel em processo de desmanche e construção de muro de contenção como tentativa de proteção – povoado Saco do Rio 42

3.8: Estuário do Piauí-Fundo-Real visto do povoado Mangue Seco – BA 43

3.9 e 3.10: Praia do Saco e estuário do Piauí-Fundo-Real 43

3.11 e 3.12: Estuário dos rios Piauí-Fundo-Real e bosque de manguezal às margens do Rio Fundo, respectivamente 44

3.13 e 3.14: ponte sobre o Rio Fundo. Atracadouro de embarcações e porto de comercialização de marisco – povoado Porto do Mato 45

3.15 e 3.16: Estrada sem pavimentação e fundos das residências secundárias na ponta do Saco e casa de nativo com placas indicando a oferta de vários serviços, entre os quais aqueles ligados ao turismo 52

3.17: bares concentrados na linha de praia – povoado Saco do Rio Real 53

3.18: Rodovia Airton Senna - povoado Porto do Mato 54

3.19 e 3.20: Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, Localizada no Povoado Saco do Rio Real, que atualmente encontra-se desativada; Igreja Menino Jesus, localizada na ASPED no povoado Porto do Mato. 55

4.1: Crianças nativas do Povoado Porto do Mato – década de 1970 72

4.2: Família nativa do Povoado Porto do Mato década de 1970 73

4.3: Poças de água que serviam para o consumo sem passar por nenhum tipo de tratamento – década de 1970. 74

4.4: Casas de taipa localizadas no povoado Saco do Rio Real 76

4.5: Bifurcação da Rodovia Ayrton Senna e início dos povoados Porto do Mato à direita e Saco do Rio Real à esquerda. 78

4.6: mapa mental de João Batista dos Santos – nativo do povoado Porto do Mato 87

4.7: Mapa mental de João Batista Oliveira – nativo do povoado Saco do Rio Real 88

4.8: Mapa mental construído por Sheila Menezes Silva Dantas – veranista do povoado Saco do Rio Real 97

4.9: Mapa mental construído por Joana D'arc de Souza Martins – veranista do povoado Saco do Rio Real 98

4.10: Terreno que dá acesso à praia do Saco, porém para uso dos veranistas que possuem as suas residências dentro deste. 104

4.11 e 4.12: Pousada Florais do Atlântico e Chalés Mares respectivamente - povoado Saco do Rio Real 108

4.13: Pousada Estrela Tropical – povoado Porto do Mato 108

4.14: Registro de loteamentos localizados em ambos os povoados 119

4.15: Contraste entre residências secundárias e residências dos nativos no povoado Saco do Rio Real 120

4.16: Povoado Porto do Mato 120

4.17: Residências secundárias localizadas no povoado Porto do Mato äs margens da Rodovia Ayrton Senna 121

Lista de Quadros

3.1- Número de entrevistados levados em consideração conforme trabalhos realizados 68
4.1- Quadro síntese dos mapas mentais – nativos 91
4.2- quadro síntese dos mapas mentais - veranistas 99

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1- INTRODUÇÃO

Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, localizados no município de Estância/SE estão passando por um processo de ocupação desordenada, impulsionado pelo turismo que se manifesta principalmente através do veraneio. Esta forma de ocupação e uso do espaço aqui em evidência pode provocar conseqüências nocivas para a dinâmica destes lugares.

A construção do espaço pelo turismo é percebida de maneira diferenciada pelos grupos e pessoas envolvidas com a atividade. Nessa perspectiva é importante salientar que o espaço em que vivemos fundamenta-se em uma concepção de espaço enquanto produção social em constante movimento. Para Santos (1997) o espaço é visto como o resultado de relações históricas que não dissociam o meio natural e o artificial (produto das ações do homem social) ou o meio natural e o político (o território e suas normas). Trata-se de um "híbrido" formado por um "conjunto de sistemas de objetos e ações não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (SANTOS, 1997 p. 51).

Ler o espaço é tentar apreender suas feições naturais modificadas pelas ações humanas, seus objetos construídos e a dinâmica das relações que se estabelecem entre as suas mais variadas forças atuantes.

O reconhecimento deste enquanto elemento de identificação e de formas de um convívio socioeconômico, de uma cultura e de meios para a reprodução da vida, confere-lhe uma singularidade, que é a mesma dos processos característicos vivenciados por determinada população.

O fato de o ser humano necessitar de um lugar para viver não implica apenas em ocupar uma parcela do espaço; envolve também o ato de produzir o lugar. Nesse sentido, o lugar é entendido como produto das relações entre homem - natureza, construído pelas relações que se estabelecem no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos conduzidos pela história e cultura, o que produz a identidade, tendo em vista que é nesse lugar que o homem se reconhece por ser o seu **lugar de vida** (CARLOS, 1996).

De acordo com Roseandhal, este espaço:

> Não é vivenciado e percebido do mesmo modo pelo diversos tipos de grupos sociais diferenciados entre si segundo um amplo leque de atributos que se combinam entre si de modo complexo: renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores, utopias. (ROSENDHAL, 2001 p.292)

As interpretações realizadas acerca do espaço vivenciado podem contribuir para diagnosticar as idéias que um grupo possui de um lugar, sendo possível implementar intervenções condizentes com as necessidades apreendidas.

De acordo com Tuan (1983) fazer uma análise espacial pautada na observação da experiência de cada um se faz relevante, pois os lugares são centros que recebem valores específicos a depender da vivência, cultura e visão das pessoas.

Interessa-nos, a análise da percepção dos atores sociais envolvidos sobre a relação que se estabelece entre as formas de uso e ocupação do solo que se processam nestes segmentos espaciais. Para Carlos (1999 p.77) ”o uso do solo é o modo de determinado lugar, a partir da necessidade de realização de determinada ação, produzir, consumir, habitar ou viver”.

A temática envolvendo as relações entre padrões de racionalidade de exploração da natureza e a ocupação do espaço pode nos oferecer a oportunidade de estudarmos um dos aspectos da organização social, suscitando leituras sobre como uma sociedade concebe suas relações, tendo em vista os elementos que a estruturam e que se manifestam na configuração do ambiente físico e sociocultural.

A questão que se coloca advém do processo de transformação espacial evidenciado pelas novas formas de uso do solo, através da dinâmica impressa pelos condomínios, loteamentos e pelos novos sujeitos do lugar.

Identificar e compreender os elementos presentes na maneira de uma sociedade estabelecer os rituais de absorção dos recursos da natureza possibilita analisar um dos itens essenciais que compõem aspectos ligados à cultura e meio ambiente dessas comunidades.

As expressões culturais dos nativos podem não desaparecer e tampouco ser anuladas pela força do efêmero, porém cíclicas atividades. Contudo, pode sofrer alterações significativas, caso não se pense em planejamento que contemple as peculiaridades inerentes à identidade destes com o lugar, pois novos valores são embutidos nos moradores, a partir do momento em que os mesmos entram em contato constante com funções e costumes distintos que podem "desvirtualizar" a relação ser humano – natureza, ao mesmo tempo em que fragiliza a identidade local.

Quais as interações são estabelecidas entre os grupos nativos e não nativos com o espaço? Quais são os seus respectivos referenciais com o lugar?

Portanto o objetivo desta pesquisa consistiu em avaliar a sustentabilidade das relações sócio-espaciais das comunidades do Povoado Porto do Mato e Saco do Rio Real nas três últimas décadas, tomando como base a percepção dos sujeitos sociais envolvidos. Para tanto, se fez necessário:

- Caracterizar as formas de uso e ocupação do solo das localidades nas três últimas décadas, assim como os seus aspectos geoambientais;
- Identificar a percepção dos habitantes nativos sobre o processo de transformação sócio-espacial das localidades;
- Identificar a percepção dos veranistas sobre o processo de transformação sócio-espacial pelo qual estão passando as mesmas;
- Analisar a sustentabilidade das relações no uso e ocupação do solo que se processam entre os sujeitos sociais nativos e não nativos.

Assim, esta pesquisa é alicerçada por duas categorias: território, uma vez que, ao se organizar territorialmente, cada sociedade forja padrões de ocupação e uso dos recursos e espaços Gonçalves (1995, p. 311); sustentabilidade por estar vinculada à potencialidade das comunidades em estabelecer dentro do seu espaço vivido relações que garantam a sua qualidade de vida (CAMARGO, 2003).

A sustentabilidade nas comunidades pesquisadas está vinculada à capacidade que as mesmas podem desenvolver para fortalecer ou aumentar, ou até mesmo buscar sua

qualidade de vida mantendo e garantindo recursos para as próximas gerações, mesmo dentro de um espaço mediado por relações que incluam outros segmentos da sociedade, que tenham costumes e valores distintos daqueles adquiridos pelos nativos.

Ao analisar a sustentabilidade ou a insustentabilidade destas relações, o propósito é verificar até que ponto os sujeitos sociais envolvidos nesse processo constroem uma base positiva para a dinâmica do lugar.

É importante perceber as necessidades de ambas as comunidades, compreender sua vivência com os lugares, base de suas identidades, antes de impor algum tipo de intervenção no sentindo de adequar e controlar o seu espaço vivido, pois as necessidades não são necessariamente as mesmas. Vários fatores interferem nas questões dos valores adotados por cada nativo, uma vez que valor é um parâmetro relativo às necessidades de cada indivíduo.

É sob a perspectiva da sustentabilidade que nos propomos a descrever e analisar as relações sócio-espaciais que se processam nas comunidades dos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real. Acredita-se que este trabalho pode ser incluído dentro de estratégias norteadoras para impulsionar ações locais, rumo à construção da sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural.

A sustentabilidade implica em uma perspectiva, um critério geral no que se refere às relações básicas da organização social, mais do que um conjunto concreto e específico de ações a serem empreendidas por indivíduos ou organizações públicas e privadas de uma sociedade em particular.

Portanto, analisar as transformações espaciais vividas pelo lugar nos viés da sustentabilidade é essencial para o entendimento destas relações que se processam dentro das comunidades já citadas, pois, o lugar deve ser visto como um intermédio entre o mundo e o indivíduo, é esta realidade de transformações e dinamismo que está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável e mediada pelas forças que caracterizam o espaço vivido, que através de sua ação firmam instituição, cooperação e conflito.

O território se insere na análise das relações sócio-espaciais uma vez que, o modo de vida das populações locais é fruto do cotidiano, das práticas culturais, das percepções da natureza, além da condição dos seus indivíduos, que são bases para a formação de um território.

Trabalharemos com esse território, construído a partir das relações entre território-natureza-sociedade. Essa relação é inseparável e nos permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de uma determinada localidade. Dinâmica essa representada pela intervenção realizada pelos homens no território, criando e recriando significados em torno dessa apropriação que se passa no dia-a-dia.

Com a abordagem dessas categorias, pretende-se contribuir com uma análise que recoloque as relações sociais e culturais à frente do desenvolvimentismo, ou ainda, formas de dependência que nada possam contribuir para a autonomia das comunidades, e que abrem espaço para outras formas de poder local.

Para a concretização deste trabalho adotamos como método a percepção dos sujeitos sociais envolvidos na dinâmica das relações sócio-espaciais. De acordo com Tuan (1980) as interações entre o ser humano e ambiente estão diretamente relacionadas às percepções, aos processos cognitivos, julgamentos, expectativas e conduta de cada indivíduo.

A construção desta pesquisa é fruto do aprofundamento de estudos já realizados pela autora em ambos os segmentos espaciais, uma vez que a mesma já desenvolveu duas pesquisas que culminaram na produção de dois trabalhos monográficos. A primeira realizou-se no período de 2003-2005, resultando na monografia de graduação para o título de bacharel em Geografia intitulada “A influencia da ONG ASPED no processo de (re) configuração espacial do povoado Porto do Mato Estância-SE” defendida no ano de 2006.

Já a segunda, foi fruto da pesquisa realizada no curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Ecologia e Conservação de Ecossistemas Costeiros de Sergipe, iniciada em 2006 e

concretizada em 2007com a produção da monografia intitulada “Uso e Ocupação do Solo da Praia do Saco: uma análise da percepção dos atores sociais locais acera do Turismo e Veraneio”. A atual pesquisa se utiliza de ambos os trabalhos citados, pois estes fornecem elementos fundamentais que complementam principalmente, a descrição realizada no capítulo três desta dissertação, assim como a análise das relações sócio-espaciais exposta no capítulo 4.

1.2- APRESENTAÇÃO

Com base no exposto acima, a dissertação está estruturada em cinco capítulos:

O primeiro é comporto pela introdução, onde é explicitado o tema central do trabalho, a motivação para a realização do mesmo, os eixos teóricos, os objetivos e uma breve abordagem sobre o método adotado na pesquisa.

O segundo capítulo apresenta a base teórica da pesquisa, bem como sua pertinência para a temática estudada.

No terceiro capítulo, o foco é a caracterização geoambiental da área de estudo, além da análise do método utilizado na pesquisa, sendo exposto, por conseguinte, o instrumental metodológico que foi fundamental para a realização do desta.

Já no quarto capítulo apresenta uma contextualização das principais categorias que nortearam a pesquisa com base nos resultados apresentados, seguida de uma análise da percepção dos sujeitos sociais envolvidos nas relações sócio-espaciais que se estabelecem na área de estudo, para em seguida, avaliá-las se estas se dão ou não no viés da sustentabilidade.

Finalizando, o quinto capítulo apresenta as conclusões feitas com base em todo o percurso traçado na pesquisa, bem como as contribuições deste trabalho, o que apontam para caminhos que podem ser utilizados nas e pelas comunidades na busca pela sustentabilidade local.

CAPÍTULO 2

NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

2 – NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

2.1 - SUSTENTABILIDADE COMO PARADIGMA PARA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO SER HUMANO-NATUREZA

Vive-se atualmente um período de transformações provocadas pelo esgotamento do modelo do desenvolvimento que prima pelo aspecto econômico, sendo que este não responde mais aos novos desafios da sociedade. Esse tipo de desenvolvimento tem sido apontado como economicamente insustentável em longo prazo, pelo fato de se utilizar da natureza de forma desmedida, causando assim sérios danos ao planeta. Esta situação se agravou com a Revolução Industrial, que ao longo do seu processo de evolução implantou e aperfeiçoou técnicas de produção e consumo, gerando e conduzindo atividades humanas consideradas predatórias para a natureza.

Segundo Coimbra (1985) o "meio ambiente é o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais no qual se insere o ser humano, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos". Enquanto ser humano:

> 'O homem é imediatamente *ser da natureza'*. De um lado enquanto *ser natural vivo*, ele é 'provido de forças naturais, de forças vitais'. De outro lado, enquanto ser natural 'de carne e osso, sensível, objetivo, ele é, tal como os animais e as plantas, um ser passivo, *dependente e limitado*' (BENSAID, 1999, p. 434).

De acordo com Branco (1999), a origem da palavra natureza vem do latim *natura*, que em suas raízes tinha o significado de 'ação de fazer nascer'. Natureza é, assim, a faculdade geradora, o princípio e o conjunto de tudo o que nasce. A palavra *natura* corresponde à palavra *physis*, do grego, que significa nascimento, origem, força, substância, estado – sempre com uma conotação dinâmica, de mudança.

Na visão de Gonçalves (1989), o conceito de natureza não é natural, haja vista ser fruto de uma construção social. Para este autor toda sociedade e toda cultura cria ou institui uma

idéia específica de natureza. A cultura é tida como uma virtude superior capaz de controlar e dominar a natureza. É válido considerar o que observou Gonçalves sobre essa visão de natureza-objeto versus homem-sujeito: o termo *sujeito*, atribuído ao homem apresenta, além do significado de ser ativo, dono de seu destino, a significação de um ser submetido a determinadas circunstâncias. Essa segunda conotação do termo é esquecida por influência da visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor de todas as coisas, fazendo assim com que se esqueça que o termo *sujeito*, pode significar tanto o ser que age como aquele que se submete. É lamentável a constatação de que essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo contemporâneo.

Apesar dos laços fundamentais que interligam o homem à natureza e do crescente conhecimento que os seres humanos vêm adquirindo acerca dessas interações, a idéia que ainda predomina e orienta a ação humana é a de que devemos dominar a natureza e que podemos exercer sobre ela um poder ilimitado.

No século XX presenciou-se uma grande transformação na relação do homem-natureza, sobretudo na percepção que os seres humanos tinham da natureza e dos problemas ambientais. As décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram fortemente marcadas pela discussão a respeito do modelo de desenvolvimento e crescimento econômico predominante desde a Revolução Industrial.

Em decorrência do exposto acima, tem-se intensificado a discussão entorno da sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social por parte dos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, no sentido de buscar uma harmonia na relação ser humano – natureza, permitindo assim, a vida das gerações futuras, ou seja, um desenvolvimento global, que nos anos 70 e 80 ficou conhecido como **ecodesenvolvimento** e posteriormente designado **desenvolvimento sustentável.**

Segundo Bruseke (1995), alguns pontos foram relevantes na discussão e evolução desse conceito no século XX: o relatório sobre o limite do crescimento, publicado em 1972; o surgimento do conceito de ecodesenvolvimento, em 1973; a Declaração de Cocoyok, em 1974; o relatório da Fundação Hammarskjold, em 1975; a criação da comissão Brundtland em

1983; e finalmente, a Conferencia da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

O primeiro impacto foi produzido pelo clube de Roma, que em 1972 divulgou o seu primeiro relatório, intitulado The limits to growth (os limites do crescimento), sendo publicado no mesmo ano em que era realizada a Conferência em Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, que teve como principal foco de discussão o crescimento populacional. Nele foi explicitado que a maioria dos problemas ligados ao meio ambiente ocorria na escala global e se acelerava de forma exponencial, não sendo mais possível continuar abraçando a concepção de crescimento contínuo da sociedade industrial. (CAMARGO, 2003).

A este primeiro relatório do Clube de Roma seguiu-se uma série de relatórios adicionais, que tentaram não apenas dar maiores detalhes sobre problemas de nossa época como sugerir possíveis cenários futuros. A década de 70 foi um período de especial contribuição do Clube de Roma.

Em 1973, surge pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento, lançado por Maurice Strong secretário-geral da Conferência de Estocolmo - 72, significando “o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, portanto endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio”. (VIEIRA, 2001).

A concepção de ecodesenvolvimento exige um profundo senso ético, de igualdade e justiça social, de preservação e diversidade cultural, impondo-nos um grande desafio, sinalizando mudanças profundas e necessárias na forma de pensar, viver, agir, produzir e consumir.

A concepção dessa conferência foi essencialmente antitecnocrática e recomendou uma gestão mais racional dos ecossistemas, a qual deveria incluir a valorização do conhecimento empírico e da criatividade existente no interior das comunidades.

Portanto, há a necessidade de um amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos, bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local.

Os pressupostos do ecodesenvolvimento foram desenvolvidos por Ignacy Sachs em várias publicações[1], reforçando o caráter pragmático do conceito como um estilo de desenvolvimento aplicável às áreas urbanas e rurais, voltado para as necessidades básicas no sentido de desencadear autonomia nas populações envolvidas no processo. É evidente em sua obra a crítica ao modelo de desenvolvimento clássico e a necessidade de incorporação da dimensão ambiental no processo de produção para o alcance de uma gestão mais racional dos ecossistemas locais.

Segundo Sachs (1986, p. 110), o ecodesenvolvimento é "o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente". Nesse sentido, o ecodesenvolvimento se coloca no viés que visa harmonizar o atendimento prioritário das necessidades básicas de uma comunidade com os limites ecológicos locais e remotos, de maneira a atender as demandas comunitárias quanto à alimentação, moradia, saúde, educação e outros recursos fundamentais ao seu desenvolvimento social e econômico, respeitando os critérios de sustentabilidade.

A interação socioeconômica é um caminho relevante para uma reflexão sobre a crise do desenvolvimento nos moldes do consumismo desenfreado. Nesse sentido, as contribuições de Sachs estão pautadas em uma abordagem interdisciplinar que integram elementos da economia, sociologia, antropologia e ecologia. Os princípios básicos do ecodesenvolvimento formulados por Sachs, podem ser sintetizados da seguinte forma:

- A satisfação das necessidades básicas;

[1] Dentre as obras produzidas no Brasil, estão: Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir. Trad. de E. Araujo. - São Paulo: Vértice, 1981. Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento. São Paulo: Vértice. 1986. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. Prefácio: M. F. Strong; trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo (FUNDAP), 1993.

- A solidariedade com as gerações futuras;
- A participação da população evoluída;
- A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- A elaboração de um sistema social e respeito com outras culturas;
- A permanente execução de Programas de educação.

Em 1974, é formulada a Declaração de Cocoyok, resultado de uma reunião da conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Ela inova a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, afirmando que quanto maior a pobreza, maior é o crescimento demográfico, além de afirmar que a destruição ambiental também é proveniente da pobreza e os países desenvolvidos têm sua parcela de culpa nos problemas globais, uma vez que têm um elevado nível de consumo que pode ser endossado pelos dados expostos por Porto-Gonçalves em sua obra a globalização da natureza e a natureza da globalização:

> 20 % mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% dos gastos de consumo privados, consomem 58% da energia mundial, 45% de toda a carne e pescados, 84% do papel e possuem 87% dos automóveis e 74% dos aparelhos de telefone. Em contraste os 20% mais pobres do mundo, consomem 5%, ou menos, de cada um desses bens ou serviços, segundo perspectivaS del médio ambiente mundial do PNUMA (PORTO-GONÇALVES, 2006, P.162).

Já em 1975 a Fundação Dag-Hammarskjol aprofunda as conclusões da Declaração de Cocoyok publicando um relatório envolvendo 48 países e a ONU, e deram o enfoque na degradação do meio ambiente, destacando o papel de um novo desenvolvimento baseado na mobilização das forças capazes de mudar as estruturas do sistema vigente.. Dessa forma, o relatório endossa as críticas à sociedade industrial e os países industrializados já esboçadas em estocolmo e Cocoyok (CAMARGO, 2003).

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), através da Assembléia Geral das Nações Unidas, com o intuito de reexaminar os

problemas críticos do meio ambiente e do desenvolvimento do planeta, além de formular propostas realistas para solucioná-los. Esta comissão produziu, em 1987 um relatório final das suas atividades nomeado relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) também conhecido como Comissão *Brundtland*, por ter sido presidida pela Primeira Ministra da Noruega, na época Gro Harlem Brundtland fundamentando-se em uma análise comparativa entre a situação do mundo no inicio e no fim do século XX, pautada na evolução radical dos problemas ambientais. As informações coligidas apoiaram-se em depoimentos de centenas de especialistas de quase todos os países, formando um cenário mundial do desenvolvimento e seu impacto nos recursos planetários. O grupo fez pesquisas e trabalhou junto ao público durante três anos, executou estudos técnicos específicos, consultou líderes em política, negócios, educação e ciência (CAMARGO, 2003).

O relatório foi divulgado nos cinco continentes, através de grandes plenárias que resultaram na convocação dos países para a elaboração de suas agendas para o terceiro milênio e as apresentarem na conferencia mundial programada e realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro.

Entre os resultados positivos estava a expectativa de vida crescente, a mortalidade infantil decaindo, o maior grau de alfabetização, inovações técnicas e científicas promissoras e o aumento da produção de alimentos em relação ao crescimento da população mundial.

Por outro lado, o Nosso Futuro Comum apontou uma série de problemas, como o aumento da degradação dos solos, expansão das áreas desérticas, poluição crescente da atmosfera, desaparecimento de florestas, fracasso dos programas de desenvolvimento, entre outros.

Franco (2000) ressalta que a conclusão do relatório Nosso Futuro Comum fundamentou-se numa análise comparativa entre a situação do mundo no começo e no final do século XX, declarando que, no princípio do século XX o número de pessoas existentes e a tecnologia vigente não prejudicavam significativamente os sistemas de apoio à vida na Terra e que, ao findar desse mesmo século, a situação havia mudado radicalmente.

Assim, vinte anos após a pioneira reunião de Estolcomo com a temática Direitos Humanos e Meio Ambiente, realiza-se a conferencia das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. – CNUMAD, ou Rio – 92. As reflexões e propostas de ações foram impulsionadas pela sustentabilidade do planeta e, portanto, pela intrínseca relação entre o meio ambiente e modelos de desenvolvimento vigentes. Tal como posto no relatório Nosso Futuro comum, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações futuras e as próprias necessidades da geração atual. (GUIMARÃES, 1997; CMMAD, 1988).

Esta genérica formulação conceitual de desenvolvimento sustentável engloba em si outros dois conceitos fundamentais: o conceito de 'necessidades', em particular as necessidades essenciais dos pobres, às quais se deveriam outorgar prioridade preponderante; e a idéia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e pela organização social entre a capacidade do meio ambiente para satisfazer as necessidades presentes e as futuras. Além disso, tal conceito implica uma transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando a igualdade de oportunidades para todos (SACHS, 1986).

Para Barbieri (1997), o desenvolvimento sustentável se configura em uma nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação ambiental, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais, como a pobreza e a exclusão social. O desenvolvimento sustentável é como um direcionador no tempo, de objetivos sociais desejáveis, a exemplo de incrementos na renda per capita, melhorias no estado de saúde, níveis educacionais aceitáveis, acesso aos recursos, distribuição mais eqüitativa de renda e garantia de maiores liberdades fundamentais. Este deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais, estando associado ao uso, equilíbrio e dinâmica dos recursos da biosfera no presente e no futuro.

O desenvolvimento para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável. Várias entidades internacionais escolhem o desenvolvimento sustentável para indicar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica

(BRÜSEKE, 1998 p.35). O desenvolvimento sustentável também é entendido como processo em constante mudança quanto à dinâmica dos investimentos, inovações que de acordo com Sachs (1993) devem cumprir demandas atuais e futuras e exploração dos recursos Como todos os novos paradigmas, o conceito de desenvolvimento sustentável passa também por críticas. Uma dessas críticas é formulada por Moreira (1999 p.177) quando afirma que o desenvolvimento sustentável "traz implícita a idéia de que a solução por meio da técnica é possível". E mais, que o problema é apenas a questão do desenvolvimento de tecnologias adequadas e "que nada garante que os benefícios deste paradigma trarão ganhos para os setores sociais historicamente subalternos, como é o caso das comunidades tradicionais".

O sustentável ou a sustentabilidade de acordo com Moreira (1999 p. 178) continuará carregando elementos conservadores, por não se constituir como um questionamento da ordem social. Contrapondo a essas críticas EHLERS (1999 p.111) afirma que "a erradicação da pobreza e da miséria deve ser um objetivo primordial de toda humanidade" e que a prática sustentável envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser entendidos conjuntamente.

A técnica é um meio necessário à condução do desenvolvimento sustentável. "Vários são os objetivos a serem alcançados pelo desenvolvimento sustentável incluindo nesse contexto a satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais" (VEIGA, 1994 p.7).

É importante aqui expor uma abordagem acerca do conceito de desenvolvimento para situá-lo dentro do sustentável, pois conforme salienta Denardi (2000), este possui longa história de construção, sendo ainda tema de debates e controvérsias. Segundo este autor, entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos sessenta, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

No entanto, as condições de vida de muitas populações não melhoravam, até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Estes fatos provocaram grande insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. A idéia de desenvolvimento foi paulatinamente incorporando uma

série de aspectos sociais: emprego, necessidades básicas, saúde, educação, longevidade, não se limitando a satisfação das necessidades das pessoas, mas está ligado às suas capacidades. Neste sentido, ele "está nas pessoas, não nos objetos". Já o termo desenvolvimento sustentável é relativamente recente e seu significado ainda está em construção. (DENARDI, 2000).

De acordo com Furtado:

> A idéia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ele contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a morfogênese social deriva dessa outra idéia simples de que é mediante a inovação e implementação de novas estruturas sociais que cumpre o processo de desenvolvimento. (FURTADO 1984, p.105)

O desenvolvimento pode ser entendido como a criação de condições tendentes à produção do ser humano em sua integridade. É, portanto, um processo e o sucesso resultante. Incorpora objetivos, destina-se a certos fins. E o desenvolvimento econômico e material é visto como um elemento importante, mas em si insuficiente para a promoção do desenvolvimento humano.

O que está em jogo nesse contexto é a busca de melhoria na qualidade de vida. Todo indivíduo deseja ser feliz, viver uma longa vida, alcançar a plena realização de si próprio. O desenvolvimento pode levar a tais objetivos. No entanto, não é necessário se aumentar a posse de bens para que uma pessoa se sinta mais feliz. Sem embargo, a possibilidade de se ter mais e mais de cada coisa converteu-se no fim supremo do progresso.

O desenvolvimento econômico não representa mais uma opção aberta, com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação geral da idéia de desenvolvimento sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite (superior) para o progresso material. Adotar a noção de desenvolvimento sustentável, por sua vez, corresponde a seguir uma prescrição de política. O dever da ciência é explicar como, de que forma, ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para a sustentabilidade.

Uma noção agora largamente admitida é a de que o tipo de desenvolvimento que o mundo experimentou nos últimos duzentos anos, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, é insustentável. Maximizar-se o valor abstrato da produção global como meio para se combater a pobreza não é uma proposta sensata, embora sintamos que não se podem condenar os pobres do mundo a permanecer para sempre sitiados pela miséria.

Sobre esse aspecto, Diegues aponta que:

> Há uma consciência crescente de que o modelo de sociedade industrial avançada do Ocidente não poderá se manter a longo prazo com os padrões de produção e consumo baseados no esbanjamento de energia não-renovável, na degradação ambiental, na marginalização social e política de importantes grupos sociais (os migrantes, por exemplo), na espoliação da mão-de-obra e dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo e no crescente fosso entre o Norte e o Sul. Além disso, espalha-se pelo mundo a frustração de que para a grande maioria dos países do Terceiro Mundo a última década foi perdida para o 'desenvolvimento', e de que talvez os próximos decênios também o sejam. (DIEGUES 1992, p.26)

Nesse contexto, ganha sentido a idéia de que não existe um único paradigma da sociedade do bem-estar (a ocidental) a ser atingido por vias do "desenvolvimento" e do progresso linear. Há necessidade de se pensar em vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si.

Esse novo paradigma a ser desenvolvido se baseia segundo Diegues, no reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural entre os povos que nem a homogeneização sociocultural, ditada pela reestruturação produtiva conseguiu destruir. Talvez a implosão recente de grandes impérios e o ressurgimento das identidades étnico-culturais sejam os primeiros sintomas da necessidade urgente de se procurar novos paradigmas de "sociedades sustentáveis".

De acordo com Sachs (1986) as mudanças no rumo do desenvolvimento decorrem da estreita imbricação dos objetivos estabelecidos pelo poder institucional, com escolhas das comunidades locais. É assim que ele incorpora o conceito de sustentabilidade ao desenvolvimento perverso, de forma que este possa melhorar as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeitar os limites da capacidade dos

ecossistemas. Esta sustentabilidade encontra-se fortemente ligada a riqueza da cultura humana, ou seja, nos conhecimentos e tradições do homem em relação ao meio ambiente. Assim:

> Existem margens de escolhas importantes, mesmo nas situações de indigência material, em particular no que se refere à articulação dos diferentes níveis da economia nacional, à importância atribuída aos objetivos sociais, às mobilidades de acesso aos recursos e de participação de bens, deixando a parte real, à iniciativa e à responsabilidade dos cidadãos (SACHS, 1986, P. 25).

A sustentabilidade, de acordo com Sachs (1993), é um conceito dinâmico, pois leva em consideração as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão. Este autor a enxerga dentro das diversas dimensões, a saber:

A sustentabilidade social, que está vinculada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais; já a sustentabilidade econômica está vinculada ao fluxo constante de inversões públicas e privadas além da destinação e administração corretas dos recursos naturais; a dimensão sustentabilidade ecológica está vinculada ao uso efetivo dos recursos existentes nos diversos ecossistemas com mínima deterioração ambiental; a sustentabilidade geográfica está ligada à má distribuição populacional no planeta, sendo “necessário buscar uma configuração rural urbana mais equilibrada”; a sustentabilidade cultural procuraria a realização de mudanças em harmonia com a continuidade cultural vigente (SACHS, 1993).

Em 2000 Sachs acrescenta mais quatro dimensões ou critérios de sustentabilidade: ambiental, territorial, política nacional e política internacional; a sustentabilidade ambiental permitiria que ecossistemas naturais realizem autodepuração; a territorial visa à eliminação de disparidades inter-regionais, a destinação igualitária de investimentos públicos e a “conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento”; a sustentabilidade no âmbito das políticas nacionais passa pelo “nível razoável de coesão social”, democracia e capacidade institucional do Estado “para implementar o projeto nacional”; quanto a políticas internacionais, a sustentabilidade passaria pela garantia de paz assegurada pelo fortalecimento da ONU (Organização das Nações Unidas), controle do sistema financeiro internacional,

verdadeira cooperação científica e diminuição das disparidades sociais norte-sul (SACHS, 2000, 86-88).

A sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema, configurando-se então na questão de se atingir harmonia entre seres humanos e a natureza.

Esta tem se firmado como um novo paradigma para o desenvolvimento humano, e exige um profundo senso ético, de igualdade e justiça social, de preservação e diversidade cultural, impondo-nos um grande desafio, no sentido de exigir profundas mudanças na forma de pensar, viver, agir, produzir e consumir. Com efeito, uma análise retrospectiva nos permite afirmar que dos meados da década de 1970 aos dias atuais, a sustentabilidade vem assumindo lugar relevante nas vertentes econômicas, sociais, e ambientais.

A sustentabilidade se refere não somente ao que o ser humano pode ganhar, mas à maneira como pode ser mantida decentemente sua qualidade de vida. Isto gera duas dimensões: uma negativa e outra positiva. A dimensão negativa é reativa como resultado de tensões e choques e a dimensão positiva é construtiva, aumentando e fortalecendo capacidades, gerando mudanças e assegurando sua continuidade. A sustentabilidade de indivíduos, grupos e comunidades está sujeita a tensões e choques.

Esta vulnerabilidade tem dois aspectos: um externo, em que as tensões e choques são o sujeito, e outro interno, que são sua capacidade de resistir. As tensões são tipicamente contínuas e cumulativas, previsíveis e dolorosas, como escassez sazonal, crescimentos populacionais e diminuição de recursos, enquanto choques são eventos tipicamente súbitos, imprevisíveis e traumáticos, como incêndios, inundações e epidemias. Qualquer definição de sustentabilidade tem que incluir a habilidade para evitar ou mais comumente resistir a essas tensões e choques. Já a dimensão positiva da sustentabilidade social está em sua capacidade para prever, adaptar e aproveitar mudanças no ambiente físico, social e econômico.

Almeida (2002) enfatiza a habilidade de a sustentabilidade perdurar no tempo, evitando o colapso das civilizações, sociedades, economias e organizações, tornando-as capazes de sustentar-se. O processo de mudança do antigo paradigma para o novo – o da sustentabilidade – está em andamento e envolve todas as áreas do pensamento e da ação humana.

2.2-TERRITÓRIO COMO MATERIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

O homem, ao longo de sua trajetória histórica vem desenvolvendo o estudo do espaço e nesta evolução tem buscado entender a relevância deste para análise e reflexão dos fenômenos sociais, naturais, culturais, entre outros.

Portanto, a visão de espaço que nos interessa é o de espaço geográfico entendido como resultado das relações entre os homens e destes com a natureza, e ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações que o constituiu. O espaço geográfico é a materialização da existência humana, sendo, portanto uma dimensão da realidade e para entendê-lo se exige a compreensão de como ele é produzido.

Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza e pelas dimensões sociais, que são produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

Este contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que o transforma, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é multidimensional, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação.

Eis então a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos (1996, p. 50): “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro

único no qual a história se dá". Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

O espaço, assim como o lugar e o território é, sobretudo uma construção. O espaço envolve basicamente dois elementos: o objeto e a ação. Santos (1997) descreve o espaço como uma relação dinâmica, composta pelos sistemas de objetos e os sistemas de ação. Os sistemas de objetos constituem o que chama de "fixos"; os sistemas de ação seriam os "fluxos". Os fixos são elementos aos quais se atribui uma característica (uma árvore, um computador, um personagem mítico); os fluxos consistem nas informações que circulam com base nos fixos, que lhes servem de referência e catalisação (a variação de temperatura, uma página web dinâmica). fixos e fluxos tornam o espaço um elemento que remete ao lugar. São eles que, a cada momento, redefinem e recriam as condições ambientais e sociais de cada lugar. Cada espaço tem, portanto, a sua lógica, que determina de que forma os objetos serão destacados e se organizarão.

Portanto, o espaço caracteriza-se pela percepção inicial, ou melhor, pelo "impacto polissensorial", enquanto o lugar se constrói a partir da consciência desta percepção, na qual objetos e ações adquirem qualidade, adquirem valor. O espaço transforma-se em lugar quando qualquer representação imagética, sonora ou verbal do espaço implicar na seleção e organização peculiar de objetos e ações. Esta transformação ocorre fundamentalmente através do uso (FERRARA, 1993).

O lugar se distingue por estar impregnado de cultura. Não é, pois, um fenômeno necessariamente material, mas, sobretudo, uma experiência. Por ser uma experiência, o lugar caracteriza-se por ser uma parte do espaço que contém elementos cujos significados e ordenação são atribuídos conforme a cultura e as expectativas de quem o considera como seu lugar. É no lugar que fixos (objetos) e fluxos (ações) ao adquirirem valor, fazem a história de quem os experimenta e lhes atribuiu este valor. Portanto, se retirados dos seus lugares, produtos ou populações serão meras abstrações (Santos, 1997).

A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras sócio-espaciais.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O **território** é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação pelo fato deste possuir limites e fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Correa (1996) afirma que, em relação à sua terminologia, o território deriva do latim *terra* e *toriun*, que significa terra pertencente a alguém. Este pertencimento, alerta o autor, que não se vincula necessariamente ä propriedade da terra, mas ä sua apropriação. Ou seja: se por um lado o território se associa ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento espacial, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas pelos grupos distintos, definidos segundo renda, sexo, idade, ou outros atributos. É a partir desse sentido que o território se vincula a uma geografia que privilegia o sentimento e simbolismos atribuídos aos lugares. Assim, a apropriação passa a se vincular ä identidade de grupos e a afetividade espacial.

O termo território, originário das ciências naturais, se inseriu na Geografia a partir da década de 1970. Nesse mesmo período Claude Raffestin um dos mais significantes estudiosos dessa categoria, propõe uma discussão sobre o território, através das relações sociais, entendidas por ele como sendo primeiramente relações de poder.

De acordo com Bonnemaison (2002, p. 126). O território é primeiramente, uma determinada maneira de viver com os outros; sendo que muitas vezes, os seus limites geográficos se fazem pela relação cotidiana. O espaço se inicia para além daí. “O espaço começa fora do território quando o indivíduo está só, confrontado, e não mais associado a lugares”, materializado pelas relações. Atualmente se produzem cada vez menos território e

cada vez mais espaço, onde o individuo não se sente mais enraizado; os seus vizinhos são estranhos

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O mesmo é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Rasffestin em sua abordagem sobre o território, o relaciona, e ao mesmo tempo o diferencia do espaço. Portanto, espaço neste contexto preexiste a toda e qualquer ação, e assim sendo, este será objeto da ação, através da qual se tornará território e, como toda produção realiza-se num campo de poder.

Nesse caso, Raffestin define o espaço e o território como sendo:

> O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144).

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-e-versa. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, pois estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. Demarca-se assim, o fato de que as relações sociais são mediadas pelos significados historicamente, produzidos para as posições ali assumidas.

Nesse sentido, todo grupo social precisa apropriar-se de uma porção do espaço para nele viver. O território é uma forma de apropriação desse espaço, resultado de uma criação humana, significando que este se transforma em território por meio da ação coletiva, política e pelo exercício do poder. Todos os povos criam laços afetivos e atitudes socioculturais em relação ao território e a sua paisagem.

De acordo com Raffestin ,

> Os homens vivem ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é imprescindível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN 1993, p. 158):

A categoria território implica o controle/poder exercido sobre as variáveis da extensão (forma, posição, distância, direção e diversidade de direção), bem como sobre os movimentos e as conexões entre sujeitos e estruturas. Nesse sentido, o poder é produzido nas relações, em cada instante; não é uma instituição, mas o nome que se dá a uma situação complexa da vida em sociedade.

Segundo Saquet (2007), o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de força que extrapolam a atuação do estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc.

De acordo com Raffestin, (1993), o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações. O território é o lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social.

A conceituação de território para Cox (2002, p.3 apud Haesbaert 2007, p. 68) é definido como “espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território”. Com relação à apropriação do território, Godelier (1984) define como uma “apropriação simbólica”, pois:

> (...) o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida

> dos homens, tanto a delas própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER, 1984, p. 114 apud HAESBAERT, 2007, p.69).

O território se constrói pela combinação e imbricação das relações de poder, do mais material e funcional, ligado a interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico e expressivo ligados às relações de ordem mais estritamente cultural. Portanto, "o território, enquanto relação de dominação e apropriação da sociedade – espaço, desdobra-se ao longo de um *continum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica" (HAESBART, 2007, P. 95)

As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Nesse sentido, o território tem um caráter de exclusividade, produto do poder de delimitar um espaço, mas a delimitação não cria homogeneidade ou uma qualidade única dentro do território, nem gera um único território. Podem coexistir e sobrepor-se vários territórios, em conformidade com a conjuntura histórica, o grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema político, a correlação das forças sociais, os hábitos e tradições, expressas em consensos, tensões e conflitos.

O território abarca um conjunto de relações entre os sujeitos, contidas em diversas categorias, tais como Estado, mercado, circulação, trocas materiais e intercâmbios imateriais, hábitos, tradição, entre outras, que expressam um processo de territorialidade que lhe foi particular e, desta forma, transforma aquele espaço em um âmbito territorial de processos sociais.

Para Haesbaert(2007) a territorialidade indica o que faz parte do território, sendo esta entendida como totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas. Nesta são fortes o senso de identidade espacial, senso de exclusividade e da interação humana no espaço.

Cara (1996) considera que tanto a territorialidade quanto a identidade podem ser aplicadas ao individuo ou conjunto social e são, portanto suscetíveis de análise em diferentes escalas: nacional, regional, local, etc. Dessa forma o sentido de pertencimento de identidade, de tomada de consciência e de ação passa a definir a territorialidade.

A compreensão do território exige o conhecimento de sua territorialidade, que estão imbricadas na subjetividade dos sujeitos. Portanto, "um território é composto por várias territorialidades" (HAESBAERT, 2007).

Segundo Souza, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o individuo produz a territorialidade que remeteria aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que foi colocado há pouco, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. (SOUZA, 2001 p.90).

Essa territorialidade é vista como estratégias espaciais usadas para obter esse controle. Ela seria constituída por três questões: seria simultaneamente uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e ainda um modo de comunicação.

O território ainda pode ser embutido em três vertentes básicas: jurídico-política, segundo a qual "o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal"; cultural, que "prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço"; econômica, "que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho". (HAESBAERT, 2007, p.18).

Os grupos sociais estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais Souza, (2001). Temos, portanto, uma abordagem sobre território dentro do viés político e também cultural. Para este autor:

> O território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros de uma coletividade ou "comunidade", os insiders) e os "outros" (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA 2001 p.86)

Portanto, cabe neste trabalho uma abordagem acerca do território dentro do contexto das relações socioculturais, pois a mesma contempla tanto uma concepção de território com relação à natureza, quanto uma relação entre os homens e todo o seu arcabouço identitário.

Assim, a ocupação do território é vista como algo que gera raízes e identidade, pois um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria ligada aos atributos do espaço concreto físico.

Nesse viés, Bonnemaison e Cambrezy (1997 apud Almeida, 2005, p.109) consideram que o vigor do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. A cultura, portanto inscreve-se no território.

De acordo com Haesbaert (2002 p. 25), o território define-se antes de tudo com referência às relações sociais em que está mergulhado. Portanto, é necessário inserir análise do território e os seus componentes do imaginário social elaborado pelo homem para dar significados ao lugar e criar identidades.

O lugar deriva do espaço, é construído a partir dele. Da mesma forma que o lugar, o território também é o espaço carregado de significação. Entretanto, no território os fixos e fluxos (objetos e ações) que compõem o lugar assumem uma condição especial. No território, qualquer objeto, ação ou indivíduo que se encontre neste lugar deve seguir a orientação cultural dominante. Portanto, o território deriva do lugar e está ligado à idéia de domínio

Duarte (2002). Um território pode ser instituído por ação exógena ou por ação endógena. É constituído por ação exógena quando as normas, as orientações culturais, vêm de fora dele. Os elementos de identidade são, portanto, estabelecidos por sujeitos externos ao território. Já a ação endógena ocorre quando os elementos culturais, as normas, são definidos por sujeitos de dentro do território, que com ele se identificam.

Quer seja na tradução do lugar, onde as referências pessoais, de vizinhança, afetividade e solidariedade criam laços culturais, identidades e permanências, quer pela ligação entre imaginário social e um território, quando o mesmo torna-se sujeito da história, camuflando ou escondendo, por vezes, a cada visibilidade das relações sociais, que emergem como problemas territoriais.

Ainda, para Sposito (2004) existem dois caminhos para a compreensão de território: das redes de informações e da volta ao indivíduo e sua escala cotidiana. No primeiro caminho, o estabelecimento das redes de informações é uma realidade atual ampliada pelo rápido desenvolvimento das tecnologias, em que as informações podem percorrer milhares de quilômetros em segundos. Essa situação acaba "diminuindo" as distâncias (através do aumento da velocidade), elemento central para a apreensão dos territórios pelos indivíduos, e dificultando a manutenção das identidades territoriais (nacionais, regionais, de vizinhança, entre outros). De certo modo, isto poderia estar indicando o fim dos territórios ou um grande processo de desterritorialização.

Neste sentido, Santos (2008) salienta que "hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra". O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como migrantes, assim como os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Entretanto, o que se percebe, em vários lugares, é a luta identitária com todo o seu vigor. Neste contexto, Haesbaert (2007) em sua obra o mito da desterritorialização, considera que ao mesmo tempo em que ocorrem processos de desterritorialização, ocorreriam, também, territorializações e reterritorializações. É nesse contexto que se insere o segundo caminho para o entendimento do território, o do indivíduo e de seu cotidiano.

O lugar encerra, dessa forma, o espaço da vivência e da convivência, e possui como ponto de referência o cotidiano – imprescindível para a compreensão da sociedade. Acredita-se que o mais correto seria usar de forma híbrida os conceitos de território e lugar; mais precisamente, o território teria como substrato referencial o lugar. Cabe enfatizar que alguns territórios, relações de poder espacializadas, não possuem referência com o lugar. As dimensões econômicas e/ou políticas são preponderantes perante o cotidiano das pessoas (lugares).

Neste contexto Haesbaert (1997), ao se utilizar de duas categorias analíticas para explicar o desenvolvimento da sociedade capitalista, quais sejam, territórios dominados e territórios apropriados, deixa claro uma diferenciação relacionada aos conceitos de território e lugar.

Assim, os territórios apropriados possibilitariam uma "apropriação" simbólica e identitária, além de funcional, desses espaços, portanto, uma apropriação que só pode ter início no "lugar" de cada indivíduo. De outro, os territórios dominados seriam aqueles espaços transformados e, também, dominados, quase sempre fechados. Estes espaços seriam puramente utilitários e funcionais, dentro de uma razão instrumental, ou seja, com a finalidade de controlar os processos naturais e sociais através das técnicas, submetendo-os ao interesse da produção.

Em suma, o território pode assumir as mais diversas escalas, formas e manifestações, desde pequenos territórios – um bairro em uma cidade ou uma vila rural, até um território de uma grande multinacional que possui suas ramificações em vários países. Como defende Haesbaert, o que muitos chamam de desterritorialização é, em realidade, uma nova forma de territorialização, a multiterritorialidade: ou seja, "um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais, em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial" (HAESBAERT 2007, p. 32).

Portanto, a conceituação, aqui defendida, é aquela em que o território é definido como um espaço determinado por relações de poder, definindo, assim, limites ora de fácil

delimitação (evidentes), ora não explícitos (não manifestos), e que possui como referencial o lugar; ou seja, o espaço da vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa. E, considerando ainda, o estabelecimento de relações, internas ou externas, aos respectivos espaços com outros sujeitos sociais, instituições e territórios.

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1- ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DOS POVOADOS PORTO DO MATO E SACO DO RIO REAL[1]

A paisagem expressa mais do que o domínio do visível, pois o arranjo espacial das diversas formas e objetos que a materializam revela também a cultura e a carga de trabalho humano que foram depositadas no espaço para a sua construção e/ou artificialização.

O termo paisagem é apresentado para caracterizar a associação peculiarmente geográfica de fatos. Ela pode ser definida por uma associação distinta de formas ao mesmo tempo físicas e culturais.

Nesse trabalho, o conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área de estudo que são importantes para o ser humano e nas formas do uso dessa área, incluindo também as bases da cultura humana.

De acordo com Coriolano (2005, p.27), "a paisagem é o conjunto de formas que num dado momento expressa as heranças que representam sucessivas relações localizadas entre homem e natureza"; completa ainda, "a paisagem é sempre transformada e acompanha os processos sociais, políticos e econômicos".

Propomos neste capítulo um estudo acerca dos elementos que formam a paisagem da área de estudo, o que perpassa pelos seus aspectos geoambientais, com o intuito de, nos capítulos posteriores, integrarmos estes estudos na análise do lugar, para uma melhor compreensão das relações entre ser humano-natureza dentro de uma escala local.

[1] A contextualização dos aspectos históricos, bem como dos aspectos naturais da área de estudo foi construída com base na seguinte bibliografia: DINIZ (1991); SANTOS ANDRADE, (1998); VARGAS, M. A. M. (2006); WANDERLEY (1998).

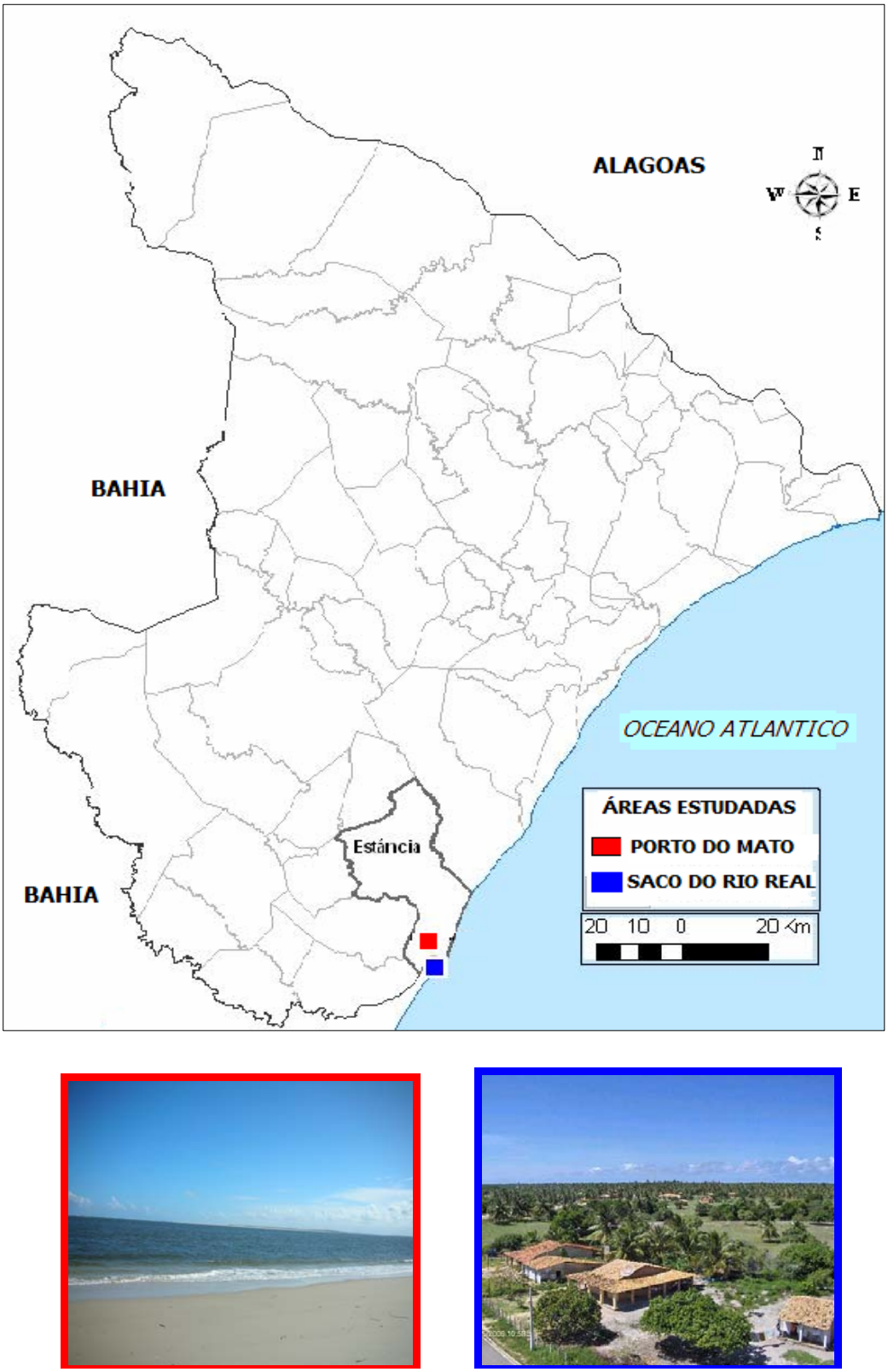

Figura 3.1: Povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real- Localização Geográfica.
Fonte: modificado a partir do Atlas digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe. SEPLAN, 2004.

Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real estão localizados no município de Estância/SE e, por conseguinte, na porção Centro-Sul do Estado de Sergipe, ficando a 130Km da capital, integrando também o Litoral Sul, fazendo parte da APA (Área de Proteção Ambiental), que agrega os municípios de Itaporanga D'Ajuda, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Estância.

A caracterização dos aspectos geoambientais dos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real é significativa no sentido de proporcionar o reconhecimento dos processos de interação dos quadros natural, socioeconômico e cultural, de suas potencialidades e limitações, revelando as possibilidades de uso racional dos recursos naturais da referida área. A disposição desses recursos e suas potencialidades de uso foram preponderantes para o processo de ocupação do litoral estanciano para a atividade turística, realidade essa atribuída a todo o litoral nordestino, o que contribuiu para a estruturação dos quadros regionais, influenciando a localização e a diversidade econômica da região (SOUZA et al., 1995).

O Litoral Sul de Sergipe começou a ser ocupado primeiramente na porção do espaço que hoje se chama Povoado Saco do Rio Real, no século XVI a partir da invasão de piratas franceses, que estavam à procura de produtos nativos para comercialização na Europa. Nesse processo, os mesmos criaram uma feitoria às margens do rio Piauí, dando origem à atual cidade de Santa Luzia do Itanhy, a qual, pela proximidade, até o início da década de 1980 mantinha uma estreita relação econômica, até mesmo maior que com o próprio município de Estância.

Os portugueses, sentindo a urgência em colonizar as terras sergipanas, deram início ao processo de colonização com a chegada dos padres jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio no ano de 1575. Estes aportaram no estuário de Mangue Seco, dando início ao processo de catequização dos indígenas (havia a presença marcante dos índios tupinambá na área de estudo). Nesse contexto, houve também a expulsão dos franceses e, ao mesmo tempo, a conquista da feitoria de Santa Luzia do Itanhy (WANDERLEY, 1998).

Figura 3.2: placa localizada no povoado Saco do Rio Real indicando a presença dos jesuítas na localidade.
Fonte: www.tvcultura.com.br acessado em 10/02/2008.

A partir daí, começaram a chegar os primeiros colonos atraídos pelas imensas pastagens favoráveis à criação de gado que serviram de subsídio para a cultura da cana -de -açúcar, principal atividade econômica do Nordeste. Surgem então, grandes fazendas de gado, dando origem à cidade de Estância. Logo depois, estas deram lugar ao cultivo da cana-de-açúcar no século XVII, interpenetrando os vales férteis dos rios Piauí, Real e demais rios da região (DINIZ, 1991).

O município de Estância, em meados do século XVIII, se constituiu em próspera província, devido a sua posição geográfica privilegiada, sendo banhada pelo Oceano Atlântico e pelo rio Piauí, que lhe proporcionaram excelente porto, passando a ser a rota de convergência de todas as exportações do Estado de Sergipe. Esta cidade ficou caracterizada como detentora das vias de acesso marítimo-fluvial mais praticáveis de todo o estado (WANDERLEY, 1998).

Com a decadência da atividade canavieira, o município de Estância conseguiu superar a crise devido a sua proximidade com Salvador, e por isso desenvolveu características sócio-econômicas e culturais especiais. Dessa forma, a visualização de novas alternativas econômicas, como a atividade industrial tornou-se mais fácil.

No final do século XIX, estabeleceram-se relações econômicas que deixavam mais clara a presença do capitalismo, com a expansão do trabalho assalariado principalmente na

cidade, contribuindo assim para o crescimento e a consolidação da industrialização e a consequente urbanização de Estância.

Como exemplo do exposto acima, pode-se citar a fundação da indústria têxtil em 1891, que vem compensar os prejuízos advindos do declínio da cana-de-açúcar, reforçando assim a economia de base urbana que se instalou na cidade, em que se pese a importância do coco-da-baía e da criação do gado (WANDERLEY, 1998).

Na década de 1970, a indústria têxtil recebe investimentos por parte do governo, e nessa mesma década é implantado o DIE (Distrito Industrial de Estância), passando a possuir duas fábricas de concentrado de laranja para exportação para toda a Europa e EUA, assumindo assim a posição de agente impulsionador da citricultura da porção Centro-sul do estado de Sergipe, levando a mesma à posição de segunda maior produtora e exportadora de concentrado de suco de laranja do Brasil. Dessa forma, Estância assume características urbano-industrial.

É relevante enfatizar que, apesar de o processo de formação territorial do município de Estância ter se iniciado no litoral (onde estão inseridos os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real), o seu desenvolvimento se fez de fato mais para o interior, através da colonização, de modo que este assumisse a sua configuração atual. Dentre os fatores que podem explicar o exposto acima, pode-se citar a importância da cultura da cana-de-açúcar que necessitava de solos mais férteis (mais afastados do litoral) e também pela presença do porto fluvial que naquele momento atendia às necessidades da economia açucareira, bem como pela ocorrência de terras boas para pastagem mais para o interior.

Entretanto, com as transformações econômicas que o município vem sofrendo, como a decadência da atividade industrial, da lavoura, pecuária e ascensão da atividade turística como atividade econômica mais promissora no momento, há nos últimos anos uma ocupação intensa do litoral e uma reorientação da urbanização do município para a faixa costeira.

Houve a princípio no litoral – incluindo a área de estudo - uma produção do espaço voltado para si próprio, caracterizado pela agricultura de subsistência e auto-subsistência,

levando essas comunidades litorâneas ao povoamento disperso, tênue e fragmentado, em relação à sede municipal, conforme será enfatizado posteriormente.

Portanto, a produção espacial de Estância se deu em três fases distintas: no primeiro momento, a ocupação através das pastagens, originando assim os primeiros núcleos populacionais. A cidade de Estância surge a partir da criação de gado, que na época colonial era chamada de estâncias. No segundo momento, a agricultura tipo exportação assume o papel de principal agente da configuração espacial; posteriormente o surgimento das primeiras fábricas, fazendo com que a cidade de Estância tivesse um crescimento significativo, principalmente em relação aos municípios do seu entorno (DINIZ, 1991)

A partir de então, sua economia tem como base a industrialização e outro fenômeno começa a surgir – o da "urbanização", que se deu através do êxodo rural. Tal fato coincide com a migração da população do povoado Saco do Rio Real para várias cidades do estado e de outras regiões do país, a exemplo dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse fato e explicado pelas condições socioeconômicas em que se encontravam os povoados que fazem parte deste município, conforme será exposto ainda nesse capítulo.

Um aspecto que chama a atenção é o fato de os povoados rurais terem ficado totalmente isolados das mudanças espaciais econômicas pelas quais passou a cidade de Estância, mesmo com a industrialização (século XX), pois não havia nenhuma política governamental voltada para o planejamento de modo a promover uma maior **integração** espacial.Do mesmo modo acontecera com o país como um todo, onde os espaços que foram sendo ocupados e explorados não estabeleciam conexão entre si, constituindo assim as chamadas "ilhas econômicas".

Levando em consideração as colocações feitas até então, pode-se concluir, em vias gerais, que o espaço geográfico da área de estudo se configurou voltando-se para fora do seu próprio espaço e articulado com o mercado externo, causando um desequilíbrio entre meio rural e urbano, situação essa que se perdura até os dias atuais. Este mesmo espaço continua se reproduzindo dentro da ótica da globalização, tendo como princípio balizador o fortalecimento da atual política neoliberal e que, apesar de estarmos no século XXI, ainda

prevalece o isolamento socioeconômico não só nos povoados litorâneos do município de Estância, mas em muitas comunidades brasileiras.

Nesse contexto de isolamento, os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, surgidos nos século XVI como espaços produzidos dentro da lógica do colonizador europeu, mantiveram-se como ilhas desconectadas do fluxo econômico nacional. As comunidades se reproduziram de forma endógena, com a pesca e cultivos de subsistência.

Além de uma breve abordagem histórica para entendermos o processo de formação territorial da área de estudo, é relevante enfocarmos outros aspectos tais como naturais, sociais dentro de uma perspectiva relacional.

Com base na literatura sobre os aspectos geoambientais do estado de Sergipe, podemos caracterizá-la da seguinte forma: a área de estudo tem como principal unidade geomorfológica a planície litorânea, caracterizada pelas suas formas planas e baixas (praias e restingas, conforme figura 3.3), constituídas pela deposição de sedimentos e outros materiais trabalhados pelo mar (sedimentos de praias e aluviões), intercaladas por formações dunares. Esta unidade geomorfologica é formada por terrenos da era Quaternária, com altitudes que variam até vinte metros (VARGAS, 2006).

Figura 3.3: Povoado Saco do Rio Real: formação dunar
Fonte: GOMES, R..C.S. Pesquisa de Campo, 2008.

O povoado Saco do Rio Real é o que podemos chamar de uma ponta de areia, caracterizada por uma dinâmica geomorfológica que envolve três estuários (conforme será exposto ainda neste capítulo). Já o povoado Porto do Mato está inserido na porção mais interiorana em relação ao povoado anterior, estando entremeado de mar, lagoas e o rio Fundo estando, portanto localizado em uma área de restinga.

No povoado Saco do Rio Real, a dinâmica geomorfológica está afetando as residências secundárias de veraneio, através de um processo erosivo que se dá de forma bem acentuada. Esse fenômeno está provocando a destruição das residências construídas na ponta do Saco, um filete de terra entre o rio e o mar. As figuras 3.4 e 3.5 evidenciam dinâmica externada, pois há cerca de um ano a residência secundária identificada abaixo localizava-se na ponta do Saco e em decorrência da dinâmica costeira foi totalmente destruída pelo mar, assim como a estrada de acesso ao local. Atualmente só se pode chegar até esse local por via marítima. As demais residências secundárias localizadas nessa porção litorânea também estão correndo o risco de serem “engolidas“ pela força deste fenômeno.

Figuras 3.4 e 3.5: residência secundária localizada na ponta do Saco destruída pela dinâmica do mar
Fonte: GOMES, R.C.S. Pesquisa de campo, 2007[2] e 2008

Preocupados com a dinâmica geomoforlógica, alguns proprietários que possuem suas residências à beira mar estão colocando os seus imóveis de veraneio à venda, ou até

[2] Foto registrada em trabalho de campo no ano de 2007 para a produção do trabalho intitulado Uso e ocupação do solo da praia do Saco: uma análise da percepção dos atores sociais locais a cerca do turismo e veraneio

mesmo desmanchando-os, salvando o que podem como telhas, móveis, portas, enfim, materiais de construção que podem ser reutilizados em outro imóvel, como mostram as figuras 3.6 e 3.7:

Figuras 3.6 e 3.7: situação passada e presente – imóvel em processo de desmanche e construção de muro de contenção como tentativa de proteção – povoado Saco do Rio
Fonte: GOMES, R.C.S. Pesquisa de campo, 2007[3] e 2008.

No tocante aos aspectos hidrográficos, a área de estudo é receptora das águas das bacias dos rios dos rios Piauí e Real. A primeira tem como rio principal o Piauí, que nasce na serra dos Palmares no município de Riachão do Dantas e drena as terras da região Centro-Sul onde o município de Estância está inserido (Vargas, 2006). Entre os seus principais afluentes, destaca-se o rio Fundo, que banha o povoado Porto do Mato e Saco do Rio Real, e juntamente com o Piauí deságua no oceano Atlântico. Já a segunda bacia tem como rio principal o Real, que nasce na serra do Tubarão no município de Poço Verde/SE, na divisa com o estado da Bahia.

Esse rio banha terras sergipanas apenas na margem esquerda, e deságua, junto com o Rio Piauí, na praia do Saco, através do imenso estuário nomeado Piauí-Fundo-Real, mas também conhecido como estuário do Mangue Seco, este, povoado do município de Jandaíra – BA.

[3] idem

Figuras 3.8 : estuário do Piauí-Fundo-Real visto do povoado Mangue Seco - BA
Fonte: GOMES, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

Os rios e o mar que banham a área de estudo, conforme figuras 3.8, 3.9 e 3.10 são considerados um referencial identitário para as comunidades ali inseridas, pois são dessas paisagens naturais que os nativos retiram uma de suas fontes de sobrevivência. É também lugar de refúgio, de reencontro com a natureza, um dos aspectos ligados à topofilia que aparece no estudo da percepção desses sujeitos (GOMES R. C. S, 2006). Para os turistas, é uma paisagem determinante enquanto objeto de consumo, uma vez que a área torna-se turística a partir principalmente do oceano Atlântico e dos rios que banham os povoados Saco do Rio Real e Porto do Mato, e que será melhor trabalhado no capítulo posterior.

Figuras 3.9e 3.10: Praia do Saco e estuário do Piauí-Fundo-Real
Fonte: GOMES, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008

O tipo climático que domina a área é o sub-úmido, com chuvas distribuídas o ano todo, concentradas de abril a agosto, havendo somente de um a três meses secos e, portanto, elevando seu potencial turístico.

Os tipos de solo são areno-argilosos, ácido, com alto teor de salinidade, sendo pouco profundos, com baixa fertilidade e alta porosidade, o que facilita a drenagem. Essas características se dão entre outros fatores pelo tipo climático e pela situação costeira da área, também entremeada por solos pouco desenvolvidos e inundáveis que dão sustentação a extensos manguezais (SANTOS A., 1998)

Afora os manguezais às margens dos rios e canais, conforme figuras 3.10 e 3.11, a paisagem é dominada pela vegetação de restinga, predominantemente herbácea devido à influencia da brisa marítima e por coqueirais. As roças, sobretudo de mandioca, são pequenas e completam o mosaico da paisagem entre os povoados.

Figuras 3.11 e 3.12: bosque de manguezal às margens do Rio Fundo e estuário dos rios Piauí-Fundo-Real respectivamente.
Fonte: GOMES, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

Vale destacar a exuberância dos manguezais que ocupam as margens das ilhas e canais estuarinos presentes nessa área. Este ecossistema é de fundamental importância para as comunidades locais, pois muitas famílias se utilizam dele para sobreviver através da pesca, principalmente do aratu e do caranguejo- úçá, comercializados nos povoados e na feira dos municípios de Estância, de Itaporanga D'Juda, de Santa Luzia do Intanhy, ou

diretamente com compradores ou “atravessadores” que se deslocam até os postos de venda..

Este ecossistema é alvo de preocupação, pois os nativos e veranistas falam da exuberância deste em períodos anteriores, porém sofreu degradação com o desmatamento e soterramento, dando espaço a loteamentos e sítios, pontes (figuras 3.12 e 3.13), sobretudo no povoado Porto do Mato.

Figuras 3.13 e 3.14: ponte sobre o Rio Fundo. Atracadouro de embarcações e porto de comercialização de marisco – povoado Porto do Mato
Fonte: GOMES, R.C.S Pesquisa de campo, 2008

A relação produção humana - ambiente dialética e reflexiva mostraram-nos as alterações que ocorrem no ambiente e atingem diretamente o ser humano. Pode ser citada neste trabalho a degradação ambiental pela qual passa a área de estudo. No processo de apropriação do espaço, geralmente são rompidos os ciclos naturais, o que os impedem de continuarem funcionando eficientemente, propiciando assim o esgotamento dos recursos naturais devido à intensidade e à velocidade de exploração.

Todos os aspectos naturais aqui descritos merecem atenção, o que perpassa pelo cuidado que se deve ter para que as gerações futuras possam também vislumbrar sua importância. Esta atenção pode se constituir também em peça chave para o desenvolvimento de qualquer comunidade.

Cuellar (1997) ressalta que o meio natural compreende áreas fundamentais que transmitem à população a importância do ambiente para que nos lembremos quem somos, o que fazemos, de onde viemos e, por consequência, como seremos.

Quem não tem na lembrança histórias que envolvam a paisagem natural? Todas estas lembranças fazem parte da vida do indivíduo. Perdê-las é, além de dano ambiental irreversível, uma agressão à memória e, acima de tudo, a perda da qualidade de vida.

Partindo para a caracterização socioeconômica, a área do Município de Estância é de 649,6 km^2, e o Censo do IBGE (2000) registrou uma população total de 58.836 habitantes, com uma densidade demográfica de 90,6 $hab/km^{2,}$ com uma taxa de crescimento populacional de 1996 para 2000, de 0,91 a.a.

Levando em consideração a divisão dos setores do IBGE (2000), a população da área é de 1.887 habitantes, distribuída em 441 domicílios particulares permanentes. De acordo com sua composição etária, há o predomínio de jovens e adultos. A maior parte dessa população está inserida no povoado Porto do Mato, tendo em vista que nas observações *in locu* constatou-se que no povoado Saco do Rio Real há cerca de apenas 15 famílias residentes.

Em relação à população veranista, não se tem registro oficial desta nos órgãos municipais procurados, porém, de acordo com observações e informações adquiridas informalmente na prefeitura Municipal e com os nativos, existem cerca de 500 residências secundárias em ambos os povoados, contudo é no povoado Saco do Rio Real que estas estão concentradas. No povoado Porto do Mato existem aproximadamente 100 destas residências. O motivo da distribuição espacial dos imóveis de residência secundária são esclarecidos no capítulo 4 deste trabalho.

Em relação aos aspectos socioeconômicos da área de estudo tomamos por base as informações fornecidas pelo IBGE, agregados de setores (2000) que contêm dados dos setores os quais estão inseridos ambos os povoados ligados a educação saúde, saneamento básico e distribuição de renda da população residente.

Entre 1970 e 2000, segundo dados do IBGE, a população urbana do município de Estância teve um crescimento contínuo. Já a população rural que era minoritária seguiu a tendência de redução, saindo de 27,7 % no total para uma participação de 13,81 %, o que significou uma redução de 50,1 % no total da sua participação.

No tocante aos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, a migração para as áreas urbanas é uma realidade, posto que, apesar das transformações socioeconômicas ocorridas na área apontada pelos moradores de ambas as localidades, a demanda por melhores condições de vida na cidade e outros centros maiores como a capital Aracaju ocorre principalmente no povoado Saco do Rio Real, que vivencia esse processo desde a década de 1970 até os dias atuais.

Em relação a serviço de saúde, Wanderley (1998) afirma que se compararmos a situação das condições de saúde do município de Estância com os demais municípios do litoral sul (Itaporanga, Santa Luzia do Intanhy e Indiaroba), incluindo os seus respectivos povoados, dar-se a perceber que o primeiro oferece uma situação menos problemática em relação aos demais. Isso se deve a uma maior quantidade de equipamentos ofertados à população, que em 2005 perfazia o total de trinta e dois (IBGE 2005). Destes, apenas um servia aos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real. O posto médico – odontológico é particular sem fins lucrativos, pertencente à ASPED (Associação Social Pastoral Esperança de Deus). Trata-se de uma Organização não-governamental, implantada no povoado Porto do Mato na década de 1970, que prestava variados serviços à comunidade e áreas circunvizinhas desde os ligados à saúde até o educacional. Porém, o padre Humberto Leeb, fundador da obra, transferiu a ASPED para a diocese de Estância sob a tutela do bispo D. Marco Eugênio no dia 31/12/2008.

O interesse da Diocese nesse momento é alugar os equipamentos para aqueles que tenham interesse em geri-los. À espera dos interessados, vários segmentos da ASPED estão desativados. Como exemplo, o posto médico-odontológico que servia a toda área litorânea de Estância, desde o início de dezembro de 2008, está à espera de um convênio com a prefeitura, que se interessou em alugá-lo. A ambulância, que era muito útil à população deslocando pacientes em estado mais grave para os hospitais de Estância e Aracaju, também não presta mais este serviço. No povoado Saco do Rio Real nunca houve unidade

de saúde para atender a demanda local. Os moradores iam buscar o serviço no povoado Porto do Mato.

Em relação à Educação, o poder público municipal atende a população da área de estudo com uma escola de Nível Fundamental localizada no povoado Porto do Mato (Escola Municipal Humberto Ferreira), que oferece o ensino da 1ª a 4ª séries. Embora tenha melhorado a sua estrutura física nos últimos dois anos, ampliando o número de salas, esta instituição de ensino ainda funciona com superlotação de alunos, com cerca de 50 em cada turma.

Sem vínculo oficial, a ASPED criou em 1996 o Centro de Formação Luz e Vida, contando com uma creche, um Pré-escolar e uma escola, e que disponibilizava um ônibus para que todas as comunidades litorâneas do município de Estância pudessem usufruir desse, e de outros serviços ofertados por esta instituição.

A Escola Luz e Vida oferecia o Ensino Fundamental da 5ª a 8ª série, com uma estrutura que, apesar de não ser a ideal, oferecia melhores condições de ensino, se comparada à escola municipal, com professores qualificados, embora com baixos salários, e prédio em bom estado de funcionamento. A demanda em relação a essa escola era grande, porém, a mesma não comportava uma quantidade superior a 300 alunos. Para ter acesso ao Centro de Formação Luz e vida, cada aluno teria que pagar um valor que até o ano de 2007 era de R$ 15,00.

Atualmente, o Centro de Formação também está à espera de providencias por parte da prefeitura, pois a mesma alugou o prédio, mas até então não se posicionou em relação ao funcionamento e oferta de matrícula da escola e pré–escola. Todos os funcionários foram demitidos (incluindo professores e coordenadores) no momento em que foi oficializada a entrega da ASPED para a diocese de Estância. O museu que foi criado pelos alunos e professores da Escola Luz e Vida também foi desativado.

No povoado Saco do Rio Real a única escola que atendia a população foi desativada no ano de 1996 por falta de demanda. Com o fechamento, a prefeitura

disponibilizou um transporte para deslocar os alunos para as escolas localizadas o povoado Porto do Mato

Não há oferta Ensino Médio na área de estudo. Este só é disponibilizado na sede municipal, ficando as pessoas da localidade em questão sujeitas à disponibilidade de transporte (quando o tem) para concluir os seus estudos. São mais de 200 pessoas que vão buscar esse serviço na sede municipal, implicando, portanto, em uma superlotação no transporte que atende ambos os povoados e áreas circunvizinhas.

Em relação ao nível de alfabetização, das 1.887 pessoas residentes, 1.007 compõem o grupo etário de 15 a 59 anos e destas, apenas 157 não são alfabetizadas. Contudo é válido salientar que tais dados não expressam qualidade na educação. De acordo com o IBGE (2000, P.13), considera-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma. A maior parte dos responsáveis por domicílios entre 20 e 30 anos ou mais **não** ultrapassa 4 anos de estudo.

É relevante salientar que a educação não perpassa apenas por saber ler ou escrever um bilhete. Educar é acima de tudo emancipar a humanidade, criar estados de liberdade diante das condições que nos colocamos no processo histórico e propiciar alternativas para ir-se além de tais condições. Emancipar é estabelecer a possibilidade de construir os caminhos que julgamos mais adequados à vida social, diante da compreensão que temos destes em cultura e forma de organização societária, produzindo patamares diferenciados de existência (LOUREIRO, 2004).

Dessa forma, os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real não fogem à regra no que diz respeito à estrutura da educação pública brasileira que por sua vez não funciona como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Outro aspecto social analisado é o saneamento básico que compreende o esgotamento sanitário, coleta de lixo, abastecimento de água e limpeza pública. A deficiência deste coloca em risco a saúde da população, pois favorece a contaminação dos alimentos e das águas de consumo, facilitando principalmente a disseminação de doenças infectocontagiosas.

Em relação ao esgotamento sanitário, dos 441 domicílios, 351 apresentavam banheiros ou sanitários, sendo que destes, 315 tinham fossa rudimentar; em 36 os dejetos eram jogados em valas e em outros escoadouros dando origem a esgotos a céu aberto. (IBGE - agregados de setores 2000).

Já no tocante ao destino que é dado ao lixo a área de estudo apresenta as seguintes características: dos 441 domicílios, 68 têm o seu lixo coletado, sendo que a maior parte é feita através de serviço de limpeza, enquanto que 373 apresentam outra destinação para o lixo produzido - deste total, em 277 domicílios o lixo é queimado na propriedade; em 35 há presença de aterros e em 61 o lixo é jogado em terreno baldio ou em logradouros.

Estes dados são preocupantes, visto que as comunidades não dispõem de um serviço de coleta de lixo eficiente, o que compromete a qualidade de vida dos seus moradores. Como exemplo pode-se citar o considerável percentual de lixo enterrado na propriedade, que consequentemente causa danos ao solo e às águas. Quando este lixo se decompõe pela ação dos microrganismos, produz os resíduos chamados chorume, que por sua vez infiltrando-se no solo, poluindo o lençol freático e, por conseguinte, poços de abastecimento de água que de acordo com os entrevistados, ainda constituem uma das principais fontes fornecedoras de água, embora a há cerca de 1 ano e meio a DESO tenha implantado o sistema de abastecimento de água por rede geral que ainda, nos dias atuais não contempla toda a população residente nas localidades. Aqueles que foram contemplados pelo serviço, não estão satisfeitos com a qualidade água distribuída via sistema de rede geral, preferindo continuar utilizando a oriunda de poços artesianos, embora esta não receba nenhum tipo de tratamento e concentre um forte teor de ferro.

Em relação às residências secundárias, dispersas ou em loteamentos, não há informações oficias que nos dê base para fazermos tal descrição.

Com base nos aspectos mencionados acima, nota-se que a situação dos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real merece uma maior atenção, pois o saneamento básico é deficiente, principalmente no tocante ao esgotamento sanitário e abastecimento de água. Neste último, pela falta de uma rede de abastecimento geral que contemple a população com água devidamente tratada, há uma necessidade de melhoria na situação apontada e

isso deve ser propiciado pela ação do poder público, já que o mesmo é o responsável pela prestação de serviços básicos para uma boa qualidade de vida de qualquer segmento populacional.

No tocante aos rendimentos da população, constatou-se a existência de 441 pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes, sendo que destas, 355 apresentam renda de até um salário mínimo (IBGE 2000).

Verifica-se que a renda dos chefes de domicílios da área de estudo é baixa, e que a maior parte da população vive com o mínimo de rendimento, não fugindo à regra da realidade brasileira, evidenciando assim a má distribuição de renda que constitui um dos principais indicadores de subdesenvolvimento deste país.

No que se refere às atividades econômicas do município de Estância, no setor primário destaca-se a agricultura e pecuária. Na agricultura, há a prática da lavoura permanente e temporária. O cultivo que predomina no litoral de Estância é o coco-da-baía, com 7.990 hectares em 2007. A pastagem natural também se faz presente, sendo comum um baixo grau de investimento financeiro. Ressalta-se, todavia, que a grande maioria dos residentes dos povoados estudados pratica agricultura familiar de subsistência em pequenas porções de terra e em sítios.

Na área de estudo, há o cultivo da mandioca, a extração da mangaba, a criação de bovinos e galináceos, sendo estas práticas ligadas à subsistência. Essas formas de sobrevivência, acrescentando a pesca como atividade relevante e atividades ligadas à prestação de serviço atreladas ao veraneio, ainda conseguem fixar o homem no campo, enquanto que às mulheres falta oportunidade de emprego conveniente e que as fixe na localidade. Nos povoados em questão a migração feminina está se tornando cada vez mais comum, pois as mulheres jovens estão se deslocando para outras cidades, a exemplo da capital para trabalhar como domésticas (GOMES R. C. S, 2007). A falta de perspectiva de trabalho é latente, sendo comum ver aglomerado de jovens em idade ativa, principalmente do sexo masculino, nas esquinas dos povoados, ou em bares, principalmente no povoado Porto do Mato, em qualquer dia da semana.

Em relação à prestação de serviço, a ASPED era a única alternativa de trabalho assalariado com carteira assinada em ambos os povoados. Porém, o seu fechamento afetou a renda de muitas pessoas, principalmente do povoado Porto do Mato, pois grande parte da mão-de-obra absorvida pela instituição era local. A ASPED, até o ano de 2005, perfazia o total de 150 funcionários; destes, apenas os professores eram de Aracaju ou Estância. Até dezembro de 2008, eram apenas 68 funcionários; já em 2009, restaram apenas 7 que foram absorvidos pelos atuais empresários que alugaram a pousada Estrela Tropical, também pertencente à ONG.

O povoado Saco do Rio Real caracteriza-se por apresentar um povoamento disperso, com população pouco numerosa, predominância de casas de veraneio. As residências dos nativos estão mais concentradas nas margens da via terrestre principal, enquanto que as dos veranistas encontram-se distribuídas nos loteamentos, a exemplo do praia das Dunas e por todo o povoado. Há o predomínio de estradas não pavimentadas (figura 15 e 16). O povoado ainda apresenta os seguintes equipamentos: duas mercearias, uma loja de material de construção, cujos donos são veranistas, um posto de abastecimento de combustível pertencente a um vereador da localidade. Na linha de praia há uma seqüência de bares (figura 3.17) que em geral pertencem aos nativos de outros povoados circunvizinhos, como Porto do Mato e Riboleirinha.

Figura 3.15 e 3.16: Estrada sem pavimentação e fundos das residências secundárias na ponta do Saco e casa de nativo com placas indicando a oferta de vários serviços, entre os quais aqueles ligados ao turismo.
Fonte: GOMES R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

Possui serviço de energia elétrica, implantado através do programa de eletrificação rural há cerca de 15 anos, serviço de abastecimento de água implantado há cerca de 1 ano e meio. Possui uma paisagem natural notável: mar, estuário, lagoas, manguezais e campos de

dunas. Não há disponibilidade dos serviços de educação, saúde, bancário. Em relação ao turismo, além da presença marcante do veraneio, o povoado possui três pousadas. O sistema de transporte é feito pela COOPERTALSE (Cooperativa de Transporte Alternativo de Sergipe) e pela viação Voyage que faz a linha Porto do Mato-Saco-Estância-Aracaju. Há também os transportes alternativos que fazem o trajeto Estância-praias. A comunidade ainda conta com um ônibus disponibilizado pela prefeitura que atende a todos os povoados do município. Há uma dependência em relação ao povoado Porto do Mato no tocante aos serviços que não são encontrados na localidade.

Figura 3.17: bares concentrados na linha de praia – povoado Saco do Rio Real
Fonte: GOMES RCS. Pesquisa de campo, 2008

Já o povoado Porto do Mato possui uma população composta por mais de 1500 habitantes distribuídos em aproximadamente 380 domicílios particulares permanentes, contrastando com cerca de 100 residências secundárias de veraneio. Ao contrário do que ocorre no povoado anterior, o povoamento é concentrado com domicílios distribuídos por toda a localidade. Nas margens da rodovia Ayrton Senna (elucidada na figura 3.17), concentram-se residências secundárias em meio a residências dos nativos. Tem como destaque a ASPED, que possui uma série de equipamentos, porém atualmente estão em sua maioria desativados. Atualmente conta com uma escola que oferta educação básica na esfera do ensino fundamental da 1ª a 5ª série; não possui um ponto de comércio significativo, apenas pequenas vendas localizadas nas residências de alguns nativos; há presença de muitos bares ao longo do povoado, concentrando-se nas margens da rodovia Ayrton Senna. A dependência em relação ao povoado Saco do Rio Real está na busca

serviços temporários para veranistas como a venda do marisco e mangaba, já que a demanda destes é bem maior no povoado citado.

Figura3.18: Rodovia Airton Senna - povoado Porto do Mato
Fonte: GOMES R.C.S. Pesquisa de campo, 2006.

No tocante aos aspectos culturais, segundo relato dos moradores de ambos os povoados, as tradições mais significativas da população estão resguardadas na memória coletiva dos nativos, pois manifestações folclóricas como a chamada Função, uma espécie de reisado tendo a figura do boi como elemento marcante não é mais praticado. Outra manifestação que não existe mais é a procissão de Bom Jesus dos Navegantes que era liderada pelos nativos do povoado Saco do Rio Real. Com o fechamento da Igreja de Bom Jesus dos Navegantes, a procissão deixou de ser realizada. Os moradores locais acreditam que o mar está invadindo o povoado pelo fato de não haver mais o culto ao santo. A igreja, que foi abandonada, entrou em processo de degradação, o que levou a comunidade a se reunir para reformá-la com recursos próprios.

Nesta igreja, ilustrada na figura 3.19, está a imagem da padroeira de toda região litorânea de Estância – Nossa Senhora da Boa Viagem. Segundo relatos, ela data de 350 anos, e que por conta das suas características, banhada em ouro e que foi confiscada pela diocese de Estância, gerando revolta na população local, o que a trouxe de volta para a igreja que continua sem funcionar há mais de 15 anos.

O povoado Porto do Mato possui uma igreja chamada de Menino Jesus (figura 3.19), sendo o único local onde as pessoas podem assistir a missa católica e realizar

cerimônias religiosas. O povoado ainda conta uma igreja evangélica. Com o fechamento da ASPED e a consequente retirada do ônibus aos sábados à noite para a missa, a quantidade de fiéis diminuiu significativamente. A missa que antes era celebrada pelo padre Humberto Leeb, agora é presidida por padre designado pela diocese de Estância.

Figuras 3.19 e 3.20: Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, Localizada no Povoado Saco do Rio Real, que atualmente encontra-se desativada; Igreja Menino Jesus, localizada na ASPED no povoado Porto do Mato.
Fonte: GOMES RCS. Pesquisa de campo, 2008.

Outras manifestações como novena do São João, as brincadeiras juninas e festas ligadas aos festejos juninos também foram extintas em ambos os povoados. O que restou de concreto em termos culturais foram os festejos juninos na sede municipal.

Os moradores são donos de uma rica história. O lugar é palco dessa história que envolve toda uma diversidade de manifestações que particularizava aquele povo. Hoje as lembranças se tornaram guardiãs do passado tão presente para aqueles que vivem no lugar.

De acordo com toda a abordagem feita neste capítulo, nota-se que as condições sócio-econômicas dos povoados Porto do Mato e Saco do Real não são favoráveis. Apesar de nos últimos 30 anos ter melhorado, tais aspectos ainda estão longe se configurar em condições dignas de sobrevivência, pois os serviços básicos essenciais que servem como indicadores da qualidade de vida ainda não é realidade para os nativos destas comunidades.

3.2- MÉTODO E INTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Para atender as subjetividades dos dados coletados, optou-se pela pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (1994 p.22), “aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Nesse caso, o estudo do problema e sua delimitação sugerem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema.

De acordo com Godoy (1995a, p. 63), neste tipo de estudo “não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações”.

Sob o ponto de vista de sua natureza, esta pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória pelo fato de se buscar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explicito, uma vez que não há registros a respeito da percepção ambiental dos sujeitos sociais da área de estudo acerca das relações sócio-espaciais que se processam no lugar. Pode-se dizer que o principal objetivo deste tipo de pesquisa é o aprimoramento de idéias ou descoberta de intuições (GIL, 1991).

Descritiva pelo fato de buscar caracterizar o fenômeno. A pesquisa, nesse caso, descreve as percepções dos indivíduos envolvidos com novas formas de uso e ocupação do solo, ligadas ao turismo, principalmente de veraneio. Seu principal objetivo foi levantar opiniões e atitudes de uma população envolvida (GIL, 1991).

Ainda conforme os procedimentos utilizados, a pesquisa é bibliográfica, pois se apoiou em materiais existentes acerca do problema; documental, já que buscou dados e informações produzidos no trabalho de campo, através de coleta de dados primários (entrevistas, observação, seguida de registro fotográfico e construção de mapas mentais).

3.2.1- A Percepção Como Percurso Para A análise das Relações Cotidianas

A questão ambiental, que ocupou os horizontes da humanidade, vem sendo debatida em toda parte, e não é simples modismo. Ela instalou-se em caráter definitivo. A razão é: enquanto houver a presença da humanidade no planeta, em todo tempo que durarem as relações homem – natureza, essa questão estará presente, embora num processo contínuo de mudanças e adaptações necessárias.

Acompanhando as diferentes civilizações, a preocupação com o ambiente foi adquirindo características e dimensões próprias às épocas e regiões do globo. Se ela era local, hoje, no atual estágio de sua evolução, é global e acima de tudo vital.

A análise da percepção nos estudos das relações homem-ambiente é de suma relevância, uma vez que esta contribui para a busca de uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior (ponto de vista de um indivíduo, e de uma coletividade), com o conhecimento do exterior (abordagem científica tradicional, enquanto instrumento educativo e de transformação).

Para a UNESCO (1973 *apud* Santos, J.E. 1996), projetos de pesquisa que tratam da relação homem-ambiente e gerenciamento de ecossistemas devem incluir estudos de percepção como parte integrante da abordagem interdisciplinar que estes projetos exigem.

De acordo com Coimbra (2004, p. 539):

> Percepção é um substantivo que se aplica ao ato, ao processo de perceber, assim como resultado dessas ações. Perceber, por seu turno, vem da língua latina: *percípere* (per = bem, como intensidade + *cápere* = apanhar, pegar, captar). Nesse sentido, *perceber* um fato, um fenômeno ou uma realidade, significa captá-los bem, dar-se conta deles com alguma profundidade.

A forma mais comum de interação entre o ser humano e o mundo provém das sensações e percepções, assim é estabelecido o conhecimento sensível sobre tudo que está à sua volta. A subjetividade humana, isto é, esse mundo interno que possuímos e suas expressões, são construídas nas relações sociais, ou seja, surge do contato entre os seres humanos e destes com a Natureza.

Neste estudo, a percepção está relacionada com os efeitos dos fatores social e cultural sobre a estruturação cognitiva do homem no seu ambiente físico e social, no seu território.

Até o século XX, dois movimentos de maior expressão sobre a percepção humana tiveram destaque: a concepção empirista e a concepção intelectualista (CHAUÍ, 1995). Trata-se de uma compreensão holística da relação ser humano-ambiente, em que "(...) todo o ambiente que envolve o ser humano, seja físico, social, psicológico ou até mesmo imaginário, influencia a percepção e a conduta" (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996: XIII).

Para os empiristas, as sensações são respostas físico-fisiológicas a estímulos externos que agem sobre os nossos órgãos dos sentidos, sistema nervoso e cérebro, de forma pontual. As sensações são independentes umas das outras, cabendo à percepção ordená-las. Tanto a percepção como a sensação são agentes passivos diante das atividades do campo exterior sobre o nosso corpo.

Enquanto para os intelectualistas, sensação e percepção são fenômenos que estão diretamente relacionados à capacidade intelectual do sujeito do conhecimento. Assim, o sujeito é ativo diante dos acontecimentos externos a ele. A sensação só é processada e conduzida a uma percepção quando ocorre uma atividade de entendimento do que se sente, quando se processa racionalmente as sensações.

A partir da percepção, busca-se compreender a lógica que rege as relações sócio-espaciais estabelecidas nos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, no sentido de verificar se estas se dão no viés da sustentabilidade ou se são relações que em nada ou muito pouco venham a contribuir com o desenvolvimento destas comunidades.

As relações das pessoas com o espaço vivido se processam a partir da percepção que dele os indivíduos têm das atitudes nele tomadas e dos valores a eles atribuídos. De acordo com Tuan (1980), os significados de percepção, de atitudes e de valores se superpõem e se tornam claros no contexto expresso em cada um desses processos. Esse autor ainda salienta que a atitude assumida perante o mundo é formada por longa sucessão de percepções e de experiências.

De acordo com Xavier:

> A percepção, ao se processar, além de permitir a interação do indivíduo com o seu espaço, permite, também, que sejam elaboradas respostas apropriadas às mudanças e às incertezas que o espaço oferece, respostas estas que se evidenciam pela cognição e pela inteligência. Aqui convém ressaltar que a experiência e visão de mundo desempenham importante papel no desenvolvimento da percepção, pois o contato direto com o ambiente permite ao indivíduo construir seu espaço perceptivo, justificando, assim, a importância da percepção no estudo dos lugares. (XAVIER, 2007, p. 34).

Os estudos de Lynch (1980) sobre as cidades permitiram a formação de que as pessoas adaptam seu ambiente e constroem uma estrutura e identidade daquilo que as cerca.

Considerar neste trabalho a percepção do espaço vivido por aquelas pessoas que constroem relações dentro do processo de uso e ocupação do solo através do turismo ligado ao veraneio se faz pertinente.

Nesse viés, os lugares vêm sendo percebidos como simples referências espaciais, ou palco para o desenvolvimento econômico materializado na especulação imobiliária e atividade turística. A comunidade que recebe as novas formas de uso e ocupação do solo vem se constituindo em matéria neutra, sobre a qual, quem rege estas atividades, a partir dos seus interesses, espera ter oportunidades, mesmo porque, com freqüência, muitas formas de ocupação desordenada do espaço têm deixado marcas profundas de degradação.

Procurar a sustentabilidade das relações que se processam dentro de um espaço marcado por relações cotidianas e identitárias balizadas pela percepção, constitui a “alma deste trabalho”. Eis a importância desta abordagem.

Ambas as formas de uso e ocupação do solo podem ser construtoras e modificadoras dos espaços, podendo produzir melhor qualidade de vida para as comunidades, mas, da mesma, pode gerar impactos, invadindo, destruindo, alterando ou produzindo novas territorialidades.

Por considerar o homem um ser ativo, a percepção mostra-se como a forma de encontro com o mundo e com o outro. Por toda a riqueza e dimensão que o termo possui é que podemos trabalhá-lo no estudo das relações sócio-espaciais, dentro da escala do lugar, do espaço-vivido e do território. Aliado à percepção está também um conjunto de representações construídas e reconstruídas na convivência cotidiana que em sua essência revela outro conjunto de elementos influentes nestas reconstruções. A cada ir e vir da comunicação, novas representações são criadas, algumas morrem, outras nascem, e tudo isso vai re-configurar a materialização das territorialidades e das afeições com o espaço vivido.

Para compreendermos a dinâmica das relações que se processam entre nativos e não nativos nos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, optamos por uma análise no viés geográfico, pois esta ciência abre a possibilidade de estudarmos as concepções geograficamente subjetivas do mundo, que existem na mente de inumeráveis pessoas comuns ao vislumbrar uma perspectiva chamada de humanista. Esta abertura permite que a geografia passe a desenvolver estudos sobre a percepção das pessoas em relação ao seu ambiente de vivência, considerando também os saberes não científicos como fonte de conhecimento.

Ao se tratar também da análise de famílias que formam comunidades litorâneas, inseridas em um espaço que, na percepção de muitos é visto como “espaço do consumo”, vislumbra-se a necessidade de considerarmos a percepção destas pessoas sobre a interferência turismo no seu espaço vivido.

O tema estudado também se utiliza da perspectiva de Tuan (1982, p.146) que contribuiu para o fortalecimento da Geografia Humanista difundindo que esta “tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da consciência humana”. Ao atribuir sentido ao “lugar” como categoria de estudo, Tuan revela que há uma relação afetiva deste com o indivíduo, marcada pelas suas experiências pessoais ligadas a valores e ao modo como percebe o ambiente. O sentimento de afeição (topofilia) ou rejeição (topofobia) aos lugares está ligado a este modo de perceber, preconizado pelo autor.

A abordagem do espaço vivido onde o veraneio está presente deve adotar este ‘sentido de lugar’, procurando investigar qual o seu significado para as pessoas locais e frequentadores sazonais. Esta postura suscita a possibilidade de se lidar com uma multiplicidade de pontos de vista, exigindo sensibilidade do pesquisador para uma análise geográfica, o que vem a se opor aos métodos positivistas.

O resultado estará ligado a várias formas de ver o mundo, porém nenhuma corresponderá a uma verdade absoluta e comprovável, uma vez que cada um o enxerga sob um determinado ângulo. As visões particulares do mundo divergem umas das outras, pois até mesmo os indivíduos de uma mesma cultura, que falam a mesma língua, podem percebê-lo e compreendê-lo diferentemente. Certos aspectos que possuem extrema importância em uma cultura podem ser indiferentes para outra, bem como cada grupo tem um modo de organizar-se como sociedade, intervindo nas formas de o indivíduo encarar seu mundo, experiência-lo e compartilhá-lo.

De acordo com Buttimer (1995, p. 172), o mundo vivido não é “um mero mundo de fatos e negócios [...] mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático”. Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal.

Partilhando da mesma terminologia, Relph (1979, p. 06) chama a atenção para um mundo-vivido cultural, onde passamos a maior parte da nossa vida diária e está cheio de significados para nós: espaços, ruas, edifícios, paisagens. Este faz parte do ‘mundo social e cultural’ repleto de intersubjetividade, diferindo-se do ‘mundo natural’ que nos é dado e está pré-determinado antes de nascermos. Estes mundos se distinguem apenas tematicamente, pois na experiência estão inter-relacionados. Os espaços que encontramos em nossos mundos vividos são espaços construídos, comunicando intenções e significados humanos. É sempre um espaço rico e complexo, ordenado com referência às intenções e às experiências humanas. Nele estamos imersos e nos prolongamos por meio de nossas ações e percepções.

Buttimer (1995) acrescentou o conceito de espaço social ao de mundo vivido. Destacou ser o homem contemporâneo móvel, podendo experenciar o espaço mais

vividamente, em redes de interação social e comercial, que poderiam estar circunscritas em determinada região ou lugar.

Segundo Kozel (2002), “somente uma leitura interiorizada do vivido humano pode nos permitir compreender os homens e consequentemente a sua organização espacial”, entendendo como “mundo vivido” o “conjunto de coisas, valores, bens e mitos inerentes a um mundo subjetivo”, mencionando ainda que este mundo é construído pela troca de significações, considerando o fato cultural como portador de sentido e gerador de significados.

Assim, faz-se importante a análise das informações prestadas pelos sujeitos sociais envolvidos nas relações estabelecidas na área de estudo. A análise será feita tomando como parâmetro as matrizes que nortearam cada questão levada nas entrevistas realizadas.

3.2.2- INSTRUMENTAL DE PESQUISA

- **Revisão Bibliográfica:**

O aprofundamento de leituras constitui um requisito fundamental em trabalhos científicos, sendo, portanto, etapa obrigatória para a Revisão de Literatura. Assim o levantamento de dados e informações se fez necessário. Este foi feito através dos acervos existentes na biblioteca Central da UFS - Universidade Federal de Sergipe, bibliotecas setoriais do NEPGEO/UFS – Núcleo de Pós Graduação em Geografia e PRODEMA/UFS – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, *sites* científicos: CAPES, SCIELO, IBGE, IPEA, entre outros. Estes forneceram para a pesquisa o embasamento teórico, preparando por conseguinte o pesquisador para o trabalho de campo, assim como aprofundamento da análise dos resultados no decorrer da pesquisa.

Para coleta de dados secundários, foram feitas visitas ao IBGE, onde encontramos informações referentes aos aspectos socioeconômicos; SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, onde foram encontradas informações gerais sobre o município de Estância; Petrobrás, órgão que colocou à disposição para consulta setorial o relatório técnico ambiental sobre as praias de Sergipe. Neste, foram encontradas informações específicas sobre a área de estudo; Prefeitura Municipal de Estância, assim como algumas de suas secretarias. (Saúde, Educação, Planejamento, Obras, Finanças). Infelizmente, as visitas feitas aos órgãos municipais não acrescentaram as informações existentes ou mesmo trouxeram novas informações sobre a área de estudo, pois quando os responsáveis pelos órgãos visitados eram questionados sobre informações básicas em relação a ambos os povoados, a resposta “não sei”, “não trabalhamos com isso”, “vá até X secretaria” se repetiram em todos os setores visitados. Houve conversas informais com a responsável pela Secretaria de finanças que falou a respeito das segundas residências, disponibilizando para consulta algumas plantas de loteamentos existentes em ambos os povoados.

Os dados de ordem socioeconômica coletados, como população total, total de domicílios, número de alfabetizados, renda máxima e mínima, saneamento básico, número de casas de veraneio e pousadas assim como hotel, entre outros, que possam contribuir

principalmente para a complementação das informações referentes aos estudos de Wanderley e Gomes R.C.S (op cit), para a caracterização da área de estudo, foram fornecidos principalmente pelo IBGE (agregado de setores – 2000), pela observação feita e depoimentos dos entrevistados, além de pesquisas científicas realizadas na área de estudo.

- **Pesquisa de Campo**

A pesquisa de campo constou da observação direta, de registro e levantamento fotográfico e de entrevista.

Observação direta: foi feita como forma de complementar a coleta de dados, constituída fundamentalmente pelo registro de conversas informais. Para Gil (1995), a observação tem como objetivo a descrição com maior precisão dos fenômenos, devendo o pesquisador, antes de coletar os dados, realizar estudos exploratórios com o intuito de elaborar um plano específico para a organização e registro de informações, para uma posterior análise da situação.

Para isso se fez muito importante o diário de campo, no qual foram anotadas informações resultantes das observações realizadas e as conversas informais. Viertler (2002) considera fundamental o uso de um diário de campo em pesquisa social, em que são anotadas desde observações feitas, até impressões subjetivas do pesquisador com relação aos fatos ocorridos na comunidade em que se desenvolve o trabalho. Com este procedimento, foi possível identificar as formas diferenciadas de ocupação das residências de veraneio, o contraste entre as residências dos nativos e dos não nativos, reconfiguração da paisagem, a exemplo do processo erosivo pelo qual vem passando a praia do Saco, o que está provocando a destruição das residências de veraneio, bem como a degradação do ecossistema manguezal.

Registro fotográfico - realizado em todas as visitas de campo e o levantamento fotográfico realizado junto ao museu da ASPED localizada no povoado Porto do Mato e publicações feitas pelo pe. Humberto Leeb, assim como no *site* oficial da instituição citada, salientando que não foi encontrado registro fotográfico entre os nativos entrevistados. Buscamos também o Memorial de Estância. Este procedimento foi relevante pelo fato de

proporcionar uma análise comparativa da área de estudo nos últimos 20 anos, o que ratificou os depoimentos dos entrevistados em relação às mudanças sofridas pelos povoados estudados.

A Pesquisa documental direta foi feita para a geração de dados primários compreendidos como aqueles "produzidos por pessoas que vivenciam diretamente as questões que estão sendo estudadas" (Godoy 1995b, p.22). Esta foi **c**onstituída pela técnica de entrevista semi-estruturada, com questões semi-abertas de caráter individual, sendo aplicada tanto com os nativos quanto com os veranistas da área de estudo (APENDICE 1).

A entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador e entrevistado, além da obtenção detalhada de descrições sobre o que se está pesquisando (OLIVEIRA, 2005).

Considerando tratar-se de estudo qualitativo, a amostra não foi definida, ressaltando que a dimensão desta não é uma questão limitante dentro deste tipo de pesquisa, pois conforme justifica Mattar (1996, p.260-261), "realizam-se censos das populações (...) quando os requisitos do problema em estudo impõe a obtenção de dados específicos de cada elemento da população**".**

O número de entrevistados foi definido pelo conteúdo oferecido pelos mesmos, ou seja, até o conteúdo das respostas sobre o lugar se repetir de forma considerável.

É importante delimitar nosso entendimento de veranista, que neste estudo compreende aos sujeitos que efetivamente contribuíram para mudanças nas formas de uso e ocupação do solo nas localidades em questão. São estes os não nativos que abordamos no texto.

Quanto aos nativos, foi nossa intenção entrevistar pessoas nascidas nas localidades. Nesse caso, foram os mais antigos, os filhos destes com mais de vinte anos, além dos migrantes de retorno que estão nas localidades desde a década de 1980.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e agosto de 2008. Foram entrevistados nativos de ambas as localidades. Em relação aos não-nativos, foram entrevistados apenas os que possuem residências secundárias de veraneio no povoado Saco do Rio Real. Já os não-nativos do povoado Porto do Mato não foram encontrados em nenhuma das visitas feitas a campo. Houve ainda tentativas de entrevistá-los nos meses de agosto, novembro e início do mês de dezembro. Porém estes últimos possuem uma frequência distinta em relação ao povoado Saco do Rio Real, pois ao contrário destes, os que possuem residência secundária no povoado Porto do Mato frequentam a localidade prioritariamente nas férias de janeiro e no mês de fevereiro. É raro encontrá-los em outros meses.

Como se trata de uma pesquisa baseada principalmente na percepção dos indivíduos, optamos também pela técnica de construção de mapas mentais, que de acordo com Bastos (2000), são modelos mentais construídos pelos indivíduos a partir das suas interações e aprendizagens em um domínio específico do seu ambiente, e que cumprem a função de dar sentido à realidade, permitindo-lhe lidar com os problemas e desafios que esta lhe coloca. Este instrumento fornece uma imagem aproximada da realidade, envolvendo graficamente as crenças subjetivas acessadas, dando-lhes um tratamento especial que facilite a visualização das relações significativas identificadas.

Foi solicitada a elaboração do mapa mental após a realização da entrevista. No entanto, não foi intenção utilizá-lo como fio condutor da coleta de dados, sendo este solicitado e colhido de acordo com a disposição do entrevistado.

A intenção com solicitação do mapa mental foi de obter esquematicamente as características das localidades antes e depois da chegada dos novos sujeitos (quais elementos mais relevantes da paisagem para os sujeitos sociais envolvidos), no intuito de verificar os elementos que desapareceram e os que permanecem no cotidiano das relações sócio-espaciais atuais, assim como de apreender como os veranistas percebem o lugar escolhido para a suas as residências secundárias.

De acordo com Barros (1997 *apud* Maroti 2002, p. 39), o uso de mapas mentais tem sido considerado uma metodologia adequada às pesquisas sócio-ambientais com

comunidades e indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade, principalmente pela riqueza de informações objetivas e simbólicas que esta ferramenta pode proporcionar.

Foram entrevistados 20 nativos de ambas as localidades sendo 13 do povoado Porto do Mato e 7 do povoado Saco do Rio Real. Destes, 15 se prontificaram a desenhar o seu lugar, (10 do Povoado Porto do Mato e 05 do povoado Saco do Rio Real), contribuindo assim, para a análise a partir dos mapas mentais. O total de não-nativos entrevistados foi 7, sendo todos do povoado Saco do Rio Real. Destes, apenas 4 se disponibilizaram a fazer os mapas mentais. A estes, somam-se os entrevistados em estudos anteriores (Gomes R.C.S, 2006 e 2007), conforme quadro 3.1:

Quadro 3.1- Número de entrevistados levados em consideração conforme trabalhos realizados

Trabalhos Considerados	**Ano**	**Povoado Porto do Mato**	**Povoado Saco do Rio Real**
Graduação	2006	05	___
Especialização	2007	___	05
Mestrado	2008	13	07
Total		**18**	**12**

Os nativos entrevistados, em geral são pessoas com idade entre 30 e 80 anos, tendo em média 4 anos de estudo (apenas 1 está cursando o ensino superior). A maioria são pescadores, ou estão inseridos no mercado informal. Ainda há aqueles que possuem uma mercearia, ou um bar na própria residência, ou já estão aposentados.

Em relação aos não-nativos, foram entrevistados 7 veranistas, estando na faixa etária entre 30 e 80 anos, a maioria com ensino médio completo. Destes, 4 são aposentados e os demais estão inseridos no setor terciário. Todos possuem suas residências fixas no município de Aracaju.

Dentro deste contexto foi imprescindível a apresentação do pesquisador e da instituição para os entrevistados, bem como do objetivo da pesquisa, seguido de sua relevância e contribuição.

Foi solicitada e concedida autorização dos entrevistados para que suas identificações assim como seus os depoimentos fossem utilizados exclusivamente nos procedimentos ligados a este trabalho (APENDICE 2).

Com prévia autorização foi feito o uso do aparelho gravador MP4. De acordo com Mendes (1996 p.78) torna-se válida sua utilização, uma vez que o mesmo "permite apanhar com fidelidade os monólogos do informe, ou diálogo entre informante e pesquisador". Sendo assim, este passo metodológico se fez extremamente relevante para a pesquisa, além do fato de que os depoimentos colhidos foram expostos no trabalho preservando a fala original dos entrevistados.

A entrevista, tendo como foco a percepção do entrevistado e o mapa mental balizararam o instrumental de campo, sabendo que, no nível de atitudes e preferências de um grupo, é necessário conhecer a história cultural e a sua experiência no contexto do ambiente físico (TUAN, 1980). Nesse sentido, ambas as ferramentas foram suporte para a busca da compreensão a respeito da percepção que os indivíduos possuem do seu espaço vivido através das relações que se estabelecem na forma de uso e ocupação do solo.

O tratamento analítico das entrevistas foi feito através de matrizes qualitativas norteadas pela percepção dos significados dos valores e das atividades que possibilitaram apreender as ações, as formas de consumir e produzir o lugar. Foi colhido enfim, material para a reflexão transversal do território e a sustentabilidade das relações empreendidas.

Já os mapas mentais foram trabalhados a partir da identificação dos elementos mais e menos expressivos dentro do desenho, sendo feita posteriormente a relação existente entre os elementos explicitados nos mapas, para daí se fazer a análise acerca do significado das informações para o indivíduo dentro do seu espaço vivido.

Todos os procedimentos aqui descritos configuram-se meios extremamente relevantes para obtenção de informações sobre o que o indivíduo sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes (GIL, 1995).

As atitudes e os sentimentos das comunidades em relação ao espaço vivido foram assim, verificados no presente estudo, utilizando-se das técnicas descritas para o alcance dos objetivos propostos.

CAPÍTULO 4

O LUGAR E SUAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

4– O LUGAR E SUAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

4.1-O LUGAR NA PERCEPÇÃO DOS NATIVOS

Para uma melhor compreensão do lugar de acordo com a percepção dos nativos, foram considerados, além dos depoimentos colhidos no decorrer do trabalho de campo, o conteúdo das entrevistas realizadas no trabalho de graduação e especialização, já identificados nessa dissertação.

Recorrendo aos estudos sobre a organização da vida diária, Berger e Luckmann (1998) sinalizam que o mundo da vida cotidiana origina-se no pensamento e na ação dos homens comuns e, é confirmado por eles na realidade. A análise da vida cotidiana envolve o entendimento da experiência subjetiva das pessoas comuns, partindo do princípio de que a consciência possui intencionalidade e esta evidentemente está na base da ação social. A realidade cotidiana constitui-se por uma reunião de subjetividades, em que vários indivíduos partilham a mesma “definição”, ou “construção” da realidade. Na união de suas várias subjetividades formam a construção social da realidade.

Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real são porções do espaço sergipano que possuem uma paisagem atrativa para o turismo nas suas diversas manifestações, a exemplo do veraneio. Contudo, estes segmentos espaciais são marcados pela carência e deficiência de serviços essenciais para a população local, tais como educação, saúde, saneamento básico e transporte. Conforme explicitado no capítulo anterior, o isolamento espacial que marcou os povoados desde o processo de formação territorial não se extinguiu, porém foi amenizado a partir da implantação da ASPED que contribuiu para algumas transformações no cenário socioeconômico. Nos depoimentos colhidos entre os anos de 2005, 2006 e 2008, os nativos deixaram transparecer a diferença na paisagem quando se reportam para o passado e olham para o presente. De acordo com trabalhos anteriores realizados pela autora, foram constatadas as transformações sofridas na área de estudo.

A paisagem aqui é vista como uma generalização derivada das observações de cenas individuais. O conteúdo desta é encontrado, portanto nas qualidades do lugar que são importantes para o ser humano e nas formas do seu uso na área. Podemos compreendê-la como um quadro abrangido pelo campo visual do observador. A esta visão, acrescentam-se experiências individuais, bagagens culturais e histórias de vida.

Partindo da análise acima levantada, evidenciaremos os principais elementos que marcaram a (re) configuração da paisagem nos povoados:

Em relação aos aspectos da dinâmica populacional, foi identificado até a década de 1980 um alto índice de mortalidade infantil, pois cerca de 70% das crianças nascidas, morriam antes de completar um ano de idade e as que conseguiam sobreviver enfrentavam sérios problemas de saúde, muitos deles visíveis, conforme figura 4.1 (GOMES R.C. S, 2006).

> "Mais de 70% das crianças aqui nascidas morriam antes de completar um ano de vida pela falta dos serviços básicos de higiene e saúde[...]" (Genilson - nativo do povoado Porto do Mato)

> "Tinha muita criança com problema de 'barriga grande'". (Humberto – nativo do Povoado Porto do Mato)

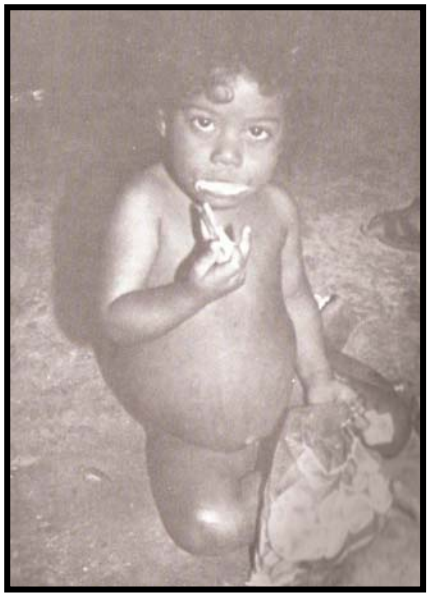

Figura 4.1: crianças nativas do Povoado Porto do Mato – década de 1970
Fonte: LEEB, 1996, p.107

Ainda acordo com Gomes, R.C.S. (2006), como conseqüência do alto índice de mortalidade, o índice natalidade também era alto. As famílias eram numerosas (figura 4.2) e muitas vezes enfrentavam sérios problemas de saúde, conforme depoimento abaixo:

> "[...] famílias com muitos filhos, muitos deles doentes[...] Aqui não vinha médico, não tinha escola, não tinha lei. Missa a gente só tinha uma vez por ano". (Vidigal – nativo do povoado Saco do Rio Real)[1].

Figura 4.2: família nativa do Povoado Porto do Mato década de 1970
Fonte:LEEB, 1996, p.58

O acesso aos serviços essenciais de educação, saneamento básico, transporte, água tratada, entre outros serviços, não eram disponibilizados à população residente nestes povoados. Alguns ainda não o são, como descrito no capítulo 3. A comunicação terrestre direta com a sede municipal era quase inexistente, possível apenas através de tortuosos caminhos que alternavam entre canoas, nos trechos marítimos, rios e canais e com transportes de tração animal (GOMES R.C.S, 2006).

> "A água era no poço, chamavam de fonte né[...] que tratamento que nada. A boca era aberta entrava mosquito, entrava tudo". (Zequinha[2] - nativo do povoado Saco do Rio Real)

[1] Depoimento retirado de Gomes R.C.S (2007)
[2] idem

> "A água era pega na fonte sem nenhum cuidado [...] tinha girino, bicho, mas que jeito, tinha que tomar". (Humberto[3]- nativo do povoado Porto do Mato)

Figura 4.3: poças de água que serviam para o consumo sem passar por nenhum tipo de tratamento – década de 1970.
Fonte: LEEB, 1996

As comunidades desses povoados viviam totalmente isoladas, desconectadas do mundo. Não tinham comunicação com a sede municipal, que por sua vez não proporcionava um estreitamento com a população local para disponibilizar os serviços básicos ausentes.

> "Antes, a nossa região era só mato e casebre de palha, onde se escondia um povo sofrido e isolado da civilização. A pobreza era muito grande". (Genilson- nativo do povoado Porto do Mato).

Buscar serviços básicos na sede municipal constituía em uma longa jornada, que a depender do tipo de transporte, podia demorar horas ou dias. No caso de nativos que necessitavam de cuidados médicos, a esperança de se chegar com o doente no hospital do

[3] In Gomes R.C.S (2006)

município de Estância era mínima, devido à precariedade do deslocamento e dificuldades enfrentadas com o transporte.

> "Pra poder ir pra Estância tinha que ser de carroça ou de cavalo, que demorava dias ou senão tinha que ir pelo Crasto de canoa pra poder chegar até Santa Luzia, ir à pé pra depois chegar em Estância". (Humberto – nativo do povoado Porto do Mato)

> "A região aqui era muito ruim. A gente pegava uma canoa pra ir até Estança. Muitas vezes causava do doente morrer. A gente saia daqui para pegar uma canoa pra chegar né, em Estança era o quê, seis, sete horas de viagem. Quando os doente chagava lá, já tinha falecido[...] (Zequinha – nativo do povoado Saco do Rio Real)

A principal atividade econômica era baseada na pesca e na agricultura de subsistência. A alimentação básica dos habitantes era o peixe e o coco, juntamente com a mandioca, que na maioria das vezes servia de alimento para as crianças recém-nascidas, quando misturada com água.

> "A gente vivia aqui da pesca do aratu e do caranguejo". (Claudia – nativa do povoado Saco do Rio Real)[4].

> "O povo aqui vivia da pescaria, outros tirava coco, descascava, outros vivia de roça[...]" (Ginaldo – nativo do povoado Saco do Rio Real)

As habitações eram extremamente precárias (figura 4.4). As casas feitas de palhas e de barro, com o chão sem nenhum revestimento, constituíam ambientes insalubres.

> "As casas tinha chão de areia". (Maria José[5] – nativa do povoado Porto do Mato).

> "A região aqui, era casas de palha, tapada assim de sopapo, chão de tijolo, paredes de barro. Quem não podia comprar cama, fazia cama de vara, outros dormiam em rede e assim levavam a vida" (Vidigal – nativo do povoado Saco do Rio Real).

[4] In Gomes, R.C.S (2007)
[5] In Gomes, R.C.S (2006)

Figura 4.4: casas de taipa localizadas no povoado Saco do Rio Real
Fonte: LEEB, 1996

Assim viviam os nativos de ambas as comunidades, em um lugar com um potencial natural contrastando com um quadro socioeconômico de miséria e pobreza, contrariando assim direitos constitucionais do cidadão brasileiro, resguardados na Constituição brasileira vigente que, conforme Capítulo II, artigo 6º "são direitos sociais educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, assistência aos desempregos, na forma desta constituição. (BRASIL, 1988, p. 11)

De acordo com Castells (1999, p. 421) "a fronteira desta exclusão social e a sobrevivência diária estão cada vez mais indistintas para grande número de pessoas em todas as sociedades".

Dessa forma CASTRO (1983) aponta que:

> [...]falso é o conceito de desenvolvimento avaliado unicamente à base de expansão da riqueza material, do crescimento econômico. O desenvolvimento implica em mudanças sociais sucessivas e profundas, que acompanham inevitavelmente as transformações tecnológicas do contorno natural. O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne[...](CASTRO, In. CASTRO, 1983, p. 102).

Vale observar ainda que, no Brasil, apesar das melhorias socioeconômicas apresentadas nos últimos anos, ainda persiste uma elevada concentração de renda. Segundo o estudo do IPEA, em 2007, existiam no Brasil 49,7 milhões de pessoas vivendo em famílias com

renda compreendida entre 0,00 e R$ 545,66; 66,5 milhões de pessoas em famílias com rendimento compreendido entre R$ 545,67 e R$ 1.350,87; e 64, 9 milhões de pessoas vivendo em famílias com renda acima de R$ 1.350,87.

Atualmente os nativos de ambas as localidades vivem outro contexto sócio-espacial marcado pelas novas funções que foram atribuídas ao lugar, porém ainda conservam marcas da tradicionalidade que as caracterizam.

> "Hoje, já tá mudado, porque já tem muitas casas aí na beira da praia muitos trabalham de caseiro, as esposas trabalha de faxineira. Aí, deixaram mais o lado da roça né que ninguém hoje planta mais mandioca e aí, trabalham nesse ramo" (Ginaldo- nativo do povoado Saco do Rio Real)

Ambas as localidades passaram por um processo de (re) configuração espacial, pois as características socioeconômicas que marcaram as populações ali existentes foram alteradas, devido, em parte, principalmente à implantação da ONG/ASPED entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980 no povoado Porto do Mato e, que em conjunto com parceiros nacionais e internacionais trouxe melhorias que refletiram na condição de vida das populações de todo o litoral estanciano. Aqui podemos citar a construção de posto médico, escola, creche, marcenaria, panificação, pousada e abertura da estrada. Este fato é marcado pelos depoimentos colhidos junto aos nativos desde a primeira pesquisa realizada pela autora deste trabalho e com base em estudos de outros pesquisadores, a exemplo de (WANDERLEY, 1998).

> "Com a ASPED mudou muito". (Raimunda nativa - povoado Saco do Rio Real)

> "Acho que se não fosse essa obra, a nossa vida tava a mesma que era". (Humberto - nativo do povoado Porto do Mato).

Está claro que as condições socioeconômicas das comunidades sofreram uma melhora considerável se levarmos em consideração as características destas há trinta anos. Porém ainda sofre com problemas sociais sérios como a falta de alternativa de geração de renda, entre outros.

> "Melhorou porque chegou aqui esse padre Humberto e "deu tudo pra população" (Claudia – nativa do povoado Saco do Rio Real)".

> "A população daqui era muito pobre. Ainda hoje é "né", por que em termo de trabalho a maioria não tem. (Josefa Conceição – nativa do povoado Porto do Mato)

A abertura da rodovia Ayrton Senna (figura 4.5), ligando Aracaju e Estância à área de estudo foi determinante para que outros sujeitos sociais vislumbrassem tais porções do espaço como espaço do consumo através do uso e ocupação do solo ligados ao turismo e, principalmente ao veraneio..

Figura 4.5: bifurcação da Rodovia Ayrton Senna e início dos povoados Porto do Mato à direita e Saco do Rio Real à esquerda.
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de Campo, 2008.

A partir da nova dinâmica do lugar tomando por base suas atuais características é que procuraremos compreender as relações que se processam entre os nativos e não nativos. Partiremos de uma reflexão sobre este lugar aos olhos dos nativos para nos debruçarmos sobre os demais enfoques que norteiam essa pesquisa.

4.1.1-Povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real: Importância e Significado do Lugar

Do ponto de vista geográfico, entendemos o espaço como condição, meio e produto da reprodução da sociedade. A prática sócio-espacial é apreendida através do desvendamento dos usos no plano do lugar, daí considerar a vida cotidiana como instrumento dessa análise, introduzindo a necessidade de compreensão dos usos desses lugares que são as formas concretas na produção e reprodução da vida e do lugar.

Os significados que os habitantes atribuem aos lugares explicam a própria produção destes na indissociabilidade entre espaço e tempo, assim como a concepções e significados que os sujeitos dão ao seu espaço vivido (CARLOS, 2001),

Conforme aponta Santos:

> As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção 'puro', quando pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982:14).

A construção do sentimento em relação ao espaço, além de variar em escala, varia em relação à busca histórica na construção do significado do sujeito em relação ao seu espaço. No caso do espaço vivido, o significado dado se baseia na construção de cada um. A reconstrução da memória espacial é feita através do uso seletivo do passado.

Quando nos remetemos ao espaço vivido, sentimos a necessidade de fazermos uma reflexão acerca da categoria lugar como materialização da vida cotidiana, do significado atribuído por aqueles que o produz.

É neste sentido que Tuan fala do **enraizamento**, como sendo o lugar das relações mais íntimas do homem com o espaço, onde ele se identifica. Ele evoca Bachelard que

analisou a poética do espaço vinculada à casa das áreas rurais e todo o simbolismo e relação da casa, do campo, da natureza e do homem com a noção de enraizamento.

Podemos também nos lembrar da noção de topofilia, criada pelo próprio Bachelard, mas largamente divulgada e utilizada por Tuan (1980) para expressar os vínculos afetivos que o homem desenvolve com o lugar. *Topo*, lugar, e *filia* afeição, auferem à relação homem-lugar um tom de cumplicidade, de indissociabilidade.

O conceito de lugar surge no âmbito da sua consolidação no início da década de 1970. Sua linha de pensamento caracteriza-se principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente.

Para os seguidores da corrente humanística, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana: "[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança" (RELPH, 1979). Ou ainda, "lugar é um centro de significados construído pela experiência" (TUAN, 1983).

Partindo para as questões que conduziram as entrevistas houve, a preocupação de situar o lugar com o intuito de compreendê-lo dentro da percepção dos seus sujeitos sociais ativos, considerando-o na perspectiva da descrição, importância e significado para os seus sujeitos sociais.

Todos os nativos de ambas as localidades em seus depoimentos deixaram transparecer um sentimento de topofilia, de apego ao lugar.

> "Pra mim o Porto do Mato é tudo, porque eu tô morando aqui né. O sossego do pessoal; não tenho 'desamizade' com ninguém. Não trocaria por outro lugar, só pro cemitério mesmo. (Manuel Jorge – nativo do Povoado Porto do Mato)

> "Nunca pensei em sair daqui. Sou apaixonado pelo povoado". (José Carlos Santos– nativo do Povoado Saco do Rio Real)

Reportaram-se ao passado, à sua infância, levaram em consideração as experiências adquiridas **a partir da vivência** com o lugar para se referir ao seu povoado de origem.

> "Pra mim representa muita coisa, porque eu nasci e me criei aqui" (Josefa Conceição– nativa do Povoado Porto do Mato)

Os elementos da natureza que formam a paisagem natural do lugar fazem parte da experiência cotidiana do seu espaço vivido.

> "Isso aqui tem uma grande importância, como eu acabei de dizer, porque foi aqui que eu arrumei a minha vida. A gente aqui veve à vontade tranqüilo e calmo. Tem esse mar ai né. A gente acorda de manhã e escuta o barulho do mar, é bom demais, pra saúde e pra tudo" (João B.Santos– nativo do Povoado Porto do Mato)

Os nativos expuseram suas referências afetivas desenvolvidas ao longo de suas vidas, a partir da convivência com o lugar e com o outro. Esses referenciais são carregados de sensações emotivas principalmente porque eles se sentem seguros e protegidos; o lugar transmite boas lembranças quanto à sensação de lar (TUAN, 1980; BUTTIMER, 1995)

> "Esse povoado é a minha vida, é uma família pra mim, porque eu nasci aqui, tô me criando aqui. Então é um pedaço de minha vida também". (Joelma – nativa do Porto do Mato)

> "Representa tudo né, onde eu me criei, onde eu nasci, o meio de eu sobreviver, dar educação a minha filha **seria até uma mãe**, onde eu nasci, tô me criando e criando minha família . Não moraria em outro lugar porque não tenho estrutura e não tenho estudo e aqui, não tem aquele velho ditado!!- cada macaco no seu galho, né isso!?Então, quando você tira um peixe d'água, o que é que acontece? [ ] é como eu , quando eu sai daqui e for morar na cidade vou fazer o quê vou ficar fora d'água. Ai não tenho espaço, não tenho estudo, não tenho profissão. aqui eu sou mestre, aqui eu sei me virar, sei me defender , não é!" (José Carlos Costa – nativo do Povoado Saco do Rio Real)

Nas palavras de Buttimer (1985, p. 228), "lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas". Como afirma Relph (1979), os

lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas.

Conforme Castells (2000), a identidade é sempre uma construção histórica e relacional dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo.

O senso de pertencimento a um lugar é construído a partir das práticas e representações espaciais que envolvem a apropriação simbólica e afetiva deste espaço. Para compreendermos a identidade das comunidades dos povoados aqui em questão, precisamos conhecer suas experiências culturais, seus modos de vida, suas territorialidades e seus saberes e fazeres vividos cotidianamente.

Para Tuan (1983), o lugar "é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos". Este autor afirma ainda que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, em que então houvesse um profundo envolvimento. Os entrevistados em todas as perguntas referentes ao seu lugar de origem deixaram claro o seu envolvimento com o lugar que foi construído desde a sua infância

> "O povo pergunta se um dia eu quero sair daqui. Aí digo não daqui eu não saio não. Não tenho vontade não. A não ser assim, pra passear e voltar. Eu botei isso na minha cabeça – nasci aqui, me criei aqui e quero viver aqui pelo resto da vida. o povo diz a vc é doida, fica aqui é muito parado. Mas eu já acostumei. Acho que se eu sair pra passar um ou dois mês eu não me acostumo. Daqui eu só saio pro cemitério". **(**Josefa – nativa do povoado Saco do Rio Real)

A experiência do lugar manifesta-se também em diferentes escalas. Nas palavras de Buttimer (1985, p. 178), "cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação". Na realidade, tais entidades são todos lugares experienciados diretamente. O lar é onde a vida começa e

termina; é o principal referencial de existência da espécie humana na medida em que este é a forma concreta do abrigo, da proteção contra as intempéries e outros perigos potenciais. Ao enxergar o seu espaço vivido como fortaleza, porto seguro, o lugar da proteção, os entrevistados ratificam as colocações de Buttimer, conforme depoimento abaixo:

> "Pra mim é tudo né, gosto daqui, gosto de viver aqui, um povoado assim sem violência né. Todo mundo aqui é conhecido e no momento né, tô desempregado e agora retornei pra Aqui se eu pudesse ficar sempre aqui até o meu último dia de vida eu ficaria[...] se tivesse como se sustentar aqui: não iria pra outro lugar atrás de emprego" **(**Erasmo – nativo do Povoado Porto do Mato)

> "Eu mesmo só faço plano de sair daqui pra ir pro cemitério e mais pra lugar nenhum. Porque sair daqui ir pra onde? Morar em Estância? Tô satisfeita, porque melhor que isso seria morar em cidade grande?? Viver de quê? o ritmo de vida que a gente tem eu e o marido não vai encontrar em outro lugar (Heloísa Helena – nativa do povoado Saco do Rio Real)

Ainda, de acordo com Tuan (1983, p. 61), o **lugar** é fechado, íntimo e humanizado, já o **espaço** seria qualquer porção da superfície terrestre, ampla, desconhecida, temida ou rejeitada e provocaria a sensação de medo, sendo totalmente desprovido de valores e de qualquer ligação afetiva.

Neste contexto, o lugar está contido no espaço. No entanto, as experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformariam os espaços em lugares.

Contudo, é relevante ressaltar que outros sentimentos foram identificados nas entrevistas: alguns nativos mostraram-se insatisfeitos com as novas características do seu lugar de origem, alegaram que as mudanças pelas quais passaram as localidades trouxeram aspectos negativos para os moradores. Não enxergam as melhorias como favoráveis, expondo o paradoxo que elas encerram:

> "Povoado bom, só que vai chegando o desenvolvimento e vai chegando também a miséria[6], como a nossa região não tem posto de polícia, uma associação, fica o povoado desenvolvido e ao mesmo tempo abandonado. Você vê aí ói, cadê o desenvolvimento?" (Elinaldo –nativo do Povoado Porto do Mato)

Outros percebem o seu povoado como fonte de sobrevivência, que o "progresso" chegou e melhorou alguns aspectos, mas outros aspectos pioraram, ou permaneceram inalterados em relação ao passado:

> "Eu acho que o meu lugar é um lugar muito rico. Disso aqui sai muita coisa pra fora. Mas ainda tem gente aqui filha do lugar que ainda passa mal".(Cantionela – nativa do povoado Porto do Mato)

Verificou-se também o conflito entre o apego ao lugar e a falta de perspectiva em relação à melhoria da qualidade de vida:

> Gosto do meu povoado, quer dizer eu adoro! Agora assim, umas horas eu fico revoltada por falta de emprego, eu queria sair dessa vida de maré, gostaria de arrumar outro emprego, como as minhas irmãs, tiveram sorte de arrumar emprego lá no padre e assim, eu nunca saio do mangue e assim, ai meu Deus que vida! (Joelma - nativa do Povoado Porto do Mato).

Os nativos do povoado Saco do Rio Real, comparados com os nativos do povoado Porto do Mato, apresentam um maior sentimento de conformidade em relação às problemáticas levantadas.

Não há um laço forte de ligação entre os poucos nativos que vivem no lugar. Cada um vive de forma isolada como se não houvesse vizinhos.

> "Aqui é assim, cada qual em suas casas, a gente só trabalhando de semana a semana. E cada qual em suas casas. A convivência da gente é isso" (Josefa Rosilene-nativa do Saco do Rio Real)

[6] Nesse contexto, a miséria refere-se à segurança com a chegada de estranhos, e com a ausência de associativismo, forma mais moderna de cooperação e solidariedade.

Para estes nativos do povoado Saco do Rio Real, onde há o predomínio da residência secundária, o seu lugar é visto como o lugar dos outros também, ou seja, dos veranistas.

A chegada do veraneio coincide com o processo de migração da população nativa. Acreditamos que a venda de lotes a preços abaixo do mercado favoreceu a saída de alguns nativos. Contudo, não podemos afirmar que a especulação imobiliária foi fator determinante para a mobilidade população local, dada as condições socioeconômicas dos que marcaram as localidades antes da chegada do turismo, conforme explicitado acima.

> "Hoje morador mesmo, filho do lugar não tem, se tiver umas 15 famílias, acho que nem isso, porque o lugar é pequeno, ai todo mundo quer melhorar. (ele apontou nove famílias antigas nativas) o restante é tudo casa de rico, essas casas aí é tudo deles. Só vem em tempos de feriado. essas casas são caseiros que tomam conta, que não são daqui. essas casas estão ai desde década. de 70, 80. Agora tá melhor porque ele tá crescendo, não crescendo na parte assim dos habitantes né, mas na parte de emprego, a educação melhorou, transporte na porta, já melhorou bastante né". (José Carlos Costa- nativo do Saco do Rio Real)

> "Já foi melhor, tinha mais gente. já deu mais trabalho. Gente da região que a gente chama nativo, assim cada dia a gente sente que tá indo embora. Quem tem condições, viaja, vai pro Rio, leva a família. Quem não, fica como a gente mesmo" (João Batista Oliveira – nativo do povoado Saco do Rio Real).

A despeito desses depoimentos, em ambos povoados o significado de lugar que permeia a percepção dos nativos entrevistados está ligada ao senso de pertencimento. Enxergar os povoados como uma mãe, uma família, como algo muito importante são sentimentos que nos levam a buscar em Tuan (1983) a relevância do estudo do significado do lugar para este trabalho. A topofila está latente nos depoimentos, o sentimento de apego, de segurança, de aconchego, mesmo com as problemáticas abordadas pelos entrevistados no decorrer da entrevista. O sentimento de apego supera as mazelas, as dificuldades enfrentadas por eles.

Assim, o homem está envolto de espaços vividos, está também envolto de outros homens que possuem e percebem outros espaços de maneira diferente. Perceber, além de significar, é dar valor. Como diz Buttimer (1995, 182), “imaginar a si próprio como um estrangeiro”, para que ele vença seu ego e consiga perceber o espaço vivido do outro.

4.1.2- Mapas Mentais: uma Interpretação do Espaço Vivido

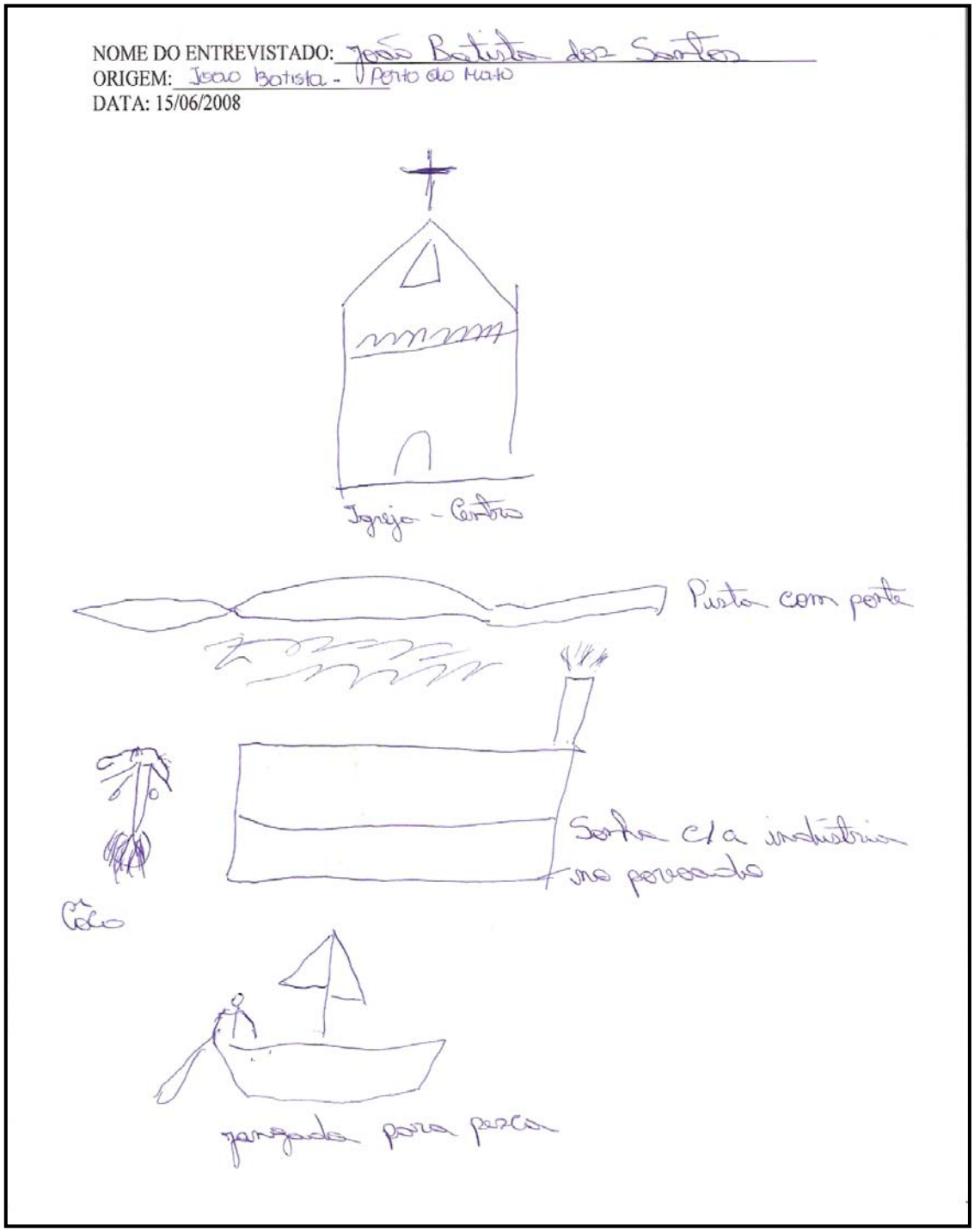

Figura 4.6: mapa mental de João Batista dos Santos – nativo do povoado Porto do Mato
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

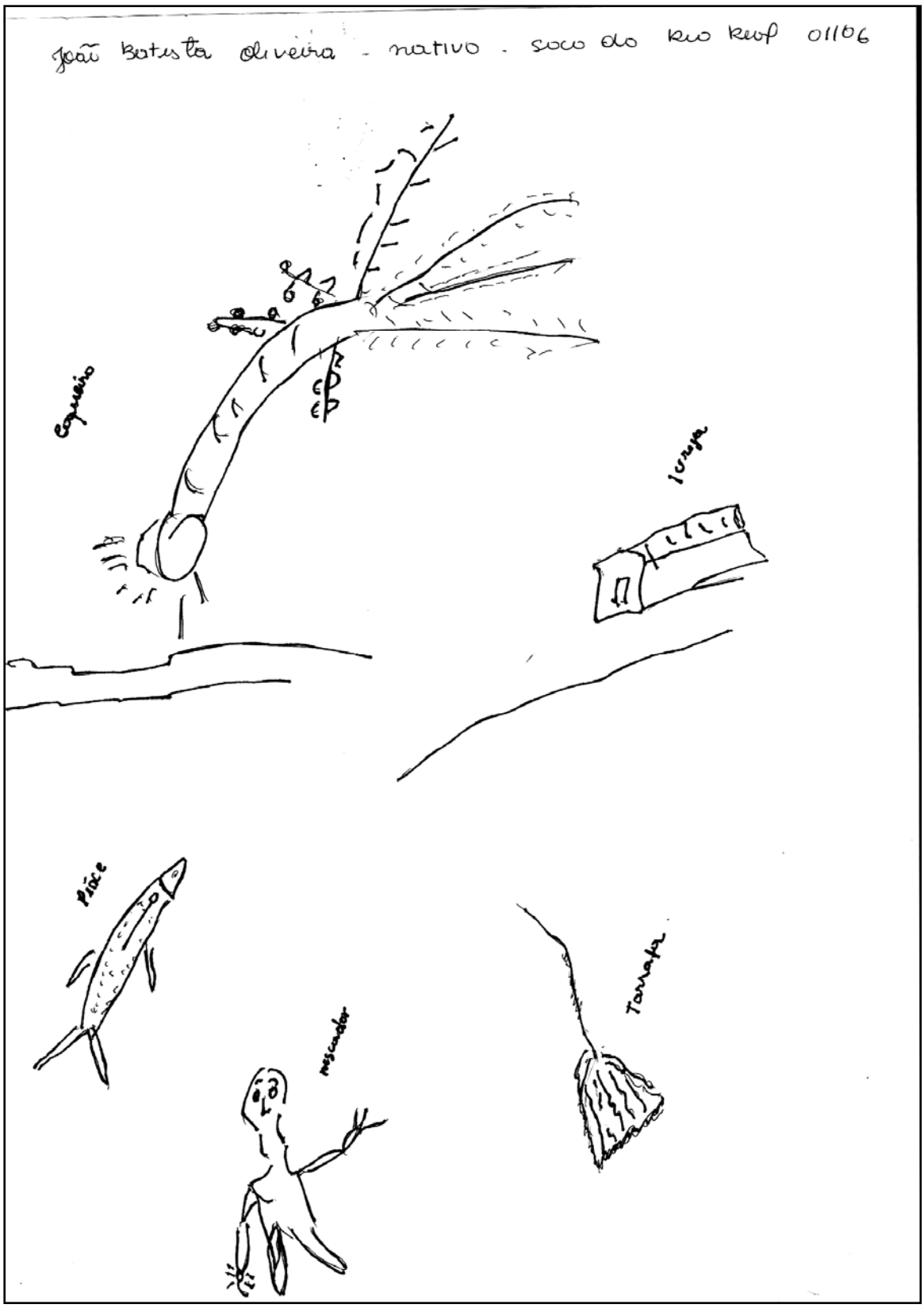

Figura 4.7: mapa mental de João Batista Oliveira – nativo do povoado Saco do Rio Real
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

A percepção acontece de forma diferente entre os indivíduos, isto é, cada pessoa apresenta determinada percepção com relação ao espaço, sua experiência de vida. Esse mundo percebido através da apreensão dos significados provoca a construção mental, na qual a razão não decodifica essas imagens. Essas imagens foram denominadas, a princípio de mapas cognitivos, mapas conceituais e posteriormente mapas mentais. A partir da década de 60, em busca de novas perspectivas de comunicação, houve a preocupação de desvendar essa imagem. O arquiteto americano Kevin Lynch foi um dos pioneiros a associar a percepção do meio ambiente ao comportamento e ação humana a partir de mapas mentais (Kozel, 2001).

Cabe dizer que o mapa no seu sentido mais amplo exerce a função de tornar visíveis pensamentos, atitudes, sentimentos, tanto sobre a realidade percebida, quanto sobre o mundo da imaginação. São chamados de mapas mentais por realizar representações espaciais, oriundas da mente humana, que precisam ser lidas como mapeamentos (= processos) e não como meros produtos estáticos (COSGROVE, 1998, p.02-03). Conforme Tuan (1975), os mapas mentais têm as seguintes funções:

- Preparam-nos para comunicar efetivamente informações espaciais;
- Tornam possível ensaiar comportamentos espaciais na mente;
- São dispositivos de memória: quando se deseja memorizar eventos, pessoas e coisas, eles ajudam, a saber, sua localização;
- Como mapas reais, os mapas mentais são meios de estruturar e armazenar conhecimento;
- Eles são mundos imaginários, porque permitem retratar lugares muitas vezes não acessíveis para as pessoas.

Nessa perspectiva, é importante destacar que os mapas mentais não são construções imaginárias de lugares imaginários, mas são construídos por sujeitos históricos reais, reproduzindo lugares reais, vividos, produzidos e construídos materialmente (KOZEL E NOGUEIRA, 1999).

No desenvolvimento deste trabalho, os mapas mentais foram utilizados com objetivo de ratificar a percepção que os indivíduos tinham do espaço onde estão inseridos. Desta

forma, os mapas mentais correspondem aos desenhos realizados pelos indivíduos, representando o seu espaço vivido. Cada nativo entrevistado ficou à vontade para fazer ou não um desenho do seu lugar através das seguintes perguntas: se você fosse artista plástico (pintor) e eu lhe solicitasse um quadro do seu povoado, o que você pintaria nele? O que estaria representado neste quadro? Você faria um desenho do seu povoado com base no que acabou de falar para mim?

A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo pode ser compreendida como uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade e que alimenta no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo.

Os estudos empreendidos por Maurice Halbwachs (1990) contribuíram definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele, a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças.

As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, ao qual o autor denomina de comunidade afetiva. Esta memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico.

As memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com estes espaços. Os lugares são importante referência na memória dos indivíduos, donde se segue que as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos.

Para interpretação e análise dos mapas mentais elaborados pelos nativos, foram adotados procedimentos propostos por Kozel (2001), que tem como parâmetro a interpretação dos elementos existentes na imagem, assim com sua distribuição quanto à

classificação de ícones (pela representação da paisagem natural, construída, vivida, elementos humanos e móveis), as letras, (palavras complementando as representações gráficas).

Nos mapas mentais elaborados pelos nativos de ambos povoados, elucidados nas figuras 4.6 e 4.7, estão presentes ícones que simbolizam a tradicionalidade ainda existente no lugar, ao mesmo tempo em que revelam a relação ser humana-natureza, conforme quadro síntese abaixo:

4.1- Quadro Síntese dos Mapas Mentais - Nativos

Elementos		Povoado Porto do Mato	Povoado Saco do Rio Real
	Pescador	10	05
	Barco	07	04
Sobrevivência	Tarrafa	06	03
	Peixe	07	04
Paisagem natural	Coqueiro	09	05
	Nativos	05	02
	Mangaba, manga, ingá	07	03
Paisagem construída	Casas	06	02
	Igreja	05	03
	Estrada	08	04
	ASPED	04	02
	Indústria	02	0

Os elementos que marcam o dia-a-dia de todos os nativos entrevistados são símbolos que fazem parte da memória coletiva, a exemplo do coqueiro, elemento natural de forte presença na paisagem de ambos povoados. A presença do pescador e dos seus instrumentos de pesca no desenho, tais como a tarrafa e o barco, além do peixe dado pela natureza são fortes elementos de fonte de sobrevivência.

Outra atividade exercida pelas pessoas do lugar e representada nos mapas é a coleta e o plantio da mangaba. É comum a comercialização da fruta pelos nativos, assim como o

seu uso para sucos, doces, ou até mesmo consumo *in natura*. A natureza do lugar é essencial na vida destes nativos. Verifica-se a relação entre o passado e o presente, sendo o passado representado pela pesca artesanal, registrada em todos os depoimentos colhidos. Já o presente é representado pela estrada, elemento construído de fundamental relevância, pois todos os nativos entrevistados, e aqueles que prestaram informações de modo informal, referem-se à estrada como uma edificação que veio a contribuir com a melhoria das condições de vida dos moradores do lugar, como um marco para a nova configuração dos povoados.

Em um dos mapas está presente a perspectiva de emprego através da indústria. Outro aspecto que chama a atenção nos mapas mentais é a presença da igreja que, para a área de estudo em questão, é um símbolo de mudança forte, pois evidencia a chegada do padre e a constituição da ONG/ASPED, que proporcionou aos nativos a manifestação da religiosidade com periodicidade.

> A atuação da ONG ASPED é caracterizada por uma relevante atuação de cunho político religioso que transforma o espaço geográfico do povoado a partir de um propósito missionário calcado nos moldes da religião católica. Desde os primórdios de sua existência, a Igreja Católica vem atuando nos espaços de forma a exercer sua influência no processo de transformação espacial. (GOMES R.C.S, 2006, p. 55)

A presença de elementos naturais que predominam na paisagem de ambas as localidades vem acompanhada de elementos que formam a paisagem construída, representada pela casa, pela estrada e pela igreja. Todos esses signos representados nos mapas mostram o enraizamento dos nativos com o lugar, para eles considerado como a sua casa, o seu refúgio, a sua família.

Os seres humanos vivem envoltos em teias de significados simbólicos por eles criados e que lhes conferem os sentimentos de identidade, de “pertencer” ao mundo e ao grupo que professe as mesmas crenças e valores. Esses recursos simbólicos permitem aos indivíduos perceberem-se como atores e sofredores, ativos ou passivos, sempre como participantes de uma determinada cultura. São também esses recursos simbólicos portadores de significados e carregados de sentidos tal como foi explicitado nos mapas.

4.2.- O LUGAR E OS NATIVOS NA PERCEPÇÃO DOS VERANISTAS

A percepção dos nativos, habitantes do lugar, e dos veranistas (sujeitos externos ao lugar) fornece o caminho para a análise da relação homem-ambiente considerando toda uma complexidade que a dinâmica dessa relação possui.

Para apreender a percepção dos veranistas em relação à área de estudo foi aplicado um roteiro de entrevista contendo perguntas que objetivaram captar "o lugar aos olhos dos de fora". Foram entrevistados 07 veranistas no povoado Saco do Rio Real. Em relação aos veranistas do povoado Porto do Mato, como já mencionado no capítulo anterior, não foi possível encontrá-los devido ao fato de estes só frequentarem o povoado, na maioria das vezes, no período de verão; diferente dos veranistas do Saco que são freqüentadores de feriados prolongados e fins de semana para descanso, durante todo o ano.

A percepção que o veranista tem em relação à área de estudo é totalmente distinta daquela apresentada pelos nativos. A praia, o principal atrativo para a prática do veraneio, é um elemento de consumo. A comunidade inserida na paisagem atrativa aos veranistas é o que menos interessa. Não há um contato de laços fortes e afetivos entre nativos e veranistas (não-nativos). Os mesmos não conhecem o povoado, não sabem ou não têm interesse em descrever o lugar onde possuem suas residências secundárias. Essa percepção foi evidente nos depoimentos dos veranistas entrevistados, principalmente quando se referem ao modo de vida dos nativos e sobre a sua percepção em relação ao povoado Saco do Rio Real, conforme se lê abaixo:

> "[...] Aqui é só pra veraneio né! Pelo menos pra mim é isso. Um povoado que não tem uma farmácia, não tem nada, a gente não pode esperar nada dele. Depois que o padre veio é que começou a fazer alguma coisa aqui, mas quando eu vim pra aqui não [...] Deu outra mudança de vida pra os nativos aqui e também pra os turistas". (Joana D'arc – veranista do povoado Saco do Rio Real)

Percebe-se que a preocupação é com a falta de estrutura, de equipamentos que satisfaçam as necessidades básicas para a prática do veraneio. Não há um sentimento de satisfação em relação ao povoado, de prazer ao falar do lugar utilizado como espaço de

consumo. Não há uma preocupação com as pessoas da comunidade. Há, sim, desapego evidente, se compararmos com os depoimentos dos nativos sobre o significado do lugar.

> "Assim, ele deixa muito a desejar. Antigamente não tinha nada, não tinha água, não tinha serviço de lixo, nada. Agora a prefeitura está começando a investir. Aí já tem a água do DESO, já tem o lixo passa – a gente deixa ali ou então sai e joga fora e alguns no mangues".. **Ele (o povoado) Representa alguma coisa para você? "**Não, só assim porque eu gosto muito daqui, desse local de tudo aqui, o local da casa em fim eu nem vou lá no povoado realmente que é ali na frente, mas o local da casa eu gosto muito". (Sheila- veranista do Saco do Rio Real)

Os nativos são estranhos. Não há interesse em manter contato, mesmo aqueles que são frequentadores do lugar por mais de vinte anos, não possuem uma relação afetiva, de solidariedade com os filhos do lugar.

> "O meu contato com esse povo aqui é muito pouco. Vou no bar, tomo uma cachaça, como um peixe né". (Manoel - veranista do povoado Saco do Rio Real)

Os nativos reconhecem a deficiência de serviços básicos, porém essa realidade não é suficiente para que o seu lugar de origem seja desatrelado de identidade com o mesmo. Os veranistas não possuem laço de afetividade tão forte quanto aos dos nativos. A preocupação está nos benefícios que o povoado pode oferecer para que a prática do veraneio seja mais confortável, mais prazerosa.

A percepção que os veranistas possuem dos nativos é algo que chamou a atenção. O estranhamento em relação ao outro, ao ser receptor, o isolamento em relação às pessoas que formam a comunidade predominou nos depoimentos.

> "Eram pessoas mais primitivas, hoje você não vê mais aquela inocência, mais aquele desconhecimento daqueles primitivos da época". (Luiza: - veranista do povoado Saco do Rio Real)

> "Assim, o pessoal nativo eu não tenho muito contato, a não ser com esse que é o caseiro até hoje. [...] a única pessoa que eu tenho contato é com ele. [...] mas como a

> gente vem só veranear, aí não tem como conhecer. A gente vem, fica aqui e daqui a gente vai embora." (Sheila - veranista do povoado Saco do Rio Real)

No depoimento acima, a entrevistada considera como caseiro o nativo que vai uma vez por semana constatar se o imóvel está intacto quando este se encontra fechado. A mesma ainda solicita outros tipos de favores quando está em sua residência fixa em Aracaju, como planejar ou articular algo para a sua próxima estadia no povoado, como marcar um passeio de lancha ou de bugre, encomendar algum tipo de marisco, enfim. Nessa situação exposta, não há vínculo trabalhista algum. Em troca, o nativo recebe um "agrado" que pode ser roupa, sapato, dinheiro - geralmente 20 ou 30 reais pelo serviço prestado. Essa prática pode ser confirmada através do depoimento de um nativo:

> **E não tem caseiro não pra tomar conta?** Não. A gente olha, se a gente tomasse conta tinha um ordenado. Vamo supor: Zé Branco, tome conta da minha casa, por quanto você toma conta da minha casa? eu digo: [...] se você acha que eu mereço alguma coisa, você vem e me traz um presente[...]ai você diz assim, eu vou levar um agrado pra Zé Branco, ai eu, não, não quero nada não, que você é muito boa comigo. Quando você sai deixa aquelas coisinhas comigo-ói Zé Branco, aproveite ai esse negócio aqui. É que ficou um refrigerante. Quando você vem de lá ai traz uma camisa pra mim, um vestido pra ela. Isso é satisfação pra gente. [...] (José Bispo – nativo do povoado Porto do Mato)

Ainda conforme o depoimento acima, podemos afirmar que a geração de emprego e renda é algo ilusório para a realidade dos nativos destes povoados, pois os veranistas pouco contribuem nesse sentido, pois não se utilizam da mão-de-obra dos nativos como caseiros. Os depoimentos que apontam para a geração de emprego por parte dos nativos são empregos que estão dentro da informalidade, não são legalizados de acordo com o Ministério do Trabalho. Os veranistas pagam um valor simbólico para que os nativos "dêem uma 'olhadinha na sua residência secundária"; em geral, trazem suas domésticas e quando não trazem contratam as mulheres de ambas as localidades para fazer uma faxina – como diarista, no valor que varia entre R$ 15,00 e R$30,00 para fazer todos os serviços domésticos, inclusive cozinhar. Não há um caseiro que seja nativo. Essa informação foi unanimidade, tanto por parte dos veranistas como dos nativos. Os veranistas que possuem caseiros, os trazem de fora da localidade, e geralmente são originários de outros

municípios a exemplo de Simão dias, Poço Redondo, Lagarto, entre outros, tal como foi informado nas entrevistas.

4.2.1-A imagem construída pelos veranistas: a outra face da moeda

Os mapas mentais, construídos por quatro dos seis veranistas entrevistados, mostram de forma evidente o significado do lugar para eles, conforme figuras 4.8 e 4.9:

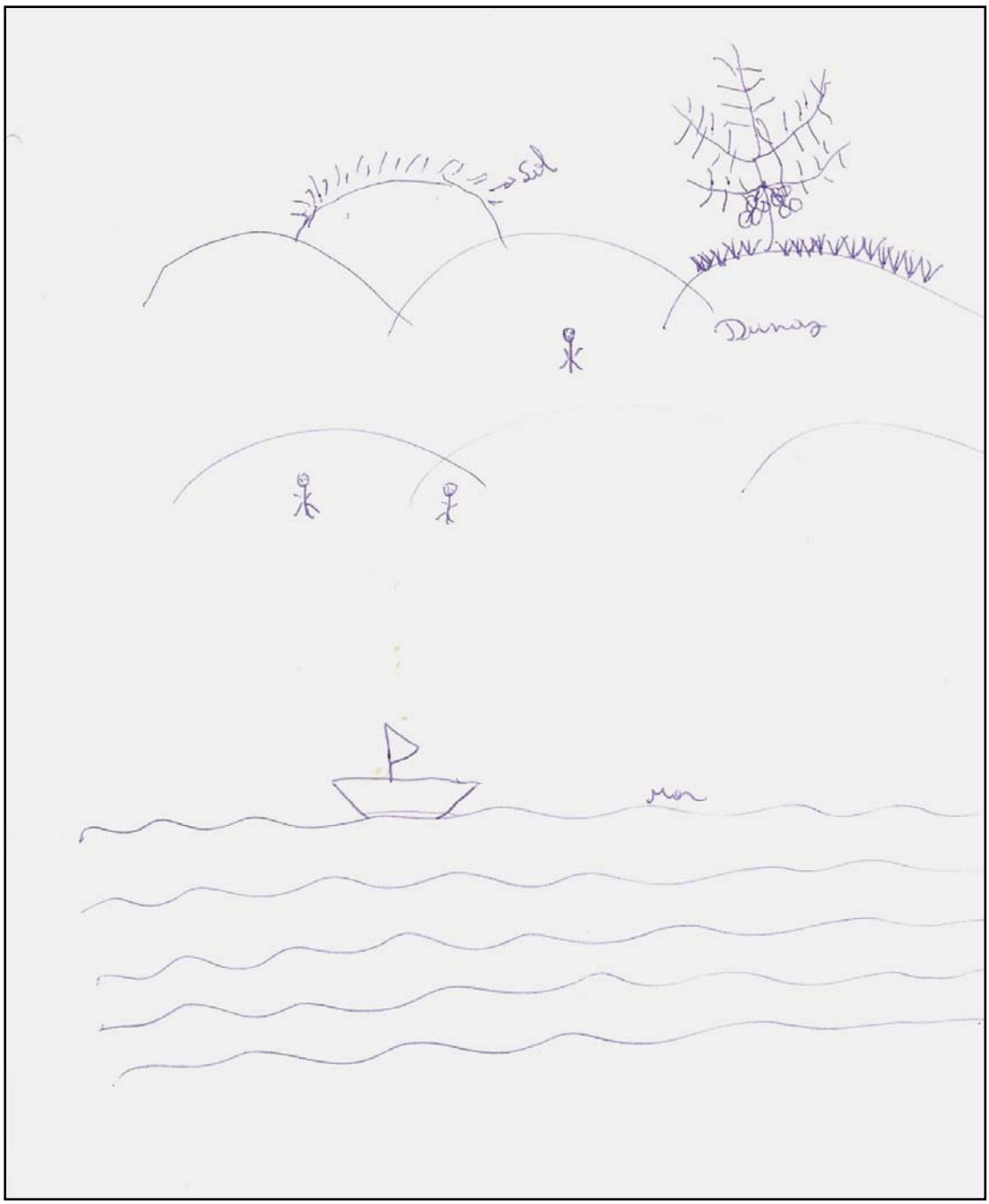

Figura 4.8: mapa mental construído por Sheila Menezes Silva Dantas – veranista do povoado Saco do Rio Real
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

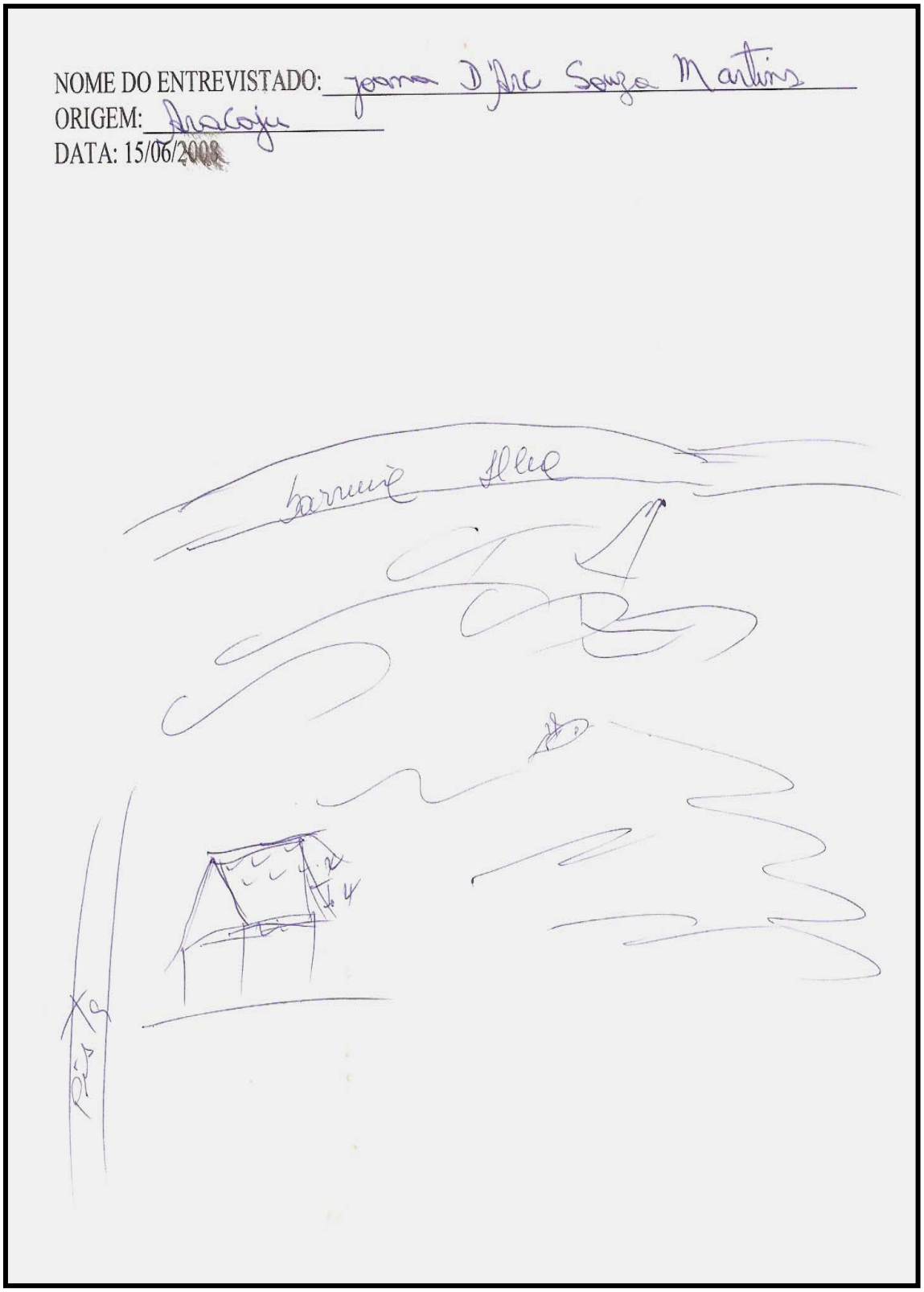

Figura 4.9: mapa mental construído por Joana D'arc de Souza Martins – veranista do povoado Saco do Rio Real
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

Para a solicitação dos mapas adotou-se o mesmo procedimento feito com os nativos.

Nos mapas mentais dos veranistas (figuras 4.8 e 4.9), o sol e mar são elementos importantes para o consumo do litoral por parte das veranistas, conforme relatado nos depoimentos informais e quadro síntese abaixo:

4.2 - Quadro Síntese dos Mapas Mentais: Veranistas

Elementos		**Veranistas do povoado Saco do Rio Real**
Paisagem natural	Sol	04
	Mar	04
	Dunas	04
	Coqueiro	03
Paisagem construída	Posto de segurança	01
	Estrada	03
	Barco de lazer	02

As dunas significam mais um atrativo e ponto de visitação turístico, usadas também para passeios de bugre. O coqueiro é útil por deixar a paisagem mais bonita. O barco de pesca é usado e/ou percebido como um dos instrumentos de lazer que o lugar proporciona, sobretudo, para aqueles que se identificam com a pesca como uma forma de descontração.

A paisagem do lugar é fundamental para a prática do veraneio. Segundo Cruz (2002, p. 109), o turismo é a única prática social que consome espaço por meio das formas de consumo que se estabelecem entre o turista e o lugar visitado.

Nestes mapas a paisagem do lugar e o lugar reduzido à mercadoria perdem o significado e as características que os tornam singular: a cultura de seu povo e a sua história. Este esvaziamento de significado do lugar aos olhos dos veranistas por seguinte o reduz a objeto de consumo.

O que chama a atenção nestes elementos que compõem os mapas é a ausência dos símbolos colocados pelos nativos. Todos emergem para o lazer e para o consumo do lugar. O espaço que interessa é o espaço como valor de troca, o espaço da particularidade e não de quem vive, e como vive ou os aspectos culturais e identitários da população receptora. Essas características não foram identificadas em nenhum dos mapas.

4.2.2- Consumo e Estranhamento

De Acordo com Pereira (2006), a socialização mundana da praia é um signo que pressupõe uma inversão histórica fundamental quanto às relações psicológica e cultural no litoral, espaço não mais de uso, mas de troca, não de trabalho, mas de recreação; finalmente, espaço não mais de produção, mas de consumo. O litoral torna-se um quadro natural, valorizado enquanto tal pela sociedade terrestre e urbana, a chamada 'classe do lazer'.

É no conteúdo do espaço de relações sociais que se engendram os processos, pois é nessa formação histórica que se estabelecem, se recriam, se transformam as relações sociais e espaciais. Mas esse produto social não se faz sem conflitos, contradições e resistências. Explica Carlos (1999) que as relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim, efetivamente a sociedade produz o espaço. Cada lugar, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e deste modo o espaço vai sendo produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade.

O valor de uso do espaço submeteu-se ao valor de troca e assim novas contradições vão aparecendo. O espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas entram em conflito. O turismo aqui provoca profunda mudança sócio-espacial no lugar, redefine as singularidades espaciais além de reorientar o seu uso e ocupação.

Temos então um espaço vivido pelos nativos desconhecido por parte dos veranistas. Nos depoimentos, estes demonstraram conhecer apenas algumas informações em relação ao lugar: de modo superficial a pobreza que caracterizava a área de estudo e a pesca que

marca a tradicionalidade, assim como a fonte de sobrevivência dos nativos. É notório que a pesca chame a atenção dos veranistas em decorrência do consumo de peixes e mariscos por parte destes durante sua estadia nos povoados.

> "O povoado era assim, vamos dizer meio pobre, aquela coisinha assim que você tinha que trazer tudo por que você não ia encontrar nada aqui pra comprar, as pessoas viviam mais da pesca". (Luiza: - veranista do povoado Saco do Rio Real)

> **"**Eles viviam do mar, do peixe, do pescado, do quebradinho que ainda fazem muito né, é isso. Hoje, nem sei se são eles". (Joana D'arc- veranista do povoado Saco do rio Real)

Portanto, a pesca (meio de sobrevivência tradicional) em ambos os povoados, no cenário atual está articulada com a prestação de serviços para os veranistas, pois a comercialização de peixe e mariscos é para atender a demanda dos veranistas e dos demais turistas que passam pelas localidades. Os nativos ainda ofertam outros serviços, como o de pintor, encanador, eletricista, os quais lhes rendem aproximadamente, R$ 30,00 em média. Estes serviços são prestados em períodos bem específicos, quando a demanda turística é maior, ou seja, no verão.

Ressalta-se ainda a relação entre Porto do Mato e Saco do Rio Real no que diz respeito ao veraneio que se torna evidente com a saída de nativos do primeiro povoado para comercializam seus produtos e serviços nas residências secundárias do povoado Saco do Rio Real, ou até mesmo nos barzinhos localizados ao longo da linha de praia e da rodovia Ayrton Senna.

> "no caso de Moisés (filho) mesmo, esse ano ele só pegou um tiquinho (trabalho informal) porque ele faz pintura, mas a partir de agora em diante (época em que o serviço de pintor não é mais procurado – depois do verão), as coisas aí para porque, o inverno chega e o pessoal não vai fazer construção e só dá esse dinheirinho a partir de novembro, que o pessoal que vem passar suas férias em suas casas aí é que manda fazer essas pintura. (Josefa Conceição – nativa do povoado Porto do Mato)

> "Eu comecei a pescar aos 8 anos de idade. A gente trabalha nisso. Quando pinta uma faxininha pra os turistas a gente vai, mas geralmente é maré. a gente vive aqui de maré. [...] Quando a maré tá boa, na semana, a gente tira R$ 50,00. [...]. Antigamente aqui tinha muito de maré, mas hoje ta tudo pouco. o quilo do camarão a gente vende a R$ 10,00 e do aratu a gente vende a R$ 12,00, 15,00. No verão ele sobe, no inverno ele baixa. **Quem mais compra?** Os turistas, só os turistas. [...]. Só vendo aqui e na praia do saco. Quando tem muito a gente ajunta e vai de casa em casa, de porta em porta. Também é só no verão porque no inverno não tem ninguém" (Joelma- nativa do povoado Porto do Mato)

Alguns nativos consideram essas atividades sazonais e esporádicas como benefício trazido pelos veranistas, pois eles a enxergam como geração de emprego. Contudo, o que ocorre é a comercialização dos serviços ofertados pelos nativos a preço baixo e em apenas um curto período do ano. Nessa relação os benéficos são dos veranistas que não têm compromisso empregatício algum com os sujeitos do lugar, não procuram os serviços ofertados por estes de forma assídua e quando precisam, sabem que os encontram facilmente e com todas as vantagens em relação ao preço, pois quem precisa é que se sujeita às condições estabelecidas por quem procura tais serviços.

Já outros nativos como o senhor Edmilson são críticos com relação aos veranistas. O mesmo considera o veraneio uma atividade que não contribui em nada para o desenvolvimento da comunidade. Tem a sensibilidade de perceber o comportamento dos veranistas, que se colocam como estranhos ao lugar e aos nativos. Senhor Edmilson ainda os diferencia dos demais turistas que frequentam os povoados, pois estes últimos, apesar de não terem um vínculo com o lugar através de um imóvel de temporada, ainda sim chegam e consomem bens e serviços ofertados pelas comunidades receptoras sempre que visitam estes espaços em qualquer época do ano. Esse é o motivo que leva o entrevistado a perceber o veraneio de forma indiferente, conforme depoimento abaixo:

> "olhe, é um povo que ninguém vê, chega, vem com os seus carro, de vidro levantado, entra em suas casa, se trancam nos seus muro, traz tudo de suas casas lá por Aracaju, compra tudo, vem com suas bolsa do G Barbosa, traz seus caseiro, faxineiro, traz tudo de fora e a gente só vê eles quando vão embora. Pra mim, tanto faz, não faz diferença eles aqui[...].**o senhor vê diferença entre turismo e veraneio?** vejo sim. O veranista

> não traz beneficio pra gente e o turista chega, senta pede um refrigerante, um peixe, pede um passeio de lancha e a gente tem. O turista consome e o veranista não, traz tudo das suas casas onde eles moram. Essa é a diferença".(Edimilson- nativo do Porto do Mato)

Não é só os nativos que os diferenciam dos demais turistas. Os próprios veranistas também se colocam como diferentes e, ainda acreditam ser negativa a presença de outra forma de turismo na área de estudo. Quando os mesmos foram questionados a respeito do turismo na localidade, ficou claro o processo de territorialização que está ocorrendo no povoado Saco do Rio Real:

> **Você se acha diferente dos demais turistas**? Me acho, porque eu venho aqui fico por um tempo , apesar que eu gosto de passear pra conhecer as coisas, como lá no lugar das balsas, as dunas, o porto. A gente se comporta como turista. **Qual a diferença entre ser turista e ser veranista?** As pessoas vêm de outro lugar e vem aqui pra conhecer, ai conhece e vai embora e a gente está aqui sempre, assim que é possível, nos feriados prolongados e vem passa 3 ou 4 dias e vai embora. É quase igual não é! **Em sua opinião seria bem vindo o turismo aqui?** Não. Porque eu tenho medo. Quando aqui está cheio, todo mundo dorme de porta aberta e o turismo é bom por um lado e é ruim por outro, porque traz a violência [...] E se vier um turismo pra cá forte, aí vem tudo junto não é. Vem a parte boa, mas também a parte ruim. Aí é melhor deixar como está[...]. Eu prefiro como está, porque fica uma praia tipo PARTICULAR. E agora que a maré está empatando, fica esse espaço só pra gente[...] (Sheila – veranista do povoado Saco do Rio Real)

Ressalta-se que neste trabalho as residências secundárias constituem parte dos meios de hospedagem, que por sua vez integram a oferta turística estando esta compreendida nas estruturas e nos processos de desenvolvimento do turismo que tem sua manifestação visível seja na forma de hotéis, pousadas ou residências secundárias, conforme será explicitado ainda neste capítulo.

De acordo com os depoimentos acima, o fato de os veranistas se perceberem distintos em relação aos demais turistas, pode ser entendido como uma forma de particularizar, territorializar o seu espaço de consumo. Os demais turistas são vistos como uma ameaça a essa territorialização.

Essa particularização é nítida principalmente no povoado Saco do Rio Real tendo em vista que os veranistas se apossaram de segmentos espaciais em que somente eles têm acesso. A população nativa não tem mais o mesmo direito de usufruir de um espaço que é marcado de significados, e é parte integrante de suas identidades. Esse fato é muito preocupante, haja vista se tratar do aviltamento das características que fazem com que os nativos se enxergarem como parte integrante do lugar.

A figura 4.10 exemplifica o exposto acima, ao mesmo tempo em que sinaliza processo de (des) territorialização pelo qual vem passando a área de estudo que serão melhor discutindo mais adiante: a limitação da população local em circular por áreas que por direito deveriam ser públicas. Os nativos se vêem obrigados a mudar de caminho para chegar até o mar pelo fato de existirem cercas e portões nas residências secundárias que privatizam o bem público sem que haja observação e regularização por parte dos órgãos competentes.

Figura 4.10: terreno que dá acesso à praia do Saco, porém para uso dos veranistas que possuem as suas residências dentro deste.
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2007

Passada a temporada de veraneio, que se estende de dezembro a fevereiro, é cada vez mais difícil o retorno e readaptação das demandas cotidianas, sujeitando a população local a medidas condicionantes dessas atividades, mesmo que estas não tragam beneficio algum para os seus moradores.

Um exemplo claro está no depoimento abaixo, que evidencia a mudança de comportamento em relação ao cotidiano da comunidade, bem como a perda de costumes que por sua vez constituem parte dos aspectos identitários da comunidade.

> "Quando o pessoal tá aqui, sei lá, a gente não fica muito à vontade. A gente não pode se vestir da maneira que a gente gosta. Eu mesmo, quando o pessoal tá aqui, não gosto de passar pra o lado de lá. O pessoal fica muito na rua, fica quem tá criticando. Por uma parte é bom, por outra, a gente fica assim como meio acanhado" (Claudia – nativa do povoado Saco do Rio Real).

> "Antes quando era o povo só da região, a gente cantava, via a rua, batia aquele papo gostoso. Hoje não tem mais isso. (Raimunda – nativa do povoado Saco do Rio Real)

Por outro lado, tensões provocadas pela relação nativo-veranista, como foi explicitado acima no depoimento de Claudia, que considera a presença dos veranistas positiva, ora sente-se incomodada, pouco à vontade em seu próprio lugar de vivência.

Assim, áreas com fortes atrativos para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo quando não planejadas transformam-se em perigo constante para todo um arcabouço cultural de grupos que habitam essas áreas, incluindo, nesse contexto, a vulnerabilidade a que está sujeito o meio ambiente.

O consumo do espaço trouxe agressões visíveis aos ecossistemas costeiros presentes nos povoados, pois tanto nos depoimentos dos veranistas quanto dos nativos é nítida que a preocupação com o meio ambiente deve ser destaque na área de estudo:

> "Ah destruíram muito, aqui atrás da casa era só mangue, onde tem essas casas aí, era tudo mangue e agora é tudo casa. Destruíram muito a natureza esta muito diferente principalmente com relação aos mangues tá tudo destruído, tudo virou casa".(Sheila – veranista do povoado Saco do Rio Real)

Alguns nativos atribuíram aos veranistas a destruição de elementos da natureza, como evidencia o depoimento abaixo em que a percepção do entrevistado sobre a redução do manguezal pela especulação imobiliária e a consequente fragilidade dos órgãos

ambientais fiscalizadores. Ele também identifica um dos efeitos nocivos do veraneio em uma área de ecossistemas frágeis.

> "[...] Em relação à natureza é como eu falei, foi através desse pessoal rico que vieram pra cá, o turismo, desmatando o manguezal, construindo em cima do mangue, a área que da a natureza né, é proibido por lei, mas eles que são forte né, estão no poder, aí invadiram o mar, [...]" (João B.Santos – nativo do povoado Porto do Mato)

> "A única coisa que a gente via aqui com mais frequência era o caranguejo e hoje não vê mais. Eu cansava de ir para a andada. Hoje em dia tem andada, mas não é como era antes. Antes era muito mesmo. Aqui no fundo mesmo, eu pegava muito. O pessoal pegava era saco de caranguejo" (Claudia, nativa do povoado Saco do Rio Real)

As comunidades receptoras vêem os recursos naturais que fazem parte do cotidiano do lugar e tidos como bens de uso transformando-se em bens de troca e ganhando valor de mercadoria. Nesse caso, os entrevistados percebem o turismo como uma grande invasão de privacidade.

> "Foi as casas dos turistas que chegaram aqui e mudou tudo. Hoje tem muito deles aqui entre a gente. Mudou um pouco a natureza" (Heloisa Helena – nativa do Saco do Rio Real)

> "As praia" também mudou. Apareceu muita casa de gente rica[...] Quem tem valor dentro aqui é o turista". (Claudia – nativa do povoado Saco do Rio Real)

> "Tinha riacho que a gente pescava muito peixe e camarão. Hoje não existe mais". (Elídia – nativa do povoado Porto do Mato)

Outro nativo que considera a inserção do veraneio algo negativo para a comunidade, é João B. Santos, conforme depoimento abaixo:

> "De negativo eles pegam a bagaçada toda aí e jogam no mangue. Em vez de deixar na porta mo do lixo pegar. Aí vão pra Aracaju, aí o que eles faz né. Vamos supor, essa casa é minha, eu só vou embora no domingo à tarde aí o que é que eles faz? pega a bolsinha deles e ao invés de colocar no vaso de lixo, não! que é que eles fazem? colocam no carro deles e jogam no mangue. Isso ai atrapalha o meio ambiente né. Tem

> muitos que fazem assim, muitos mesmo!" (João B.Santos – nativo do povoado Porto do Mato)

Por outro lado, constatou-se uma predisposição muito positiva da população nativa em relação ao turismo de hospedagem. Os mesmos acreditam que se houvesse investimento na localidade para atrair os turistas, a qualidade de vida da comunidade seria melhor.

Os nativos têm a consciência de que através de investimentos oriundos do governo municipal a atividade turística melhoraria significativamente, conforme os depoimentos abaixo:

> "O turismo não chegou aqui por causa de interesse do prefeito de Estança. Qual era a dele. Trazer o turismo para aqui pra gerar emprego pra todo mundo, mas não fazem nada, então o lugar ta parado" (senhor Zequinha[7] – nativo do povoado Saco do Rio Real)

> "Se tivesse turismo aqui era melhor porque trazia rendimento pra gente que tem o comércio né; o prefeito daqui não liga pra aqui. Não faz nada por aqui". (Raimunda – nativa do povoado Saco do Rio Real)

Os povoados possuem uma estrutura hoteleira ainda tímida. No Saco do Rio Real foram identificadas três pousadas que prestam serviços com certa qualidade. Já no Porto do Mato apenas uma, que faz parte da já referenciada ASPED, conforme figuras 4.11, 4.12 e 4.13.

7 Depoimento retirado da monografia Uso e ocupação do solo da praia do Saco: uma análise da percepção dos atores sociais locais a cerca do turismo e veraneio

Figuras 4.11 e 4.12: pousada Florais do Atlântico e Chalés Mares respectivamente - povoado Saco do Rio Real
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2006

Figura 4.13: pousada Estrela Tropical – povoado Porto do Mato
Fonte: www.portodomato.com.br

Compartilhando com os entrevistados no tocante ao investimento para o turismo, constatou-se nas observações realizadas. A falta de preparação para que a comunidade receptora os receba de forma que seus aspectos culturais, identitários não fiquem renegados a segundo plano, assim como a ausência de vários equipamentos como, posto médico, posto telefônico, saneamento básico são, acima de tudo, fruto da ausência de uma política de planejamento territorial em que a comunidade seja o principal alvo deste processo. Isto se constitui no principal empecilho para o desenvolvimento do turismo saudável no lugar.

4.3- NA LÓGICA DAS MULTITERRITORIALIDADE: QUEM É QUEM NESSE PROCESSO?

4.3.1 –Turismo de Segunda Residência e Veraneio

O turismo analisado no viés geográfico engloba nesse estudo a dinâmica sócio-espacial mediante a abordagem dos processos que engendram a atividade turística. As práticas sociais influenciam a mobilidade, circulação de idéias, novos conhecimentos e distanciamento do ambiente cotidiano, tudo o que motiva e condiciona o turismo. O olhar geográfico sempre busca entender o espaço através das relações que a sociedade estabelece com a natureza, suas relações socioeconômicas e culturais.

Portanto, turismo pode ser caracterizado como uma atividade que tem no espaço o seu principal objeto de consumo. Para Santos (2002), o espaço "é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório entre sistemas de objetos e sistemas de ações, considerando um quadro único no qual a história se dá".

O fato de o espaço ser o principal objeto de consumo do turismo transforma alguns territórios para o seu uso, ao mesmo tempo em que valoriza espaços que poderiam não ter valor no contexto da lógica da produção (CRUZ, 2002). A valorização deste se dá através das relações sociais e da influência do *marketing*.

Segundo Krippendorf (2001, p. 123-135) a construção do turismo não se dá apenas em nível econômico, mas há toda uma dinâmica de implicações que evidenciam as suas várias dimensões, sejam elas sociais, políticas, culturais ou psicológicas, além das econômicas.

É de grande importância considerar uma maior abrangência da complexidade do fenômeno, caracterizando-o, sobretudo, como fenômeno social:

> [...] consiste em um deslocamento voluntário ou temporário de indivíduos ou grupo de pessoas, que fundamentalmente por motivos de recreação, diversão cultura ou saúde, saem do lugar de residência habitual para outro, no qual não exercem, nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplos inter-relacionamentos de importância social, econômica e cultural (MOESCH, 2000, P.12).

De acordo com Barreto (1995), essa forma de uso e ocupação do solo surge no século XVII, na Inglaterra como um tipo especial de viagem. A palavra *tour* quer dizer volta, sendo de origem francesa, que no inglês equivale a *turn*. As civilizações da antiguidade clássica, a exemplo da romana, já realizavam as viagens de lazer em busca do campo onde as classes urbanas mais abastadas fixavam suas residências secundárias.

Recentemente o turismo é uma atividade que se materializa através do consumo de áreas com paisagem natural atrativa. Daí cabe análise da influência que este exerce na organização dos espaços onde se instala.

A preocupação espacial com a expansão do turismo deriva principalmente da análise da distribuição dos equipamentos e das suas incidências na organização sócio-espacial. Devem-se incluir na análise, os modelos sociais dominantes da demanda e as relações que se processam entre os sujeitos sociais externos e locais.

Nesse sentido, o turismo é uma prática sócio-espacial complexa e multifacetada tendo seus reflexos nas diferentes esferas sócio-espaciais. Na econômica, requalifica os espaços através da diversificação do crescimento ou decréscimo das atividades, provocando alterações no perfil dos empregos, da renda e da produtividade; na cultural, pelo fato de modificar os sistemas de valores, os estilos de vida e o padrão de consumo das populações receptoras; na ideológica porque articula estratégias e táticas que permeiam o imaginário do turismo como forma de salvação do mundo e como mecanismo de manutenção da ordem; na política - (re) define o papel do Estado como gerenciador da infra-estrutura do turismo e da ordem; na espacial, refere-se ao espaço como meio de produção, como produto do consumo e como *lócus* das práticas sócio-espaciais.

As incidências do turismo nessas diversas esferas da organização sócio-espacial mostram como elas se encontram articuladas umas com as outras em um campo de ações conjuntas que denotam a totalidade do espaço turístico ou a turistificação (KNAFOU, 1996, 69)

Para Almeida (1996, 184), o turismo designa “tanto uma ação como uma função; de um lado refere-se aos fluxos, às motivações e aos tipos de deslocamentos pertinentes à

atividade, de outro, diz respeito às empresas e agências receptivas, às transferências de capitais e aos *aménagements*[8] espaciais"

Nessa perspectiva, cabe neste trabalho um tipo particular de turismo, que está atrelado à ocupação de segunda residência – o veraneio.

Segundo Tulik (2001), segunda residência são domicílios particulares que servem de moradia ou de estada turística, excluindo os hotéis, relacionados à recreação e ao lazer do usuário. São utilizados durante o fim de semana, férias ou outro fim. A idéia de residência secundária contrapõe-se à de residência permanente, também denominada principal, normal ou primária, ou seja, o ocupante de residência secundária deve obrigatoriamente habitar outro domicílio, considerado principal.

Estas existem desde a antiguidade, sendo a sua origem atrelada ao uso por parte da elite (nobreza) como espaço de recreação e como refúgio. Segundo Rodrigues (1997, p. 81): "a viagem de lazer já era conhecida na antiguidade clássica quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do império romano possuíam duas residências – uma na cidade e outra no campo"

Porém, foi a partir do século XVIII que a zona litorânea passou a ser alvo das segundas residências para fins de veraneio no mundo ocidental, pois até então essa porção do espaço era repudiada pela elite ocidental. O mar, a partir de então, passa a ser visto como lugar de encontro com a natureza até para tratamento terapêutico na Europa (notadamente na França e na Inglaterra).

Com advento da Revolução Industrial e o consequente aumento da urbanização no fim do século XIX, motivou-se o deslocamento das residências secundárias para áreas mais distantes das residências permanentes.

[8] o "aménagement" pode ser como "o conjunto das intervenções do poder público baseadas em objetivos públicos e em projetos sociais coletivos e que visam, pela aplicação de políticas de monitoramento (resposta a uma demanda expressa) e de políticas de treinamento (antecipação de uma solicitação futura), a requalificar espaços degradados ou em crise, a aumentar a atratividade e os potenciais de certos territórios, a garantir um mínimo de equilíbrio inter-regional dentro do espaço nacional".

No processo de industrialização e a metropolização das cidades, cada vez mais se fazia necessário que homem urbano saísse das áreas centrais superpovoadas em direção ás periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza.

Entretanto, um fator importante que influencia na dinâmica do espaço turístico e na localização das residências secundárias é a rede de acesso e transporte. Apesar de estas se localizarem, geralmente, ao redor das grandes metrópoles, elas podem se espraiar por distancias maiores, devido às qualidades dos meios e vias de transporte disponíveis.

Assim, com as melhorias de acesso, as áreas periféricas passam a ser ocupadas por uma clientela popular, enquanto os ocupantes pioneiros detentores de um poder aquisitivo mais elevado partem em busca de áreas mais isoladas cada vez mais distantes de suas residências, reproduzindo assim a lógica turística de consumo e produção do espaço.

O proprietário de segunda residência em áreas de interesse turístico possui um título de propriedade que o "liga" diretamente a um dado território, recolocando-o no espaço urbanizado turisticamente como detentor de direitos e deveres – no sentido de suas responsabilidades civis enquanto proprietário urbano. Entretanto, tal visitante acessa esse mesmo dado território motivado na fruição de suas qualidades e não na prática cotidiana de suas rotinas; logo, tais empreendimentos, embora nitidamente imobiliários legal e espacialmente, são tipologias guiadas pela lógica do lazer, da prestação de serviços e do consumo da paisagem.

As repercussões negativas mais corriqueiras referem-se ao fato de as residências secundárias, geralmente, "desalojarem com suas edificações e infra-estruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência em níveis culturais e sociais (perfil de empregos, alteração dos estilos de vida, entre outros) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas)" (BARROS, 1998, p. 28).

Todas essas implicações socioambientais provenientes da expansão do turismo de residência secundária têm seus rebatimentos no espaço, especialmente na sua expressão de domínio do visível que é a paisagem.

Atualmente, a residência secundária propicia aos seus proprietários o reencontro com a natureza, sem que estes abdiquem do conforto que a evolução da técnica proporciona. Neste estudo a residência secundária insere-se no contexto de casas ocupadas principalmente no verão e próximas do mar, e por isto nomeada casas de veraneio.

De acordo com Linhares (1992), a prática do veraneio que é considerado como um movimento de valorização do litoral pela elite, iniciou-se como explosão inicial na França, na Bélgica e, posteriormente, na América do Sul: no Chile, no Uruguai e posteriormente no Brasil (Rio de Janeiro – Leme, Copacabana, Ipanema).

Segundo Moraes,

> O litoral também se particulariza, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve às atividades turísticas e de veraneio. (1999, p. 18)

O veraneio nos espaços à beira-mar constitui uma forma de lazer praticada corriqueiramente por pessoas detentoras de poder aquisitivo suficiente para manter grosso modo, uma residência de uso eventual.

O litoral consegue apresentar algumas ocupações que refletem personalidade mais delineada, seja em virtude da sobrevivência de longo período de isolamento, seja por conta da ocupação feita por segmentos de alto poder aquisitivo.

No caso do litoral nordestino brasileiro a valorização destes espaços se constitui nestes termos, denotando transformações no seio da sociedade urbana cuja essência não se constitui em suporte da vida cotidiana (SEABRA, 1979). Os turistas internacionais das grandes metrópoles e da terceira idade estão transformando a residência secundária de veraneio na nova atração do mercado imobiliário, sendo os maiores negócios realizados em Natal e Salvador (CASTRO, 2006, p.6).

Em Sergipe, a presença da residência secundária se faz em toda a faixa litorânea, embora com padrões de ocupação distintos, o que vai depender principalmente do poder aquisitivo de quem se insere nesse contexto.

Na porção litorânea do município de Estância, entre as formas de uso-ocupação mais perceptíveis está a atividade turística que se manifesta associada à estruturação urbana de povoados que começam a apresentar equipamentos turísticos, ora aparecendo articulada a espaços de residência secundária, que mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil; e ora aparecendo como indutora da ocupação de novas áreas com vistas à expansão da rede hoteleira, embora ainda incipiente, porém promissora.

Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real experimentam um processo de reordenamento do uso do espaço e do tempo, tendo em vista a convivência com o turismo e o veraneio em sua dimensão sazonal.

O município de Estância está inserido no Pólo Costa dos Coqueirais classificado pelo programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR–NORDESTE como potencialmente turístico e mais contemplado com projetos de desenvolvimento do turismo, entre os quais destacamos a construção da Orla do Abaís e das rodovias que fazem parte do Projeto Linha Verde, ligando Bahia a Sergipe, estas beneficiando os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real.

O Pólo de Turismo Costa dos Coqueirais faz parte de um programa estratégico do Banco do Nordeste, com a participação de instituições públicas e privadas, com o objetivo de desenvolver o turismo no Estado de Sergipe nos cenários nacional e internacional. A “Costa dos Coqueirais” cobre toda a faixa que acompanha o litoral sergipano, da barra do Rio Real, até a foz do Rio São Francisco, além de outras comunidades próximas que apresentam grande potencial turístico. É uma faixa muito visada pelos empreendimentos turísticos devido ás iniciativas do Estado no aproveitamento e desenvolvimento destas regiões, com as obras acima citadas.

Este movimento transforma o olhar das elites em relação às zonas de praia, que deixam de ser um lugar de simples contemplação e passam a ter uma maior relevância para a construção de uma residência secundária. Assim, os espaços litorâneos passam a assumir novas características sociais, demográficas e urbanísticas, marcados pelo deslocamento da população e pela mudança dos usos, resultantes das presenças dos veranistas e outros tipos de turistas sazonais (URBAIN, 1996 apud DANTAS 2006, p. 272).

O processo de incorporação da zona de praia enquanto objeto de consumo no município de Estância teve início na área de estudo nos anos 1970, sendo os primeiros visitantes originários do próprio município; porém tal processo intensificou-se nos anos 80 pela melhoria de acesso e dos aspectos socioeconômicos sofridos pela localidade. Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real passaram a ser ocupados com maior intensidade por volta de 1990, em sua maior parte (em especial o segundo povoado) por famílias de classes média, média alta e alta, que "fugiram" do crescimento do fluxo de pessoas nas praias do Abaís e Caueira, essa última localizada no município de Itaporanga (GOMES, R.C.S, 2007).

De acordo com observações feitas e depoimentos dos entrevistados, atualmente os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real apresentam cerca de 500 residências secundárias de veraneio. A prefeitura municipal de Estância não possui o registro exato da quantidade dessas residências. Tal afirmação foi comprovada através de visita aos órgãos que teoricamente seriam responsáveis por questões ligadas ao planejamento territorial do município, conforme já explicitado no capítulo 3.

Em visita feita à prefeitura municipal de Estância e Secretarias Municipais de Planejamento e Finanças, além de informações prestadas pelos responsáveis por estes órgãos, nota-se que a prefeitura não dispõe de um número exato dos loteamentos e casas de veraneio nos povoados em questão. Foram passadas apenas algumas plantas de terrenos para veraneio. Esse fato evidencia a carência de planejamento territorial deste segmento litorâneo e o consequente despreparo da Prefeitura Municipal de Estância. Nesse contexto se inclui também a falta de preocupação com as comunidades que estão inseridas nessas localidades que hoje servem de atrativo imobiliário dentro da lógica do turismo em suas diversas formas.

4.3.2- A Compartimentarão do Território

O turismo age (des) territorializando e produzindo novas configurações geográficas. Assim, é que os espaços litorâneos, originalmente ocupados pelos pescadores, comunidades tradicionais, os chamados "povos do mar", são expropriados para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos. Nessa produção espacial, se faz necessário considerar a luta dos diferentes sujeitos locais: os nativos, usuários do espaço litorâneo que tentam defender suas propriedades, ou bens de usos, ou muitas vezes tentam se adequar às relações que são estabelecidas e impostas pelo turismo. Nesse jogo de interesses, cabe aos empresários, aos especuladores imobiliários, aos proprietários de residências secundárias e ao próprio Estado, vislumbrar estes espaços de potencial turístico como valor de troca, pois o transformaram em mercadoria.

O crescimento do veraneio levou a uma distinção espacial: de um lado o espaço de recreação, presentes em ambos os povoados; de outro lado, espremida nos cantos, e freqüentemente em reduzidos quarteirões, as casas dos nativos, situação essa bem evidente no povoado Saco do Rio Real, os remanescentes do mundo natural transformado. Já os nativos do povoado Porto do Mato que, apesar de contar com uma população composta por mais de 1500 habitantes, têm suas atividades tradicionais desvirtualizas pelo turismo de veraneio. O que seria uma fonte de sobrevivência transformou-se em produto de comercialização a serviço dos visitantes sazonais.

As mudanças causadas pelo turismo de veraneio são preocupantes, não somente sobre o ambiente físico, mas sobre as formas tradicionais de vida. As dificuldades em se manterem as atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca, associadas à melhoria dos meios de comunicação, aceleraram o êxodo de grande parte dos nativos do Saco do Rio Real, submetendo estes à venda de suas propriedades e a introdução de outras atividades associadas ao turismo.

A partir da decadência das atividades tradicionais, alguns dos seus habitantes não têm muitas alternativas econômicas, e muitos passam a viver da renda conseguida durante três ou quatro meses do ano, em atividades ligadas ao turismo.

Nesse viés, ambas as comunidades aqui explicitadas podem estar ameaçadas em sua sobrevivência física e material, considerando tratar-se de comunidades que até a década de 80 eram consideradas totalmente tradicionais, de acordo com estudos e relatos. Essa ameaça ocorre por vários fatores e processos que estão ligados pela carência de planejamento que regule as novas formas de uso e ocupação do solo ligado ao avanço da especulação imobiliária iniciado na década de 1980 e 1990.

Este processo privou parte dos nativos de suas posses na praia, induzindo a novas relações dentro desse processo de (re) configuração do lugar. Hoje, têm-se diaristas, pesca para comércio, prestação de serviço de várias formas. Outro aspecto é a mobilidade, pois muitos nativos saíram de seu lugar, base da sua identidade para tentar melhores condições de vida em outras localidades, passando assim por um processo de (re) territorialização. Este aspecto é bem evidente no povoado Saco do Rio Real.

A população deste povoado sofreu um processo de êxodo que se iniciou no final da década de 1970 e se dá até os dias atuais. Muitos venderam seus terrenos a preços módicos para pessoas interessadas em construir suas segundas residências.

> "A maioria das pessoas da região foram embora. Acabou assim, o povo do lugar. Hoje têm pouquíssimo. Venderam seus terrenos. Hoje em dia querem voltar pra aqui e não conseguem. Vendiam baratinho. O veraneio modificou a paisagem né.[...]. Eu achava melhor como era antes", (Raimunda – nativa do Povoado Saco do Rio Real)

As migrações os colocam de lugar a lugar, sendo que o ponto de partida é o lugar de origem, onde outrora mantinham relações básicas de família, parentesco e outros. Mas, com o fluxo do movimento migratório, por causa da territorialização do capital cultural, econômico e político e dos conflitos daí advindos, forjam os deslocamentos em escalas espaciais diferenciadas. Becker (1997), em seu estudo sobre mobilidade espacial da população, afirma:

> Os deslocamentos de populações em contextos variados e densevolvendo ao longo do tempo escalas espaciais diferenciadas conferiam complexibilidade crescente ao conceito de mobilidade como expressão de organizações sociais, situações conjunturais e relações de trabalho particulares. A cada nova ordem mundial correspondeu uma nova ordem econômica com a emergência de novos fluxos demográficos. (Becker, 1997:319)

Nesse sentido, a memória que carregam de lugares outros entra em conflito quando chegam ao lugar definitivo e vislumbram a possibilidade de construírem, por meio de suas representações de mundo, suas práticas sociais e estratégias de luta. As relações sócio-espaciais que passam a se concretizar no lugar não são mais de estrangeiros do lugar, mas fruto de uma trajetória de conquistas em que a história desses sujeitos sociais, vivenciadas no cotidiano da nova sociabilidade que se apresenta, propõe a reconstrução e utopias estabelecendo um novo sentido de pertencimento. Muitos nativos foram tentar melhores condições de vida na sede municipal, no município de Aracaju e outros municípios do Estado de Sergipe e até fora dele.

Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, apesar de próximos, diferenciam-se na forma como os veranistas se apropria de cada uma dessas localidades: a construção das residências secundárias de veraneio nos dois povoados se deu com a melhoria de acesso com a construção da rodovia Ayrton Senna, principal via de acesso ao litoral estanciano. Porém, a proximidade do mar transformou o Saco do Rio Real em atrativo maior para pessoas com maior poder aquisitivo. O padrão e tamanho das residências são evidentemente superiores que aquelas do Porto do Mato.

Portanto, quanto a distribuição espacial, o veraneio é mais concentrado no povoado Saco do Rio Real, até mesmo porque este segmento espacial está localizado à beira mar. Foram identificados vários loteamentos que evidenciam o uso do espaço para fins de lazer turístico, com registros na Secretaria de finanças da Prefeitura municipal de Estância, conforme figura 4.14:

Figura 4.14: registro de loteamentos localizados em ambos os povoados
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008

Estes loteamentos, em sua maioria, localizados do povoado Saco do Rio Real, são ocupados por construção de residência de veraneio. Atualmente, uma das fortes características dessa localidade é o predomínio de casas dos mais variados padrões, em detrimento da pequena presença dos moradores nativos que se expressam em números consideravelmente menores. As residências nativas estão localizadas predominantemente, nas margens da principal via de acesso à praia do Saco. Poucas estão distribuídos no interior do povoado.

A priori, quando se chega ao povoado Saco do Rio Real, não é perceptível o predomínio do veraneio sobre a comunidade local. Apenas quando se vai adentrando nas estradas que em sua maioria não possuem pavimentação é que se vai dando conta de que o povoado está perdendo os seus nativos, pois a quantidade de residências de veraneio é muito grande.

As residências secundárias estão presentes por todo o povoado e ao seu redor, sendo que aquelas localizadas no centro da comunidade são de características mais simples, aparentando pertencer aos veranistas com um poder aquisitivo menor, se comparadas às residências distantes do povoado. O isolamento desses veranistas foi notório, e as residências sazonais se assemelham às mansões, dentro de um espaço onde habita uma população marcada pelas desigualdades socioeconômicas, conforme figura 4.15:

Figura 4.15: contraste entre residências secundárias e residências dos nativos no povoado Saco do Rio Real
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

É tão marcante a discrepância da paisagem construída que é possível ter a impressão de que não existe uma população marginalizada e carente de cuidados por parte do Poder Público em suas variadas esferas.

Já o povoado Porto do Mato (figura 4.16) encontra-se mais afastado do mar. O processo de ocupação por parte dos veranistas deu-se após o processo ter se iniciado no Saco do Rio Real.

Figura 4.16: povoado Porto do Mato
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

As características dessa forma de uso e ocupação do solo neste povoado são totalmente distintas da explicitada no povoado Saco do Rio Real: foram observadas poucas residências de veraneio. O padrão das casas não é luxuoso, conforme figura 4.17. São casas simples pertencentes a famílias que, em geral advêm do interior do Estado de Sergipe, como Lagarto, Simão dias, entre outros. Há o predomínio da população nativa. Estas residências estão distribuídas ao longo das margens da rodovia Airton Sena, não sendo muito frequente encontrá-las no interior do povoado.

Figura 4.17: residências secundárias localizadas no povoado Porto do Mato äs margens da Rodovia Ayrton Senna
Fonte: Gomes, R.C.S. Pesquisa de campo, 2008.

Nestes espaços turísticos receptores há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam: territorialidades dos que vivem frequentemente nestes espaços e a territorialidade dos que apenas passam por eles. Os indivíduos que buscam nesses espaços fugir da miséria, violência e assedio dos lugares de origem (centro urbanos), muitas vezes estão alienados dos impactos ocasionados pela aquisição de lotes nessas áreas litorâneas.

A segregação do espaço com diferenciações no nível de qualidade de vida em relação aos antigos moradores é um reflexo de um cotidiano urbano construído no século XX e intensificado no século atual com a globalização, que traz consigo a segregação sócio-espacial, a diferentes formas de acesso à terra e os problemas ambientais, o que caracteriza o processo de produção do espaço.

4.4.-A INSUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

4.4.1-Os Povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real no Processo de (Des) Territorialização

O processo de territorialização e desterritorialização foi identificado na área de estudo, no sentido de situar quem sofre qual processo na dinâmica das relações que se estabelecem entre nativos e não nativos (veranistas).

Daí a relação sócio-espacial estabelecida entre os que são filhos do lugar e os não nativos estar sob o prisma de uma nova dinâmica, principalmente no povoado Saco do Rio Real. Este processo está consolidado, com o predomínio de casas de veraneio dos mais variados padrões, dos mais simples aos mais sofisticados (mansões), em meio a uma comunidade que está se diluindo, desaparecendo, migrando em busca de melhores condições de vida.

Nesse viés, é conveniente afirmar que todo espaço é de alguém, é o espaço do mais forte, de uma cultura dominante, em que um grupo se sobressai sobre outro, controla os meios de vida, terra, capital, matérias primas, força de trabalho, tentando fazer da sua verdade a realidade de cada um através do senso comum, impondo sua própria experiência do mundo. Então, *o ser do e no mundo* encontra-se imerso em um espaço que nem sempre atende aos seus interesses, atende a interesses de poucos.

Como existem várias culturas, grupos e estilos de vida, cada um ocupa uma parte do espaço e lhe dá características próprias, organizando-o de acordo com suas concepções e necessidades. Percebemos esse esquema através das paisagens que vislumbramos no dia a-dia, pois estas resultam de ações, pensamentos e estilos de vida.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso),

seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2005).

No jogo contemporâneo dos processos de descrição e reconstrução territorial, fica muito claro o ir e o vir entre territórios mais impregnados de um sentido funcional, de controle físico de processos (ou mais estritamente, no caso em que a dimensão simbólica – a territorialidade, para alguns) adquire um papel fundamental.

Nessa vertente, Haesbaert (2007) propõe o território dentro da perspectiva de um contínuum que se estende da apropriação mais especificamente simbólica até a dominação funcional no sentido mais estrito.

Dentro da lógica exposta, o poder no contexto simbólico precisa ser coerentemente considerado em nossas análises sobre território. Este último é considerado a partir da concepção de espaço em seu sentido hibrido (entre sociedade e natureza, política, econômica e cultura e entre materialidade e imaterialidade e idealidade numa complexa interação entre tempo-espaço), como já propunha Milton Santos. Daí o sentido da multiterritorialidade, que caminha no viés da mobilidade crescente e a complexidade das relações na atualidade, levando à construção da territorialidade, que é também mais móvel e de caráter múltiplo.

Sobre multiterritorialidade, Haesbaert (2007, p. 46) afirma que esta,

> Se materializa tanto na constituição de uma territorialização em caráter político–econômico, quanto simbólico-cultural. Assim ocorre uma mutação nas formas da relação entre território e identidade, tanto no sentido território–identidade, porque a territorialização se tornou múltipla e complexa, afetando nossas construções identitárias, quanto no sentido identidade–território, pois os processos de identificação nunca foram tão mutáveis nem estiveram afetados por tamanha multiplicidade e/ou hibridismo cultural, repercutindo assim na intensificação do fenômeno que denominamos multiterritorialidade.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue

apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"): o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

> O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986:411-412 apud HAESBAERT, 2007)

Dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos.

Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Para Rafestin (1983), controla-se uma 'área geográfica', ou seja, o 'território', visando 'atingir/afetar', influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Haesbaert (2007) afirma que a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Podemos, de forma simplificada, falar em quatro grandes "fins" ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;

- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Para este estudo, investigamos a lógica que rege as relações sócio-espaciais entre nativos e não nativos (veranistas) partindo da percepção dos moradores litorâneos que recebem visitantes em seus espaços considerados como base para a reprodução do cotidiano, e dos veranistas que integram a dinâmica do lugar. A partir da presença dos veranistas em ambas as localidades, em que viés o processo de territorialização ocorre, por parte de quais sujeitos sociais? Há de fato um processo de desterritorialização? Caso haja, quais são as bases para a materialização deste processo? Procuramos responder a estes questionamentos a partir da análise das formas de uso e apropriação do espaço, dos significados que estes possuem para cada grupo social que integra as relações que se processam na área de estudo.

Considerando os diferentes graus de compreensão da realidade apresentados pelos indivíduos, Relph (1979) desenvolveu duas classes de percepção dialética Homem-meio: *insider* (ótica do habitante do lugar) e *outsider* (ótica de um habitante externo ao lugar). Em cada uma dessas classes haveria níveis intermediários de percepção, variando entre o mais enraizado e o mais desenraizado.

A percepção não pode ser estudada isoladamente nem pode ser apartada da vida das pessoas, da mesma maneira que se faz necessário o envolvimento das comunidades receptoras com todo o processo de implantação da atividade turística. Ao considerar a importância dos fatores cognitivos e afetivos na construção do espaço pelo turismo, ressaltamos que o fato pode se expressar espontânea ou planejadamente nas suas dimensões.Trata de se colocar o social como uma condição fundamental dentro dessa atividade, especialmente se esta for implantada dentro de comunidades tradicionais.

Com base no exposto, as relações sócio-espaciais que se processam entre nativos e veranistas e destes com o ambiente, não se dão no viés da sustentabilidade, pois o turismo não trouxe contribuições para a comunidade receptora, uma vez que não há sinais de desenvolvimento nas localidades com base na inserção dessa atividade. Foram constatados efeitos nocivos e, de certa forma, alienação por parte dos nativos entrevistados no tocante ao beneficio do veraneio que na verdade não existe; é o caso da geração do emprego, pois, ao mesmo tempo em que os nativos alegam que o veraneio trouxe emprego para a população local, eles colocam o desemprego como uma das principais problemáticas sociais das comunidades. E quando se verifica que de fato os veranistas não têm nenhum vínculo, seja de solidariedade, seja trabalhista, com a população local, ratifica-se que de fato há contradição neste aspecto. Os impactos ambientais comprovam a falta de sustentabilidade, pois para que o veraneio se inserisse no espaço de uma comunidade tradicional, os ecossistemas costeiros foram degradados, fato este constatado nos depoimentos dos nativos e dos veranistas, assim como pelas observações *in locu.*

Com efeito, nos povoados em questão, foram criadas as necessidades de "modernização", de "mudança" e de "transformação" particularizadas pelo espaço, a fim de determinar a ação social dos indivíduos com relação a valores de mercado(exemplo da especulação imobiliária para atividade turística), favorecendo a redefinição das estruturas sociais conforme os ditames da esfera econômica. Na perspectiva de Milton Santos (1982), os efeitos dessa realidade globalizante do espaço como agente condicionador acontecem da seguinte forma:

> O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos (SANTOS, 1982, p.18)

Os povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real configuram-se em um espaço particularizado de características urbanas, que não os diferencia do resto do país, visto que a demanda veranista e turística advém, em sua maior parte, do meio urbano, que injeta,

seja de forma direta ou indireta, novas práticas que não estão relacionadas ao chamado "meio rural".

Como exemplo, tem-se a prestação de serviços urbanos,presentes em comunidades tipicamente rurais, em decorrência de uma demanda provocada pelo veraneio e turismo existentes nessas localidades.

Para o Ministério do Meio ambiente, as formas de ocupação da costa, hoje, alteram o antigo padrão de ocupação que, de pontual, localizado sobretudo nos estuários, passa a linear, extensivo, significando pressão crescente num meio sensível ao uso, que a ele reage muito rapidamente**.** (MMA, 1996, p. 12)

A ocupação de veraneio nos moldes em que está sendo efetuada, (um dos vetores de transformação dessa área) não deixa de constituir-se como uma atividade de risco para os ecossistemas e para a qualidade de vida, assim como para a "desconfiguração" da identidade das comunidades ali presentes.

Ainda os aspectos ligados à cultura perpassam, acima de tudo, pelos aspectos identitários de um povo (Canen 1995). Dessa forma:

> A identidade[...] preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores tornando-os "parte de nós" contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (Hall 2003 P.12).

A identidade, segundo Lago (1996), aponta para um sistema de representação das relações entre os indivíduos e os grupos e entre estes e seu território de reprodução, seu meio, seu espaço e seu tempo.

Neste contexto, uma outra perspectiva de análise, um segundo argumento refere-se à constatação de uma filtragem de valores dominantes e de uma cultura predominantemente revestida por valores consumistas que estaria ameaçando a cultura local, estabelecendo um processo ameaçador das identidades culturais específicas. Esta

perspectiva coloca em questão as relações desiguais de poder que legitimam certas culturas em detrimento de outras.

O turismo, em suas diversas manifestações, pode ser considerado uma das marcas da globalização e que, muitas vezes quando não é planejado de forma coerente ou não é planejado, pode causar consequências graves para uma população local que até então desconhecia "o olhar do outro", desvirtualizando toda uma estrutura identitária construída e solidificada por um processo histórico de apego ao lugar.

Este espaço, no qual a área de estudo está inserida é, portanto, cada vez mais disputado, não sendo mais possível simplesmente ocupá-lo ou explorá-lo. É necessário, geri-lo, isto é, conceber de forma integrada as ações que ali se desenvolvem.

Ao longo desta abordagem foi percebido que a forma de ocupação que está sendo desencadeada necessita de uma atuação planejada por parte do Poder Público, tanto na esfera municipal, quanto da estadual. Caso isso não ocorra, este segmento espacial provavelmente sofrerá impactos ambientais gravíssimos, não desconsiderando os já ocorridos.

As transformações em andamento não estão dissociadas das categorias de análise tempo e espaço que consideram este último enquanto local de reprodução das relações sociais, e onde o tempo se materializa. São transformações que se justificam ou pela necessidade de integrar as sociedades rurais nos mercados regional, nacional e internacional na expectativa de melhorar a sua condição socioeconômica, ou pela própria necessidade de sobrevivência. Os povoados aqui em evidência trazem cada vez mais no seu conteúdo a essência das novas dinâmicas sócio-espaciais, que têm no turismo um dos seus traços mais característicos e determinantes.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível observar como as percepções são diferenciadas, mas ao mesmo tempo comportam uma ligação subjetiva entre si através do significado do lugar para os sujeitos sociais que compõem a realidade estudada. Todo esse processo é mutante e está à mercê das estratégias políticas, econômicas, culturais e ideológicas, da reconfiguração dos poderes e das (re) significações construídas e atribuídas.

Toda a discussão aqui levantada torna-se relevante a partir do momento em que se verifica em duas comunidades - Porto do Mato e Saco do Rio Real um processo de (des) territorialização, evidenciado pelo uso e ocupação do solo através do turismo de veraneio, que vem colocar em questão a sustentabilidade das relações sócio-espaciais e, consequentemente, o desenvolvimento socioeconômico de ambas as comunidades, incluindo nessa análise os laços que ligam os sujeitos sociais envolvidos nesse processo.

A preocupação em integrar a abordagem territorial aos estudos analíticos do desenvolvimento sustentável insere-se na tentativa de promover diálogo e interface entre o nível cognitivo e as perspectivas aplicadas do território para pensar e analisar os processos de mudança social que ocorrem nos espaços litorâneos, o que configura o entendimento aqui esposado sobre a sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável também engloba um processo que resulta de ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito das comunidades tradicionais para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações dessas áreas. Dadas as especificidades e particularidades do espaço em questão, determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, físicos e culturais, a sustentabilidade refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. Mas, a discussão deve ainda ser direcionada para um debate mais geral sobre os processos de mudança social, que deveriam favorecer a melhoria da qualidade de vida, a ampliação da justiça social, das liberdades individuais e da emancipação política.

Trata-se, na verdade, de um processo de geração da autonomia e da construção de um projeto coletivo que se constitui em uma das formas possível para a efetivação da

emancipação. Neste sentido, todo processo de desenvolvimento tem, inexoravelmente, um sentido societário - redução da pobreza nas áreas rurais mediante estímulo a processos de transformação principalmente institucional, pelo fato de sugerir a interação dos sujeitos locais entre si e com agentes externos, tendo como premissa a participação da população no processo e nos benefícios.

A dimensão do lugar refere-se ao espaço em que transcorre a vida cotidiana dos sujeitos locais que começa pelo espaço da moradia e estende-se à comunidade local, aos vizinhos, e chega ao pequeno povoado ou município.

Já o território nesse estudo é percebido a partir do conceito geográfico de lugar que, como tal, tem ao mesmo tempo uma projeção material, mas é, sobretudo, uma construção social do espaço pelos indivíduos e instituições que demarcam sua presença nesse território e estabelecem códigos de pertencimento a este. No que se refere à dimensão dos processos de organização social e participação política parece importante retomar a idéia da construção social e da emancipação. Com efeito, a participação social, em diversos graus e modos, está fortemente vinculada à possibilidade do surgimento de processos de (re)territorialização.

Assim, os territórios apropriados ou dominados podem ser reconhecidos e compreendidos a partir da participação dos indivíduos na efetivação, por exemplo, de políticas públicas ou de projetos sociais realizados pelas comunidades correspondentes. Deste modo, os sujeitos de um território são convocados a auxiliar e a construir os projetos e as iniciativas e a tornarem-se co-responsáveis por seu desígnio.

Em termos espaciais, é nesses momentos de participação que os territórios podem ser criados, fortalecidos, reconstruídos ou, até mesmo, destruídos com base na consciência social do conjunto de sujeitos envolvidos. É nesses momentos que os lugares, e a partir deles, podem adquirir um caráter territorial, de apropriação do espaço. Neste sentido, o território pode tornar-se uma mediação entre o lugar e o mundo exterior (regional, nacional e mundial), na tentativa de reprodução social e econômica dos indivíduos.

Aqui consciência social representa uma forma com a qual o ser humano lida com as regras que regem a sua vida e é o que organiza e dá sentido ao que é vivido coletivamente, ou seja, organizando e dando sentido à vida social

A chegada do turismo em comunidades tradicionais e pequenas como as dos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, provocou ao longo de mais de vinte anos um redimensionamento das relações cotidianas vividas neste espaço, criando assim, uma nova ordem e conduzindo a mudanças funcionais e estruturais, isto porque o lugar é ao mesmo tempo, palco e objeto de uma razão, convivendo dialeticamente.

Assim, de acordo com Milton Santos, o conceito de lugar induz a análise geográfica, a uma outra dimensão – a da existência -"pois refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido" (Milton Santos, 1997). Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões. De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes), de outro, o lugar pode ser lido através do conceito de geograficidade, termo que, segundo Relph (1979), "encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes no qual vivemos, antes de analisarmos e atribuirmos conceitos a essas experiências.

Isto implica em compreender o lugar através de nossas necessidades existenciais quais sejam: localização, posição, mobilidade, interação com os objetos e/ou com as pessoas. Identifica-se esta perspectiva com a nossa corporeidade e, a partir dela, o nosso estar no mundo, no caso, a partir do lugar como espaço de existência e coexistência.

O turismo sem planejamento em um lugar marcado por uma paisagem natural atrativa, e pela falta de associativismo comunitário, o que contribui para o alastramento da ocupação desordenada de residências secundárias, pode ser avassalador. As pequenas localidades, povoados e vilas são invadidos e o seu cotidiano é modificado, muitas vezes, pela chegada de indivíduos com seus hábitos, costumes e tradições distintos, encontrando uma população fragilizada e inerte frente à inserção desta forma de turismo que não prioriza e não respeita a população local.

O crescimento desordenado do turismo e da ocupação de residência secundárias tem agredido os recursos naturais, culturais e sociais das comunidades receptoras. O mercado turístico guia-se pela busca da maior rentabilidade no menor prazo possível, deixando em regra, em segundo plano, qualquer preocupação com a preservação ou conservação dos recursos ambientais e aspectos identitários da comunidade alvo.

No caso do veraneio, podemos relacioná-lo intimamente à questão da valorização da especulação imobiliária em lugares com uma paisagem natural atrativa, onde muitas vezes ocorre sem nenhum planejamento territorial de forma a contemplar toda uma estrutura histórica e cultural da comunidade receptora através de novos indivíduos que por sua vez não mantêm laços afetivos nenhum com o “lugar”. Isso acarreta uma “mecanicidade” em relação à forma pela qual estes indivíduos enxergam o meio natural e cultural da população local. Muitas vezes a comunidade tende a servir, de forma a contemplar as necessidades da estadia sazonal daquelas pessoas que têm um cotidiano totalmente distinto da realidade da população nativa.

As questões levantadas podem fazer desaparecer, com o tempo, características essenciais de uma comunidade, na medida em que os anfitriões, para atender à demanda turística vão, pouco a pouco, adequando o seu cotidiano às necessidades dos grupos visitantes, a ponto de perder seus referenciais, procurando satisfazer o externo, deixando de lado as suas próprias necessidades ou desejos simbólicos.

Entretanto, a realidade pode ser outra. A subordinação do anfitrião à cultura e gostos dos visitantes não é regra geral. Quando há planejamento adequado e participação da comunidade local durante o processo de preparação de uma região para o desenvolvimento de atividades turísticas, o resultado final pode ser positivo. Os efeitos socioculturais sobre as pessoas residentes na área podem se manifestar, entre outros aspectos, em melhores condições de vida e enriquecimento cultural. "A cultura passará a ser veículo de socialização entre visitantes e visitados, quando ela for um processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade” (Gastal 2001 P. 27).

Segundo Krippendorf:

> Como se poderia cifrar a influência do turismo sobre os hábitos, os costumes, as tradições, as normas locais, ou os atentados cometidos contra vida familiar e social da comunidade, a degradação da língua do país, o declínio natural causado pela adaptação ao gosto estrangeiro, à comercialização do folclore e à prostituição cultural? (Krippendorf 1989 P. 89)

Os danos causados pelo turismo invasivo e pela construção de casas de veraneio sem planejamento podem ser irreversíveis minando, por completo, a identidade cultural do povo receptor. O que está sendo feito, em termos de preparação dos indivíduos, para que seja preservada a riqueza cultural das localidades atrativas ao turismo e veraneio? Qual a participação dos nativos na estruturação de cada destino turístico, de cada casa ou mansão que se ergue em cada praia do litoral do Brasil? Vale a pena lutar pela intensificação do debate antes que seja tarde demais para prevenir futuros prejuízos. Antes que seja tarde para evitar consequencias negativas provenientes de opções equivocadas que levem os efeitos danosos para a sociedade, tais como poluição, servilismo, degradação ambiental, aculturação e inúmeros outros. Diegues (1996 p. 21) afirma que a biodiversidade existente hoje no mundo é em grande parte gerada e garantida pelas chamadas populações tradicionais. Nesse sentido, a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas.

Vale lembrar que de acordo com os depoimentos fornecidos pelos nativos de ambas as comunidades, ao mesmo tempo em que reconhecem as melhorias socioeconômicas pelas quais passaram, apontam que as mesmas não foram construídas pela interação ser humano - natureza. O lugar e os nativos em dois momentos relevantes na sua história passaram por um processo de (re) configuração sócio-espacial que não propiciaram condições para que estes pudessem promover atividades produtivas atreladas a qualidade de vida e decisão por parte dos moradores locais nas ações que afetam os seus destinos.

No primeiro momento receberam o “pacote de reversão da miséria” com a chegada da ASPED. Esta por sua vez envolveu as comunidades para a sua implantação, porém não trabalhou de forma engajada com os nativos no sentido de explorar as suas potencialidades para que os mesmos pudessem decidir pelo seu futuro e o futuro do seu lugar. Atualmente com a saída do seu representante, o padre Humberto Leeb, a ASPED deixa de oferecer serviços relevantes a comunidade que sente de forma impactante a ausência destes. Como ainda continua caracterizada pela passividade e dependência em relação aos agentes

externos que se instalam nas localidades, a exemplo da ONG acima citada, a falta de mobilização para preservar o direito de acesso aos serviços básicos de educação, saúde, transporte, entre outros serviços, é algo preocupante.

O segundo momento é marcado pela inserção do turismo de veraneio, que se instalou (re) configurando a paisagem do lugar, no caso do povoado Saco do Rio Real de forma mais evidente e, nesse processo as comunidades mais uma vez recebem outro novo agente exógeno de forma a não se mobilizar e participar de ativamente do processo que envolve uma nova condução na dinâmica do lugar. É preciso entender que esta (re) configuração sócio-espacial que se materializa nas comunidades estudadas não garante a sua sustentabilidade no sentindo de proporcionar a população condições independentes de desenvolvimento local.

Assim, ações que propiciem às comunidades caminhos para uma nova (re) configuração do espaço vivido e percebido, utilizando toda a potencialidade do lugar de forma salutar para a promoção de novas relações que primem pela independência e liberdade do indivíduo, devem ser adotadas para o direcionamento das relações num viés de cooperação e independência.

Ressalta-se ainda o papel que tem a mobilização da população para o cooperativismo e a utilização racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis para a promoção do desenvolvimento comunitário.

Dessa forma, a organização comunitária, é essencial para a luta contra o turismo degradador e pelo desenvolvimento do turismo comunitário defendido aqui como uma atividade organizada, planejada e executada pelos moradores locais, através de um trabalho em conjunto e cooperativo, e que tem como objetivo a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental, associado ao desenvolvimento econômico local.

O turismo comunitário integra-se a outras atividades econômicas desenvolvidas na localidade; prioriza a oferta de emprego para a população residente; promove a dinamização do o capital local, além da luta pela garantia da posse de terras.

É de fundamental importância a atenção ao nativo. Não se deve ignorar o ser humano que vive na região hospedeira e que participa diretamente da recepção e do atendimento ao visitante.

Isto posto, consideramos a importância para abrir mais frentes de estudo a respeito do turismo nos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real, concebendo que tudo isso pode nos conduzir a duas situações diferenciadas: uma diz respeito às experiências e aos significados que o turista elabora sobre o lugar visitado; a outra remete às indagações sobre as relações da comunidade receptora com o turismo. Até hoje as preocupações voltam-se ao atendimento dos interesses dos visitantes. Mas há grande carência em considerar o significado das interações que se processam, entre as informações oferecidas pelo meio ambiente e os significados apresentados pelos sujeitos envolvidos nesse processo.

Quando se trata do tema do desenvolvimento há um duplo desafio a ser enfrentado; por um lado, está a difícil tarefa de lhe emprestar uma definição e, por outro, de que modo aplicar este entendimento. Lazer, turismo, moradia, preservação ambiental e, mesmo, instalação de indústrias e de novos tipos de serviços estabelecem novas dinâmicas espaciais e enfraquecem os já tênues limites que buscavam diferenciar o rural e o urbano.

Neste trabalho, quando se propõe fazer uma relação entre território e sustentabilidade, caminha-se para um foco mais específico sobre a constituição dos espaços rurais, suscitando questões sobre as formas mais adequadas de regulação dessas zonas diferenciadas no contexto atual. É preciso considerar que o enfoque territorial tem como pressuposto o reconhecimento político da necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles ou não associados às atividades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002.

ALMEIDA, M. G de. **Turismo e novos Territórios no Litoral Cearense**. In. Rodrigues Adyr B (org). Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e enfoques regionais. São Paulo Hucitec, 1996.

_____, M. G de. **Fronteiras, territórios e territorialidades.** Revista da ANPEGE. N.02. 2005.

BARBIERI, J. Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis. Vozes, 1997.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 6ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus. 1995.

BARROS. N. C. Croácia de. **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagem**. Recife. Universitária da UFPE. 1998.

BASTOS, A.V.B. **Organização e Cognição: o que emerge desta interface?** PINA, M, S. B (org). Estudos organizacionais: novas perspectivas. Lisboa, 2000.

BECKER, Olga M. S. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos.** In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C. & CORRÊA, Roberto L. (orgs.) Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.319-367. 1997.

BENSAID, D. **Os tormentos da matéria (contribuição à crítica da ecologia política).** In:. Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas (trad.). **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BONNEMAISON. J. **viagem em torno do território**. In: CÔRREA, R.; ROSENDAHL. Z. (org) Geografia Cultural: século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente.** 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. IBGE, **Banco de Dados Agregados de Setores**, 2000.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. www.ipea.gov.br. Acesso em 25 de dezembro de 2008.

BRUSEKE. F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: VILA, et al (org) Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania. Desafios para ciências sociais. Santa Catarina. Cortez, 1995.

_____. **O problema do Desenvolvimento Sustentável**, In: CAVALCANTI, Clovis (org). Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BUTTIMER, Anne H. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1995.

_____, **Campo de Movimiento y sentido del Lugar**. In: teoria y método en la geografia anglosajona. Maria Dolores Garcia Ramón (org.), Barcelona, Ariel, 1985. p. 227-241.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável – dimensões e desafios**. Campinas-SP, Papirus, 2003.

CANEN. **Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares**. Revista de Educação Pública, 1995, vol. 10, jul/dez, http:/cgi.ufmt.br/revista

CARA, R. Bustos. **Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires**. In. . In. SANTOS, M. Território globalização e fragmentação, São Paulo. Hucitec. Anpur, 1996.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

_____, Ana F. A. "**Novas" contradições do espaço**. In: DAMIANI, A. L. et al. (Orgs.) O Espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

_____, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. (Trad) Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, I. E. **O espaço político local como condição de construção (mas também de negação) da democracia.**. In: Panorama da geografia brasileira. BORZACHIELLO, J. da S.; LIMA,L. C. ; ELIAS,D. (Org.). 1ª ed. São Paulo: ANNABLUME, 2006, v. 1, p. 49-63.

CASTRO, Josué de. **Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição**. In.: CASTRO, Ana Maria de (org). Fome, u, tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro. Petrópolis, vozes, 1983.

CHAUÍ, M**.** Espinosa: **Uma filosofia da liberdade**. São Paulo. Ed. Moderna, 1995

COIMBRA, J. de A. **Linguagem e percepção ambiental**. In: Curso de Gestão Ambiental. PHILIPPI JR.; ROMÉRO, M. de A. (et al) curso de gestão ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004. pp. 525-570.

COIMBRA, J.A.A. **O outro lado do meio ambiente.** São Paulo: CETESB, 1985. 204.

CMMAD.Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1988, 430p.

CÔRREA, R. L. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In. SANTOS, M. Território globalização e fragmentação, São Paulo. Hucitec. Anpur, 1996.

CORIOLANO, L.N.M.T. **Turismo e Geografia:** Abordagens Críticas. Fortaleza, 2005.

COSGROVE, Denis E. **Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria**. **Espaço e Cultura**. Nº 5, p. 5-29, jan./ jun. de 1998.

CRUZ, Rita de C. A. da: **As paisagens artificiais criadas pelo turismo** – In: YAZIGI, C (org) **Turismo e Paisagem** – São Paulo: Contexto, 2002. 107-120p.

CUELLAR, J. P. **Nossa diversidade criadora**. Brasília: UNESCO/MEC/Papirus 1997.

DANTAS, E. W. C. "**Litoralização" do Ceará: Fortaleza, da "capital do Sertão" a "Cidade do Sol"**. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. Wanderley C; et al (org). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão gráfica. 2006. 446 p.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia (orgs.). **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira.** São Paulo, São Carlos: Studio Nobel, Editora da UFSCa, 1996.

DENARDI, Reni A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná.** EMATER/Paraná: Curitiba. 2000. (Disponível http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigos_trabalhos.html>).

DIEGUES, A.C. **Populações humanas, rios e Mares da Amazônia**. (org). São Paulo. NUPAUB, USP, 1992, 272p.

_____. 1996. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Ed. Hucitec.

DINIZ, D.M.D.F.L. (org) **Textos para História de Sergipe**, Aracaju: UFS/BANESE. 1991.

DUARTE, F. **Crise das matrizes espaciais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Orgânica: Princípios e Práticas**. IN: Revista Agroecologia Hoje. p 11.agosto-setembro, 2001.

FERRARA, L. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental.** São Paulo: Edusp, 1993.

FRANCO, A. **Porque precisamos de DLLS?** Ed. Brasília, DF: Instituto de Política. Millennium, 2000.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em épocas de crise**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GASTAL, S. **Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos**. In: GASTAL, S. (Org.) Turismo: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001 (Coleção Comunicação, 4).

GIL. A. C. **métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia**, 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1991. 195p.

GODOY, ARILDA SCHMIDT. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 1995b, n. 13, p. 20-29; 57-63, mai/jun.

_____.**Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de administração de empresas. São Paulo, 1995ª, v. 35, p. 20-29, mai/jun.

GOMES, R C. S. **A influência da ONG ASPED no processo de (re) organização espacial do povoado Porto do Mato, Estância, SE**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2006, 88 p. Monografia de bacharelado em Geografia.

_____. **Uso e ocupação do solo da Praia do Saco Estância/SE: Percepção ambiental dos atores sociais locais a cerca do turismo e veraneio.** Núcleo de Ecossistemas Costeiros – Universidade Federal de Sergipe, 2007. 38p. (monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ecologia e Conservação de Ecossistemas Costeiros)

GONÇALVES, C. W. P.Formação **Sócio-espacial e Questão Ambiental no Brasil**. In: CRISTOFOLETTI, A. et. Al (org) Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo/ Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995. p. 369-333.

_____, **(des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

GUIMARÃES, Roberto P. **Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas**. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M (org). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997.

HAESBAERT, R.. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidades**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Migração e Desterritorialização**. In: Povoa Neto, H. e Ferreira, A. (org) Cruzando fronteiras disciplinares. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. Revista território territórios. PPGGEO/UFF/AGB – Niterói, 2002. 284 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv (org.). **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO noBrasil, 2003.

IBGE: www.ibge.gov.br/cidades - serviços de saúde, 2005. Acesso em 22 de janeiro de 2008.

KNAFOU, Rémik. **Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo**. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). Turismo e geografia - reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRIPPENDOFF. J. **Sociologia do Turismo. Para uma nova Compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo. Aleph, 2001.

KOZEL T. S. e NOGUEIRA. A. R. B. A. **Geografia das Representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida**, In: Revista do Depº de Geografia de São Paulo. FFLCH-USP. 1999. p.239-257.

_____. **As representações no geográfico**. In: MENDONÇA, F.A; KOZEL, S. (Org.) Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

_____. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba, a "capital ecológica**". São Paulo. Tese de Doutorado-Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. 2001.

LAGO, Mara C. de S. **Modos de vida e identidade. Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1996.

LEEB, Humberto. **Porto do Mato: Santa Desobediência -** O desafio da Fé. São Paulo**:** Fundação Banco do Brasil, 1996, p. 41.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal. Por uma antropologia do litoral do nordeste sem cena e sem açúcar**: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo, Cortez. 2004

LYNCH, KEVIN. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MAROTI, P S. **Educação e interpretação ambiental junto à comunidade do entorno de uma unidade de conservação.** São Carlos: UFSCar, 2002. 145 p.Tese (Doutorado)

MATTAR, F. NAJIB. **Procedimentos de amostragem simples** IN: pesquisa de marketing: metodologia planejamento. 3ªed. São Paulo, Atlas, vol.1, p. 259-297.1996.

MENDES, J. E. **com que roupa eu vou para o samba que você me convidou**? – Reflexões de iniciativas metodológicas em pesquisa sobre trabalho docente. In: MATOS, K. S. L & VASCONCELOS, J. G. (orgs). Registros de pesquisa em educação. Fortaleza, CE: UFC, 1996. p. 173-128p.

MINAYO, M. C. S. (org).**Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**: Teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MMA/PNMA/PNGC/GERCO. **Diretrizes nacionais para o planejamento ambiental do litoral brasileiro: Introdução ao tema**. Relatório 3ª versão, Brasília, 1996.

MOESCH, M. **A produção do Saber turístico**. São Paulo, Contexto, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert.**Contribuições para a gestão da zonas costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro.São Paulo, Hucitec, 1999.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro – RJ: Mauad; Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1999.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**, Recife. Ed. Bagaço, 2005.

PEREIRA A. Q. **Urbanização e Veraneio Marítimo no Ceará**. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, M. E.; MEIRELES, A. J. de A. (org). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão gráfica. 2006. 446 p.

PORTO – GONÇALVES. C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2006. 265p.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RELPH, E. C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Geografia, v. 4, n. 7, abril, 1979, p. 1-25.

RODRIGUES Adyr Balastreli. T**urismo e espaço Rumo ao conhecimento transdisciplinar.** São Paulo Hucitec, 1997.

ROSENDHAL, ZENI. **Espaço, cultura e religião In: Religião identidade e território** (org. por Z. Rosendhal e K. L. Corrêa de Andrade). Rio de Janeiro, EDUERJ, pp 9-39. 2001.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente**. Studio Nobel, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS A. J. A. (org) **Nova Geografia de Sergipe**. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer de Sergipe, UFS. 1998.

SANTOS, J. E; JESUS, T. P. (et.al). **Caracterização perceptiva da estação ecológica de Jataí** (Luiz Antônio- SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação. In: XXI Anais do Seminário Regional de Ecologia, v.VII, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.
_____. SILVEIRA, L. M.**O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10ª Ed.. Rio de Janeiro: Record, 2008.
_____.**A Natureza do Espaço.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____.**A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____.**Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAQUET. M. a. **Abordagens e concepções de território**. 1ed. São Paulo: Expressão popular, 2007. 200p.

SEABRA, O. C. de Lima. **A muralha que cerca o mar. Uma modalidade que cerca o uso do solo urbano**. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

SEEMANN, Jörn. **Mapas e Percepção Ambiental: do Mental ao Material e vice-versa**. Vol. 3, nº1, p. 200-223, setembro de 2003. Rio Claro.

SOUZA, M. J. L. de**. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In. CASTRO, Iná E de; GOMES, P. C da C.; CORREA R. L (Org) Geografia conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. pp.77-116

SPOSITO, Eliseu Savério. **Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens sobre o território. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

TUAN, Y. F. A **Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. Cap. 7, p. 143-164.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980. 228p.

_____. **Ambigüidade nas atitudes para com o meio ambiente**. Boletim geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, 1975

_____**. Espaço e Lugar**. São Paulo. Difel. 1983, 250p.

TULIK, O. **Turismo e Meios de Hospedagem: Casas de Temporada**. São Paulo: Roca, 2001.UECE,2005.174p.

VARGAS. M.A.M. (coord.); SILVA S. I. de. ARAÚJO, G.H. **Valoração Ambiental das Praias do Estado de Sergipe.** Relatório Técnico solicitado pela Petrobrás. Aracaju, 2006.

VEIGA, José Eli. **Problemas da transição à agricultura sustentável**. Estudos econômicos. São Paulo, v. 24, n. especial, p.9-29, 1994.

VIEIRA, P. F. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento**. In: VIOLA, E. J (org). Meio ambiente desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais: Florianópolis Ed. UFSC, 2001 p. 45-97.

VIERTLER, R. B. . **Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia.** In: M C M Amorozo; Lin Chau Ming; S M Pereira da Silva. (Org.). Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e disciplinas correlatas. 1 ed. Rio Claro - SP: UNESP/CNPq, 2002, v. 1, p. -.

WANDERLEY, LÍLIAN LINS. **Litoral Sul de Sergipe: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável**. Rio Claro, Tese de doutorado em geografia. 1998.

WWW.TVCULTURA. com.br/caminhos/index.htm.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo. Aleph, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA - NATIVOS

ENTREVISTA COM OS NATIVOS DE AMBAS AS LOCALIDADES

Perfil do entrevistado

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Local de nascimento:

Profissão: (histórico das atividades de geração de renda)

Escolaridade:

Percepção dos atores (deixá-los expor a suas vivências, experiência sem dar dicas sobre o objeto)

PARTE I

OBS: não colocar em momento algum, a questão do veraneio ou turismo (isto deve ser exposto naturalmente pelo entrevistado)

1. Como é o povoado onde vive

2. O que representa para você esse povoado? (significado/ importância)
   (explorar a topofilia ou topofobia – conceitos trabalhados por TUAN)

Obs: Na pergunta abaixo se deve prestar atenção na temporalidade das informações, assim como identificá-la.

3. A natureza aqui, sempre foi exuberante (rica, diversificada, fartura vegetal e animal, mar, rio...)

Dependendo da resposta acima, questionar sobre:

3.1-O que/quais fatos foram mais marcantes nas mudanças (prestar atenção na temporalidade)

4. Aspectos econômicos

4.1- hoje, você vive de quê?

4.2- Há cerca de vinte anos sua família sobrevivia de quê? O pessoal aqui vivia de quê?

4.3-Em sua opinião, quais são as perspectivas da população do povoado? (questão ligada à renda/trabalho)

4.4- Hoje, quais são as principais fontes de trabalho e renda da população do povoado.

4.5- Os governos (Estado e prefeitura) tem executado trabalhos, projetos para melhorar a condição de vida da população? (Pedir para comentar ou dar exemplos)

PARTE II

Obs 1: explicitar questões pertinentes ao veraneio e ao turismo
Obs 2: deixar claro o conceito de veranista para o entrevistado

5. Sobre a chegada dos veranistas.
   5.1- Quando começaram a chegar aqui?
   5.2- Em que local começaram a construir casas de veraneio?
   5.3- O que você pensa sobre a presença deles aqui?
   5.4- O que mudou com a chegada dos veranistas?
   5.5- O que não mudou com a chagada dos veranistas?

6- Sobre o turismo, o que você pensa do turismo aqui no povoado? (apontar os pontos positivos e negativos)
7- Você ver diferença entre os turistas e veranistas? Quais?

8- Se você fosse artista plástico (pintor) e eu lhe solicitasse um quadro do seu povoado, o que você pintaria nele? O que estaria representado neste quadro?

9- Você faria um desenho do seu povoado com base no que acabou de passar para mim?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - VERANISTAS

Perfil do entrevistado

Nome completo:

Idade:

Local de nascimento:

Profissão: (histórico das atividades de geração de renda)

Escolaridade:

PARTE I

Percepção dos atores (deixá-los expor a suas vivências, experiência sem dar dicas sobre o objeto)

1. O que lhe motivou a adquirir um terreno aqui?
2. O que representa para você esse povoado? (significado/ importância) (explorar a topofilia ou topofobia – conceitos trabalhados por TUAN)
3. A natureza aqui, sempre foi exuberante (rica, diversificada, fartura vegetal e animal, mar, rio...)?

Obs: nessa pergunta, deve-se prestar atenção na temporalidade das informações, assim como identificá-la.

Dependendo da resposta acima, questionar sobre:

3.1- O que/quais fatos foram mais marcantes nas mudanças (prestar atenção na temporalidade)

4. Quando você chegou aqui:

4.1- Qual a impressão que teve dos moradores daqui?

4.2- Qual a impressão que teve do povoado?

4.3- Como você entendia o modo de vida dos moradores do povoado?

5- Como você vê a atuação do poder público aqui no povoado (Estado e prefeitura) em relação

5.1- a distribuição dos terrenos;

5.2- a distribuição de energia;

5.3- a distribuição de água;

5.4- a coleta de lixo;

5.5- Os governos (Estado e prefeitura) têm executado trabalhos, projetos na melhorar a condição de vida da população? Pedir para comentar ou dar exemplos.

6- O que você tem a dizer sobre o turismo aqui na localidade? (explorar a percepção do veranista sobre o turista e o turismo.

7- Hoje, como você enxerga os moradores do povoado?

8- Você se acha diferente dos turistas? (falar sobre o que for colocado)

8.1- como você classifica (enxerga) os turistas que freqüentam as praias e pousadas do povoado?

9 E você fosse pintor, como faria um quadro do povoado? O que estaria representado neste quadro?

10- Você faria um desenho do seu povoado com base no que acabou de passar para mim?

APÊNDICE 2

TERMO DE LIVRE CONCESSÃO DE INFORMAÇÕES

(para fins científicos)

Estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa intitulado "A SUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM COMUNIDADES LITORÂNEAS – SERGIPE", realizado por ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES, portadora do RG: 1.219 176 SSP/SE, mestranda do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientadora a profa. Dra Maria Augusta Mundim Vargas. Autorizo a gravação das informações por mim prestadas nesta entrevista. Concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica (congressos, encontros, textos, artigos, entre outros). Autorizo ainda, a divulgação da minha identidade e /ou identificação nas informações por mim prestadas. Estou também ciente de que posso abandonar minha participação nesta pesquisa em qualquer momento.

Assinatura do entrevistado (anotar a origem)	R.G
Cantionila Francisca de Oliveira	576.199
José Amarante do Nascimento	1.283.324
Josefa Rosilen dos Santos	
Heloisa Helena Andrade	
João Batista do Espírito Santo	167.321 SSP/SE
Geraldo Francisco de Assis	1.012.037
Ana Paula Souza Lopes	166.939/SE
Arnaldo da Conceição Batista	
José Carlos Lima Costa	

TERMO DE LIVRE CONCESSÃO DE INFORMAÇÕES
(para fins científicos)

Estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa intitulado "A SUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM COMUNIDADES LITORÂNEAS – SERGIPE", realizado por ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES, portadora do RG: 1.219 176 SSP/SE, mestranda do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientadora a profa. Dra Maria Augusta Mundim Vargas. Autorizo a **gravação das informações por mim prestadas nesta entrevista**. **Concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica** (congressos, encontros, textos, artigos, entre outros). Autorizo ainda, a divulgação da minha identidade e /ou identificação nas informações por mim prestadas. Estou também ciente de que posso abandonar minha participação nesta pesquisa em qualquer momento.

Assinatura do Entrevistado	R.G
[illegible]	370 134 SSP SE
[illegible]	496 758
Josefa Conceição Pato Santos	865 . 637
[illegible]	645 - 221
Luiz Maria Fabuco d'Avila Oliveira	463273 - SSP/SE
José Emilio Dias	56670 - SSP-SE
Sheila Nunes Silva Santos	1071956 SE
Jacina Conceição Santos	336.043
Eolidia di Paula Almeida	
João Batista Oliveira	
José Soares dos Santos	
Julio Justino dos Santos	
[illegible]	
[illegible]	
Glorvalista Santos de [illegible]	108709 - SSP-S

[illegible]	
[illegible]	

APÊNDICE 3

Perfil do entrevistado – pesquisa de campo 2008

NATIVOS

Nome do (a) entrevistado (a): **Júlio Justino dos Santos**
Idade: 63
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: analfabeto
Profissão: aposentado (era agricultor)

Nome do (a) entrevistado (a): **Elinaldo Conceição Costa**
Idade: 48
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: até a 4ª série do Ensino Médio
Profissão: autônomo

Nome do (a) entrevistado (a): **Manuel Jorge dos Santos**
Idade: 56
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: 8ª série
Profissão: aposentado (trabalhou como pescador, mas se aposentou como motoristas)

Nome do (a) entrevistado (a): **João Batista dos Santos**
Idade:57 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: 3ª série do ensino fundamental
Profissão: até a década de 1980 era pescador. Atualmente trabalha na ASPED como padeiro

Nome do (a) entrevistado (a): **Erasmo Francisco de Assis**
Idade: 33
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: Ensino Médio completo
Profissão: está desempregado no momento.

Nome do (a) entrevistado (a): **Jinaldo da Conceição Caetano**
Idade: 40 anos
Origem: Povoado Saco do Rio Real
Escolaridade: até a 4ª do ensino fundamental
Profissão: lavrador

Nome do (a) entrevistado (a): **José Carlos Lima Costa**
Idade: 56
Origem: Saco do Rio Real
Escolaridade: até a 4ª do ensino fundamental
Profissão: pescador

Nome do (a) entrevistado (a): **Edimilson De P. Costa**
Idade: 48 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: estudou até a 3ª série
Profissão: pescador e comerciante

Nome do (a) entrevistado (a): **José Amarante do Nascimento**
Idade: 59 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: cursou até a 3ª série
Profissão: pescador

Nome do (a) entrevistado (a): **Cantionela Francisca de Oliveira**
Idade: 68 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: estudou até a 4ª série do ensino fundamental
Profissão:doméstica aposentada

Nome do (a) entrevistado (a): **Joelma da Fonceca Santos**
Idade: 34 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: estuda a 4ª série do ensino fundamental
Profissão: Pescadora e diarista

Nome do (a) entrevistado (a): **Jose Bispo dos Santos**
Idade: 55 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: 1ª série
Profissão: já foi pescador e hoje é jardineiro da ASPED

Nome do (a) entrevistado (a): **Josefa conceição Nascimento**
Idade: 41
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: analfabeta
Profissão: doméstica

Nome do (a) entrevistado (a): **João Batista Oliveira**
Idade:49 anos
Origem: Saco do Rio Real
Escolaridade:até a 6ª série do ensino fundamental
Profissão: pescador

Nome do (a) entrevistado (a): **Josefa Rosilene dos Santos**
Idade: 34
Origem: Saco do Rio Real
Escolaridade:
Profissão:

Nome do (a) entrevistado (a): **José Carlos costa**
Idade: 50 anos
Origem: Saco do Rio Real
Escolaridade: 1ª série do ensino fundamental
Profissão: lavrador e pescador

Nome do (a) entrevistado (a): **Heloísa Helena Oliveira Molhado**
Idade: 35 anos
Origem: Saco do Rio Real
Escolaridade: Ensino Médio
Profissão: comerciante

Nome do (a) entrevistado (a): **José Soares Santos**
Idade: 78 anos
Origem: Saco do Rio Real
Escolaridade: 1ª série do ensino fundamental
Profissão: agricultor e comerciante aposentado

Nome do (a) entrevistado (a): **Elidia de Paula Almeida**
Idade: 64 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: 1ª série do ensino fundamental
Profissão: pescadora e comerciante

Nome do (a) entrevistado (a): **Genilson Conceição Ferreira**
Idade: 33 anos
Origem: Porto do Mato
Escolaridade: cursando o ensino superior
Profissão: artista plástico

VERANISTAS

Nome do (a) entrevistado (a): **Luiza Nabuco D, Ávila**
Idade:48 anos
Origem: Estância
Escolaridade: Superior Completo
Profissão: trabalha no setor administrativo da FUNASA

Nome do (a) entrevistado (a): **Sheila Menezes Silva Dantas**
Idade: 31 anos
Origem: Aracaju
Escolaridade: Ensino Médio Completo
Profissão: Intrumentadora Cirúrgica

Nome do (a) entrevistado (a): Jose Emílio Reis
Idade: 81 anos
Origem: Aracaju
Escolaridade: Ensino médio completo

Profissão: Bancário aposentado

Nome do (a) entrevistado (a): **Joana D'arc Souza Martins**
Idade:57
Origem:Aracaju
Escolaridade: Superior completo
Profissão: aposentada (na área da educação)

Nome do (a) entrevistado (a): **Glaudiston Santos de Oliveira**
Idade: 69
Origem: Estância
Escolaridade: Ensino médio completo
Profissão: aposentado (trabalhou pelo Ministério do Trabalho)

Nome do (a) entrevistado (a): **Manuel Rísio de Oliveira**
Idade: 70
Origem: Estância
Escolaridade: Fundamental completo
Profissão: aposentado (pelo Ministério da Saúde)

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo